



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Raquel Alves dos Reis Gomes de Carvalho

Corpo de luta:

**emergência pública de transmasculinidades e organização política de
homens trans na cena brasileira em princípios dos anos 2000**

Rio de Janeiro

2018

Raquel Alves dos Reis Gomes de Carvalho

Corpo de luta: emergência pública de transmasculinidades e organização política de homens trans na cena brasileira em princípios dos anos 2000



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Silva de Almeida.

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

C331 Carvalho, Raquel Alves dos Reis Gomes de.
Corpo de luta: emergência pública de transmasculinidades e organização política de homens trans na cena brasileira em princípios dos anos 2000 / Raquel Alves dos Reis Gomes de Carvalho. – 2018.
95 f.

Orientador: Guilherme Silva de Almeida.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.
Bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Transexuais – Teses.
3. Minorias sexuais – Teses. I. Almeida, Guilherme Silva de.
II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 36

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Raquel Alves dos Reis Gomes de Carvalho

Corpo de luta: emergência pública de transmasculinidades e organização política de homens trans na cena brasileira em princípios dos anos 2000

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovado em 31 de outubro de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Guilherme Silva de Almeida (Orientador)
Faculdade de Serviço Social – UERJ

Prof.^a Dra. Carla Cristina Lima de Almeida
Faculdade de Serviço Social – UERJ

Prof. Dr. Renato dos Santos Veloso
Faculdade de Serviço Social – UERJ

Prof.^a Dra. Flora Daemon
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Rio de Janeiro

2018

DEDICATÓRIA

A todas as pessoas que cavam a existência com as próprias mãos e re-existem.
Para todos que são Guilherme, João, Leonardo, Alexandre. Para tantos que são tantos nomes.
Para aqueles que se foram.
Para aqueles que estão por vir.

AGRADECIMENTOS

O percorrer do caminho sinuoso feito até aqui contou com a participação de muitas pessoas. A todas elas o meu agradecimento e gratidão profunda.

Agradeço à Cida, por me trazer a este mundo e me alimentar com seu amor e com suas ideias. O teu pedido às entidades divinas trouxe-me até aqui. Obrigada pela fé. Agradeço a sua disposição e coragem em me educar, você será sempre a minha primeira e melhor professora, quem me ensinou a não sentir raiva de mim mesma pelas agressões sofridas. Ainda há muito a aperfeiçoar, mas a consciência de classe, o respeito às diferenças e a insubordinação, eu trago de casa graças a você. Obrigada por me bancar, mãe, em *todos* os sentidos que cabem em nossas vidas.

Agradeço ao vô e à vó, Antonio (*in memoriam*) e Nilda. Pela grandeza de caráter e por serem a melhor família que tive. Por terem me dado casa, comida, aconchego, amor e muito riso. Por me ensinarem que o estudo é o melhor e mais subversivo caminho para nós que somos filhos da classe trabalhadora.

Agradeço à Lucia, minha tia-mãe. Por cuidar de mim desde meus primeiros dias de vida e me amar desse jeito gigante, totalmente recíproco. Por ser meu refúgio nos primeiros medos que experimentei. Por radicalizar o sentido da educação como um projeto familiar, do jardim da infância à pós-graduação, me auxiliando nos deveres de casa e primeiros livros que li, até todo apoio e encorajamento dado durante minha vida acadêmica.

Meus agradecimentos à Zenilda e Lelena, tias queridas que sempre estiverem na torcida por mim. Obrigada pelo carinho e pelas bênçãos, cada uma em sua fé.

Agradeço ao meu companheiro, Zhai Sichen, pelo encontro na vida. Como diz o poeta, nosso ódio pelo mundo é parecido. E também o nosso amor pelas coisas mundanas. Obrigada pelo carinho e pelo cuidado. Pelos jantares e louças lavadas, pelo copo d'água, por lavar meus óculos, pela leitura de textos e escuta paciente de rascunhos e fragmentos. Por me encorajar a seguir em frente, e por dar a mão nos tropeços. Foram muitos nos últimos tempos e apesar disso, e de tudo mais que pesa, seguimos juntos, enquanto assim desejarmos. Pela generosidade em dividir a vida, as tarefas, a casa e o cotidiano, obrigada. E por se despir das imposições de um mundo machista e se abrir a construção de outros viveres comigo.

Agradeço à Rubi por me salvar a vida das insanidades minhas e do mundo. Obrigada a você que, tomando o mundo pela ponta da língua, me ama entre uma lambida na face e um latido estridente. Pulsamos vida com você.

Agradeço a todas as pessoas com quem, de longe ou de perto, eu pude aprender nos últimos anos. Me refiro aqui a todas as lideranças e ativistas do movimento LGBT, sobretudo, às travestis, às mulheres transexuais e aos homens trans. Essas pessoas cujas vidas e existências configuram verdadeiras resistências políticas, o meu profundo agradecimento. Por lutarem pela vida de todos nós, cientes ou não do sentido desta luta, aliados ou contrários às causas e bandeiras, que, empunhadas por vocês, resistirão. A História lembrará dos gritos e de quem grita o nascer de outros tempos.

Agradeço, de modo muito especial, ao meu orientador, professor Guilherme. Pela delicadeza e generosidade em cada gesto. Pela paciência e cuidado no trabalho de orientar e na arte de interagir. Por me receber e conversar abertamente muito antes de eu vir a ser sua orientanda. Agradeço pelo profundo respeito com que tratou não só as minhas dificuldades acadêmicas, mas o longo processo de adoecimento pelo qual passei durante o mestrado. A frustração em não desenvolver o trabalho como planejado e desejado tem consolo com a convicção de que há sempre mais vida por vir. E este ensinamento eu aprendi com você.

Agradeço aos amigos todos. De todos os gêneros, de todos os tempos, de todos os papos. Por me apoiarem durante toda a minha formação acadêmica. Por darem a mão e abrigo nos momentos em que precisei, e por serem conforto e família em tempos sombrios.

Agradeço à Rachel, Helena, Gizele, Irwing, Lucas, Fernanda e Luciana por serem amigos e colegas de profissão, e pessoas com quem sigo aprendendo desde a graduação. Agradeço à Flora e Luna, pelas afinidades e afetos estabelecidos em meio às trocas teóricas e lanchinhos, cujo encontro deu-se por intermédio de Natascha, pessoa querida com quem tive a alegria de dividir a casa, e sigo dividindo o riso, as lágrimas e os saberes. Agradeço à Rapha, pelas trocas interdisciplinares desde a extensão acadêmica na UFRJ, sabendo que há mais por vir. Agradeço ao Bruno e Gracyelle, pela alegria em aprender com vocês, e por reforçarem a pertinência da universidade em proporcionar encontros que só ali poderiam ocorrer.

Agradeço à Denise pela escuta e pelo cuidado de anos, fazendo uso delicado das palavras. Agradeço também a Patrícia por cuidar da minha saúde me enxergando como totalidade. Aos profissionais de saúde por quem passei no último ano, o meu agradecimento.

Agradeço à Fernanda, Samyra, Milena, Ellen, Michele, Ana Paula, Débora e Débora Cristina pelo carinho, cuidado e solidariedade durante o processo de formação no mestrado. Solidariedade esta que encontrou eco na nossa turma de mestrado (2016) como um todo. A vocês o meu agradecimento e profundo respeito.

Agradeço ao corpo docente do PPGSS/UERJ por manterem-se firmes em meio a mais profunda crise das últimas três décadas. E de especial maneira às/ao professoras/professor de quem eu tive a feliz oportunidade de ser aluna: Rosangela, Valéria, Cleier, Vania, Alba e Ney. Agradeço também aos esforços mobilizados pela Coordenação de nosso Programa, na pessoa da professora Silene, a quem sou grata pelo apoio em momentos decisivos, entre os quais, a recepção no grupo de estudos do PROEALC, onde pude realizar o estágio docente.

Agradeço a disponibilidade e gentileza da professora Carla e do professor Renato em compor a banca de minha qualificação, como também as contribuições colocadas por ambos.

Agradeço a oportunidade de ter forjado minha vida acadêmica no ensino público gratuito, laico e de qualidade nos últimos dez anos. Desde a graduação em Serviço Social na UFRJ, passando pela Especialização em Gênero e Sexualidade no IMS, ao mestrado no PPGSS/UERJ. Sou grata a todas as pessoas que contribuíram com a minha formação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Versos sobre-vivências de inspiração caetânica

Onde queres um súdito, sou guerrilha
Onde queres o branco, eu sou o preto
 Onde queres biologia, sou cultura
 Onde queres metade, eu sou inteiro
Onde queres discurso, sou linguagem
 e penetro assim o corpo alheio
Onde queres, por fim, a espada cega
 Sou faca afiada n'outro tempo

Ah, bruta dor do fazer,
 bruta dor do meu ser

Há um tempo perdido no espaço
E memória afundada em imensidão
 Há o lapso-luz na eternidade
 Um vazio, um breu, uma aflição
 Uma dor que corrói
 e que não mata
 a certeza tão louca sem palavra
Um corpo maior que nomenclatura
 a Maria se pensa então João

Eu não digo palavras em pecado

Do meu deus quem o crê
 em mim está
Rasgue o verbo do ódio odiado
 e a palavra ressignificar
Com o signo de luz emancipado
 há corpos tão lindos a pulsar
Liberdade é mais que sonoridade
 sã ideia elucubrar

Destemido vagueia ao horizonte
 que remete a tenro tempo teu
É longínquo ver-te em verdes campos
E tão perto perder-te em cinza, como eu

Há algo em ti, que em mim transvejo outro
Algo d'outro, que em ti transvejo a mim
Algo em mim, que n'outro transvejo a ti
Entre nós um singular comum em ser
 Ai de nós em não saber

Ah, bruta dor do fazer,
 Ah, bruta dor
 bruta flor

Raquel Reis

RESUMO

CARVALHO, Raquel Alves dos Reis Gomes. *Corpo de luta: emergência pública de transmasculinidades e organização política de homens trans na cena brasileira em princípios dos anos 2000*. 2018. 95 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

A presente dissertação aborda a emergência pública das transmasculinidades no contexto brasileiro em princípios dos anos 2000, de modo a situá-la enquanto um processo social cujo desenvolvimento apresenta relação com condicionantes históricos, econômicos, políticos e culturais, internacionais e nacionais, os quais também são objetivados neste trabalho. O estudo busca identificar alguns dos atores sociais que protagonizaram este processo, sobretudo ativistas e lideranças que vieram a compor o que hoje pode-se chamar por movimento de homens trans, cuja organicidade política decorre tanto da história de lutas dos movimentos LGBT, quanto das contribuições teóricas oriundas das diferentes vertentes do feminismo. Considerando uma série de acontecimentos inscritos no intervalo temporal de 2008 a 2016, aproximadamente, foi possível evidenciar o quanto a assunção pública dos homens trans encontra-se, no caso brasileiro, implicada com possibilidades sociais proporcionadas pela experiência democrática recente.

Palavras-chave: Serviço Social. Transmasculinidade. Homem Trans.

ABSTRACT

CARVALHO, Raquel Alves dos Reis Gomes. *Body of struggle*: public emergency of transmasculinities and political organization of trans men in the Brazilian scene in the early 2000s. 2018. 95 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

This dissertation approaches the public emergence of transmasculinities in the Brazilian context of the early 2000s, in order to situate it as a social process whose development is related to national and international historical, economic, political and cultural condition factors, objectified in this work. The study seeks to identify some of the social actors who have been involved in this process, especially activists and leaders who have come to compose what now can be called the transgender men movement, whose political organicity derives both from the history of LGBT movements and contributions from different perspectives of feminism. Considering a series of events registered in the period from 2008 to 2016, it was possible to show how the public's assumption of trans men is, in the Brazilian case, involved with the social possibilities provided by the context of recent democratic experience.

Keywords: Social Work. Transmasculinities. Trans Men.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Cartaz da Campanha <i>Homens TRANS-Formando a Saúde</i>	20
Figura 2 –	“ <i>Becoming Me</i> ” (Tornando-me).....	60
Figura 3 –	Isa Momora fala sobre passabilidade trans.....	70
Figura 4 –	Amara Moira fala sobre transfobia, passabilidade e vivências trans.....	71
Figura 5 –	Leonardo Peçanha fala sobre racismo e transmasculinidades em entrevista ao <i>Canal das Bee</i>	74
Figura 6 –	“boy trans não é bagunça!”	75
Figura 7 –	<i>Nem do Estado, nem da Igreja: esse corpo é meu! Sou HOMEM TRANS e quero dignidade e respeito</i>	78
Figura 8 –	<i>Homens Trans Existem e Resistem</i>	78
Figura 9 –	Quadro: Linha do tempo da emergência das transmasculinidades no Brasil e eventos correlatos.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABHT	Associação Brasileira de Homens Trans
ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais
AHTM	Associação de Homens Trans & Transmasculinidades
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANTRA	Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros
APA	Associação Psiquiátrica Americana
ASTRAL	Associação de Travestis e Liberados
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFM	Conselho Federal de Medicina
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DF	Distrito Federal
EC	Emenda Constitucional
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENTLAIDS	Encontro Nacional de Travestis e Liberados
HC	Hospital das Clínicas
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
HUPE	Hospital Universitário Pedro Ernesto
IBRAT	Instituto Brasileiro de Transmasculinidades
IFCS	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
JAHT	1ª Jornada de Ações dos Homens Trans
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MS	Ministério da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAISM	Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PEC	Projeto de Emenda à Constituição
PPGSA	Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia

PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
RJ	Rio de Janeiro
SP	São Paulo
RENATA	Rede Nacional de Travestis e Liberados
RENTAL	Rede Nacional de Travestis e Liberados
SUS	Sistema Único de Saúde
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. GÊNERO COMO QUESTÃO: ENSAIANDO APROXIMAÇÕES COM O SERVIÇO SOCIAL.....	28
1.1. Serviço Social, pensamento marxista e as questões de gênero: uma tentativa de aproximação teórica e política.....	28
1.2. Entre rupturas e continuidades: Serviço Social e disputas políticas.....	39
2. TRANSEXUALIDADES MASCULINA: UMA REVISÃO TEÓRICO-CONCEITUAL.....	47
2.1. Os limites do binarismo de gênero.....	48
2.2. Transexualidade na perspectiva das ciências humanas e sociais.....	53
2.3. Transexualidade masculina: o que enunciam os saberes e as práticas?.....	59
3. A EMERGÊNCIA PÚBLICA DE TRANSMASCULINIDADES NO BRASIL ENTRE 2008 E 2016: PRIMEIROS APONTAMENTOS E PRODUÇÕES SOBRE O TEMA.....	62
3.1. Da luta no corpo ao corpo de luta: homens trans na cena pública brasileira....	62
3.2. A questão da passabilidade e a transgeneridade.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS.....	89

INTRODUÇÃO

O processo de formação na pós-graduação e a escrita deste trabalho estiveram, em parte, atravessadas pela conjuntura vivenciada no estado e no município do Rio de Janeiro, e, sobremaneira, pela conjuntura vivenciada no contexto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a partir de 2016 – ano em que a turma a qual pertencemos ingressou no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UERJ. A conjuntura em questão, de completo saqueio dos cofres públicos, compreendeu, em se tratando de *nossa universidade*, um conjunto de ataques que caracterizaram a execução de um projeto político de desmonte das universidades públicas, instrumentalizado pela desfinanceirização destas instituições.

Isto redundou, no caso da UERJ, em atrasos (estendido durante vários meses) no pagamento de salários dos/as trabalhadores/as terceirizados/as que prestam serviços à universidade, dos/as técnico-administrativos/as, dos/as professores/as e ainda em atrasos no pagamento das bolsas de permanência estudantil, de iniciação científica e de pós-graduação custeadas pela agência estadual de fomento à pesquisa. Tal projeto de desmonte, entretanto, encontrou “do lado de cá” a resistência da comunidade acadêmica e o apoio da sociedade.

Também atravessou a formação e o desenvolvimento deste trabalho o momento político atual experimentado no Brasil de maneira generalizada. Assim sendo, as reflexões que sucedem tiverem como pano de fundo conjuntural uma coleção de acontecimentos atrelados ao *recrudescimento da ameaça antidemocrática e de caráter fascista*, entre os quais caberia sumariamente destacar:

- o golpe de 2016, que destituiu a presidenta legitimamente eleita, Dilma Rousseff, através de um *impeachment* orquestrado por adversários políticos;

- a aplicação de uma ampla contrarreforma trabalhista que, entre dezembro de 2016 e novembro de 2017, foi proposta, aprovada, sancionada e publicada em diário oficial sem qualquer participação ou consulta popular. E que, instrumentalizada pela Lei Nº 13.467 de 2017, retirou do conjunto da classe trabalhadora inúmeros direitos sociais, alguns deles estabelecidos desde a aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, por Getúlio Vargas;

- a aprovação da Emenda Constitucional (EC) Nº 95 de 2016, que instituiu um Novo Regime Fiscal para os gastos públicos com Seguridade Social por parte da União,

determinando o seu congelamento por um período de 20 anos, e assim rompendo com o padrão de proteção social estabelecido desde a Constituição Federal de 1988;

– a inviabilização política da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república para as eleições de 2018, por meio de sua condenação em segunda instância culminando com a sua injusta prisão no dia 7 de abril de 2018;

– o acirramento generalizado da *luta de classes*, que ganhou maior expressão no pleito eleitoral de 2018, especialmente na disputa presidencial. Marcado pela apresentação de dois projetos societários profundamente antagônicos, o pleito eleitoral de 2018 consistiu, de um lado, na postura republicana, na defesa democrática e no compromisso com os direitos sociais, políticos e civis. Ao passo que do outro, apresentou-se um projeto comprometido com as forças sociais reacionárias e com os interesses ultra neoliberais. Sendo este projeto também declaradamente simpático a regimes ditatoriais, sem prescindir de reiterada defesa de práticas e crimes de lesa-humanidade, incluindo-se aí a tortura, a perseguição e a eliminação de opositores políticos-ideológicos e de minorias sociais, entre as quais, os povos indígenas, os negros e quilombolas, as mulheres e a população LGBT.

Entremeando os acontecimentos pontuados, o recrudescimento conservador também se manifestou sobre as pautas e temas de gênero e raciais. A exemplo delas, as inúmeras disputas em níveis municipais, estaduais e nacionais que, pelo menos, desde os últimos cinco anos tem colocado sob ameaça o currículo escolar do ensino público brasileiro no tocante à educação sexual e ao estudo de temas sobre a diversidade humana com ênfase nas diversidades sexuais, de gênero e raça.

Com o argumento de combater a chamada “ideologia de gênero”, diferentes setores e lideranças alinhadas às forças conservadoras no país tem encampado um projeto de ataque à educação pública. O efeito imediato produz obstáculos a materialização de um ensino crítico e comprometido com os direitos humanos. O ápice desta investida tem se materializado no Projeto de Lei Nº 7.180/2014, também conhecido como “Escola sem Partido”. O texto do PL prevê a alteração da Lei Nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, objetivando incluir entre os princípios do Art. 3º “o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”.

Longe de configurar um mero acréscimo, a alteração visa não só limitar a atuação de professoras/es em todo território nacional, como também o conteúdo ensinado, e com isso impossibilitar o debate crítico, o ensino de temas relacionados às questões de gênero,

sexualidade e raça, e subordinando a educação pública e laica aos preceitos e interesses de setores religiosos fundamentalistas, sob o pretexto de impedir a “doutrinação ideológica” supostamente praticada por parte de professoras/es sobre o alunado. O PL Nº 7.180/2014, que de modo amplo e geral ameaça o ensino público brasileiro, atualmente encontra-se tramitando na Câmara Federal em Comissão Especial, tem forte adesão das bancadas religiosas das casas legislativas federais e também do presidente eleito no pleito de 2018.

Dinamizado por este ambiente político, o presente trabalho se propõe a buscar descrever parte do processo de emergência pública das transmasculinidades no Brasil em princípios dos anos 2000, um fenômeno original na cena pública brasileira e, mais especificamente o trabalho se deteve no período situado entre 2008 e 2016. Embora isso não tenha sido originalmente planejado no projeto, o período da dissertação, na sua etapa de finalização foi atravessado por dois acontecimentos distintos entre si e por aquilo que ambos podem exprimir historicamente. A morte de João W. Nery, o primeiro homem brasileiro publicamente declarado transexual, e a derrota do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais de 2018. João, foi o primeiro homem transexual que eu pude conhecer, antes mesmo de saber o que eram as transmasculinidades. O PT, foi o primeiro partido político que eu conheci antes mesmo de saber o que era política.

Enredados por mera contingência, a significância destes dois acontecimentos reverbera, inclusive, sobre uma hipótese levantada neste trabalho. A hipótese de que o ciclo que compreende o processo de emergência pública das transmasculinidades no Brasil estaria supostamente encerrado. Entre o sufocamento agonizante da chamada “Nova República” e o falecimento de uma das mais importantes lideranças do movimento de homens trans no Brasil, há mais que infelizes coincidências. Os asfixiadores da democracia e das conquistas nela inscritas, não raro, são os mesmos que não desejam ver vivos e plenos os que nela puderam encontrar um respiro. Mesmo que conturbada e inconclusa¹, foi no contexto da experiência democrática brasileira que o processo social que constitui objeto desta investigação se forjou historicamente e, principalmente, tornou-se viável.

Em que pesem as contradições acumuladas entre a democracia (e o exercício da cidadania por ela previsto) e a sociedade de classes típica do capitalismo, tal como nos lembra Coutinho (2000), é preciso ponderar que somente por meio dela é que tem sido possível pautar algumas lutas sociais. Entre as diferentes lutas sociais, a luta pelo reconhecimento legal de direitos sociais, incluindo-se nisto a luta pela sua materialização e ampliação. São

¹ Sobre o conceito de democracia inconclusa ver Silvia Victoria Gerschman (1995).

processos políticos, que na história brasileira puderam ocorrer com maior intensidade somente nas últimas três décadas.

É, portanto, nas fendas democráticas e no contexto das práticas políticas que lhes são próprias, que tem sido possível reconhecer e afirmar legalmente direitos sociais comprometidos com os interesses da classe trabalhadora e de minorias sociais, ainda que esta afirmação nem sempre implique na plena realização de tais direitos. Também nas fendas democráticas, em seus espaços institucionais e por meio das reivindicações sociais que elas comportam, foi possível aos homens autoidentificados com as transmasculinidades emergir como corpo coletivo de luta, cuja organização se estrutura em torno de necessidades e interesses comuns à identidade de gênero que compartilham entre si. Neste contexto específico, os sujeitos do processo em questão emergiram como verdadeiros atores sociais partícipes da cena pública e política do palco democrático nacional. E, portanto, relevantes o bastante para constituírem objeto de interesse em meio ao conjunto plural das formas de organização política mobilizadas no interior da sociedade brasileira deste início de século.

É preciso dizer, no entanto, antes de darmos continuidade, que a pesquisa originalmente apresentada ao PPGSS/UERJ não foi esta. A princípio, o anteprojeto de pesquisa apresentado, intitulado *Educando corpos, subvertendo estratégias: práticas de resistência de pessoas transgêneros pelo acesso à educação*, se propunha a compreender as estratégias que têm sido mobilizadas por pessoas trans, especialmente travestis e mulheres transexuais, com o objetivo de promover práticas educacionais autogeridas, com vistas a garantir o ingresso de pessoas trans (travestis, mulheres trans e homens trans) no ensino superior, primordialmente, e também para conquistar aprovações em alguns concursos públicos.

O interesse em pesquisar estas práticas veio mediado pelo conhecimento e contato com algumas ações coletivas articuladas por ativistas do Prepara Nem – um curso preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) com foco no público trans. Sediado no Rio de Janeiro, o Prepara Nem se tornou uma referência nacional de resistência travesti e de pessoas trans. Deste modo, a iniciativa, que rapidamente inspirou outras articulações semelhantes pelo país e que havia surgido no formato de um curso preparatório para o vestibular, logo se transformou em uma ampla e complexa prática na qual se preconizava mais que o objetivo educacional, insistia-se na defesa da vida e do direito de existir e de viver de pessoas trans. A luta pela vida e pela sobrevivência de travestis e pessoas trans tornou-se, assim, a causa basilar de ações como esta.

Embora houvesse admiração, respeito e interesse pelo que se gestava no interior do Prepara Nem – tendo à época participado de reuniões junto de outros/as futuros/as colaboradores, da sede que se planejava inaugurar na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro² – antes mesmo de iniciada a pesquisa, decidi por reconfigurar o objeto da pesquisa. Sem, contudo, perder o foco do interesse investigativo sobre grupos politicamente organizados em torno das lutas identitárias de gênero.

A experiência catalisadora da proposta de pesquisa apresentada ao PPGSS/UERJ havia suscitado outros questionamentos. A decisão por deixar de desenvolver uma pesquisa sobre a iniciativa do Prepara Nem e, consequentemente, sobre e na Casa Nem (espaço que se tornou sede da iniciativa em questão, transformando-se inclusive em moradia para pessoas trans frequentadoras e não frequentadoras do curso ofertado pelo Prepara Nem) deu-se com a constatação de minha impossibilidade de cultivar uma relação marcada pela assiduidade para com a entidade que é a própria Casa, e com as pessoas que ali colaboravam e residiam. E descrevo assim no passado, por considerar o caráter rotativo da permanência naquele espaço (sempre há pessoas que partem e pessoas novas). Desta forma, a maior parte das pessoas residentes no passado, possivelmente já não devem estar mais lá.

A frequência era uma espécie de justificável exigência das pessoas envolvidas com a Casa (sobretudo daquelas que residiam) e com o Prepara Nem, como forma de proporcionar o estreitamento da relação com as pessoas que ali viviam e frequentavam. O significado do “colaborador estar presente” (e isto era extensível a pesquisadores em potencial ou de fato, e aos frequentadores) incluía desde a assiduidade das visitas vespertinas, à participação em atos políticos relacionados direta ou indiretamente com a Casa e o Prepara Nem, passando ainda pelas festas e comemorações noturnas, as oficinas, as rodas de conversa, e os eventos ali realizados em geral. Foi pelo entendimento de que a assiduidade é algo tão importante, que pude admitir a minha própria impossibilidade de seguir com aquela pesquisa.

Talvez fosse até possível executá-la sem propriamente tornar-se uma figura *assídua* na Casa. Contudo, o faria sob a possibilidade de receber o rótulo de alguém que pratica “extrativismo acadêmico”³; que chega na Casa e em suas imediações, recolhe o que precisa e vai embora, verdadeiramente cometendo uma violação em relação às pessoas que ali vivem e

² Esta proposta foi inviabilizada por falta de concessão de espaço para realização das atividades, e por questões relacionadas à violência urbana na localidade.

³ A primeira vez que ouvi a expressão foi durante uma atividade realizada dentro da Casa. Uma frequentadora, durante a sua fala, tecia críticas à prática, que considerava corriqueira, de pessoas vindas sobretudo das universidades, se reportarem à espaços de luta de certos grupos sociais com o único propósito de ampliarem seus currículos, no que ela definia como uma prática de “extrativismo acadêmico”.

lutam. Evidentemente eu não estava disposta a realizar uma pesquisa consciente deste risco e do que ele poderia representar para mim e para os/as potenciais interlocutores/as de campo.

Foi, portanto, também em razão desta circunstância que a compreensão dos processos que atravessaram a emergência pública das transmasculinidades no contexto brasileiro se abriu como uma possibilidade de pesquisa. Especialmente porque este processo também se caracteriza por lutas e resistências coletivas mobilizadas em torno do pertencimento a uma identidade de gênero não normativa.

Deste modo, este processo torna-se aqui objeto de interesse na medida em que também exprime, em suas especificidades, uma tendência política bastante significativa que se desenvolve ao final da primeira década deste século. Segundo observa Gohn (2014), tratam-se de mobilizações e movimentos sociais que se reconfiguraram ou mesmo emergiram de modo a questionar as moralidades, os valores, as políticas e até o padrão de justiça social vigente em nossos tempos.

A possibilidade de desenvolver uma pesquisa que colocasse no centro de interesse o processo de emergência pública das transmasculinidades no Brasil, a princípio, me provocou um tipo de estranhamento. Por algum motivo, havia para mim, como pesquisadora, uma espécie de *afinidade antecipada* com os sujeitos autoidentificados sob o signo social da feminilidade, o que, portanto, tornava para mim o interesse em pesquisar experiências de travestis e mulheres transexuais algo coerente e um caminho “natural”.

Na medida em que a primeira proposta foi deixando de ser uma possibilidade de investigação, pelas razões já colocadas anteriormente, a pesquisa sobre o processo de emergência das transmasculinidades na cena brasileira começou a ser considerada. Foi durante o processo de orientação que pude, em primeiro lugar, reconhecer o desconforto em levar a cabo uma investigação em potencial, e, simultaneamente, descobrir uma outra e nova possibilidade, e sobre ela me interessar.

Na medida em que esta proposta se firmava como a pesquisa a ser desenvolvida um novo acontecimento tornou-se particularmente decisivo. A participação em um Seminário organizado e protagonizado por homens trans foi um momento extremamente significativo no qual pude, pela primeira vez, me aproximar da agenda de lutas e debates pautados pelos homens trans e sujeitos identificados com as transmasculinidades.

A 1ª *Jornada de Ações dos Homens Trans* (JAHT)⁴, um seminário que trouxe o slogan *Homens trans pernambucanos na construção da história!* foi organizado pela Associação de Homens Trans e Transmasculinidades (AHTM) e realizado na cidade de Recife, ao final do mês de abril de 2017, no auditório da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

A extensa programação organizada para ocorrer ao longo de um único dia demonstrava um amplo potencial do evento para se estender por uma semana ou mais. Entre as temáticas que estiveram presentes nos debates constavam: segurança pública e sistema prisional, saúde, suicídio, família, educação, emprego e mercado de trabalho, direitos e cidadania, gênero, sexualidade e machismo.

Figura 1 – Cartaz da Campanha *Homens TRANS-Formando a Saúde*



Fonte: Neto Lucon. Em evento inédito, homens trans pernambucanos debatem demandas pela saúde integral. 07 mai. 2017. Disponível em: <<http://www.nlucon.com/2017/05/homens-trans-saude-integral-pernambuco.html>>. Acesso em: 06 out 2017.

Além das mesas temáticas que contaram com a presença de pelo menos um homem trans em todas elas, fosse na condição de debatedor ou mediador, houve também a apresentação de performances artísticas e exibições de vídeos de jovens homens trans, de Pernambuco e de outros estados, que não estiveram ali presentes, mas que fizeram questão de registrar a sua contribuição e apoio à realização do evento. Segundo a própria organização informava, a JAHT também estava sendo palco para o lançamento da Associação de Homens

⁴ O portal de notícias *NLucon* realizou uma reportagem sobre o evento: ‘*Em evento inédito, homens trans pernambucanos debatem demandas pela saúde integral*’. Para mais informações ver LUCON, 2017.

Trans & Transmasculinidades (AHTM), demonstrando parte da dinâmica de reorganização do movimento social de homens trans e transmasculinos atualmente em curso.

Embora a AHTM seja uma iniciativa criada por lideranças e ativistas de Pernambuco, a entidade não demonstrava, no contexto do evento, a intenção de restringir a sua atuação aos limites da cidade de Recife ou mesmo do estado. Esta prerrogativa aparece também em documento redigido e veiculado na página da internet da Associação, cuja coordenação executiva conta com os nomes dos ativistas Társio Benício e Leonardo Tenório, na presidência e vice-presidência respectivamente, além de outros cinco membros em seu conselho fiscal.

Em um breve “texto-manifesto”⁵, a AHTM afirma o compromisso com os homens trans e as pessoas transmasculinas nos âmbitos seguintes: da defesa e luta por direitos e cidadania, do diálogo entre as demais entidades representativas, da promoção de campanhas informativas, da realização de cursos e fóruns de debates sobre questões de comum interesse, entre outros. Destacando a intenção de atuar tanto em nível regional e nacional, quanto internacional.

A Jornada ainda foi palco para o lançamento dos cartazes veiculados pela campanha ‘Homens TRANS-Formando a Saúde’, que buscava visibilizar os homens trans ativistas na política de saúde, e ainda fazer o alerta para a comunidade transmasculina sobre o problema da hormonização sem acompanhamento médico, tal como divulgar os serviços de saúde especializada disponíveis no estado de Pernambuco. Os cartazes da campanha ‘Homens TRANS-Formando a Saúde’ tiveram ainda sua reprodução em pôsteres publicamente expostas no pátio principal da UNICAP.

As atividades do evento foram conduzidas ao longo de um único dia e suscitaram muitas questões. A primeira coisa que penso ser importante sinalizar é o fato de que, em espaços com esta configuração, *nós* (situados na matriz normativa do gênero de modo a assimilá-la), encontramos a oportunidade de encampar um reconhecimento de si como aquele que ocupa o lugar do *outro*. Naquele dia, naquele espaço eu, mulher e pessoa cisgênera, fui o *outro*.

O evento que contou com ampla participação de pessoas trans (travestis, homens e mulheres transexuais), assim como na organização do evento e na participação das mesas. Foram, portanto, esses atores sociais (e majoritariamente os homens jovens em sua maioria),

⁵ O documento intitulado *Associação de Homens Trans & Transmasculinidades - AHTM Estatuto* encontra-se no site da entidade. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/4032e3_431eef8a68734be38d0aab66b8404cb0.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2018.

que se engajaram na organização de todo o evento. Embora não se trate aqui de enveredar por uma política autocentrada ou numa espécie de equívoco narcisista, é particularmente curioso recordar a sensação de ter migrado do desconforto produzido pela percepção de ser o *outro*, para a sensação de ver-me afetada por uma política de alteridade, sem deixar de ser este *outro*.

Na medida em que avançava o debate, pude constatar um duplo movimento: por um lado, o debate político travado entre os homens trans ativistas se relacionava profundamente com boa parte da luta histórica feminista (e, mesmo, com sua agenda mais contemporânea, apresentando, inclusive, potencial para enriquecê-la); e por outro lado, ficava explícito a influência dos feminismos, que pareceu ter propiciado as bases teóricas e políticas sobre as quais os jovens homens trans se movem e se organizam politicamente.

Se o meu pressuposto de que uma *afinidade antecipada* se colocava quase como um critério primário (ou mesmo um obstáculo) capaz de condicionar o meu interesse e olhar acadêmicos, eu então me abria à reflexão de que as lutas transmasculinas ali apresentadas, embora tivessem suas singularidades no contexto das pautas identitárias, pareciam conter tanto no seu chão histórico, quanto naquilo que as insere no tabuleiro do jogo político, similaridades e afinidades políticas mais amplas com lutas que atravessam não só as pessoas trans em geral (travestis e mulheres transexuais), mas também mulheres cisgêneras como eu.

Parece haver, portanto, mantendo-se este ponto de vista, mais afinidades políticas e teóricas entre as lutas feministas, consideradas em sua pluralidade, com o movimento de homens trans, do que se poderia antecipadamente supor.

Foram muitos os momentos durante a realização daquele evento em que esta correlação política e teórica se desenhou. Mas talvez seja oportuno destacar alguns destes momentos. No decorrer da mesa cujo tema era ‘Família, Saúde & Suicídio’, o ativista Leonardo Tenório, que também é uma das mais importantes lideranças do movimento desde os seus primórdios, realizou uma intervenção na qual, ao suscitar questões que diziam respeito à saúde dos homens trans particularmente, equiparou a incidência do suicídio (da sua tentativa e ideação entre a população em questão) ao fenômeno do aborto para as mulheres cisgêneras.

O fato de que sujeitos engajados no próprio movimento estejam atentos às condições sociais sob as quais vivem, de maneira geral, e que o façam em comparação com as condições sociais sob as quais vivem as mulheres cisgêneras, não pareceu se tratar apenas de um jogo discursivo. Trata-se da capacidade política e teórica, coletivamente construída, de reconhecer e articular as relações sociais de poder que operam para que haja a sistemática manutenção de

relações de opressão e subalternização que, embora distintas, preservam bases e estruturas de poder em comum.

Não se trata aqui de equiparar em todos os sentidos o fenômeno do aborto ao do suicídio, mas de entender que as forças sociais e políticas que empurram mulheres cis e homens trans para estas circunstâncias sociais, do aborto e do suicídio, podem apresentar um solo comum: as relações machistas, patriarcais, misóginas, heterocisnomativas se arranjam de modo relacionado, produzindo a opressão e a violação sobre mulheres e homens em suas distintas expressões de gênero.

Deste modo, foram assimilações preliminares como esta que fizeram com que a proposta de compreender o processo de emergência pública das transmasculinidades no Brasil fosse melhor apreciada por mim, uma vez que me afetou e me implicou como mulher e como sujeito político situado no mundo. Desenvolver uma pesquisa como esta significou ainda a possibilidade de realizar um encontro, de modo a me unir ao outro pela diferença, e para o qual também sou um diferente.

Dito isto, a pesquisa teve por objetivo descrever de forma exploratória como se deu a emergência pública das transmasculinidades no Brasil entre os anos de 2008 e 2016, uma narrativa ainda pouco explorada nos estudos das ciências sociais brasileiras. De modo específico ela se propôs a: observar como a emergência das transmasculinidades se relacionou com alguns processos políticos, sociais e culturais mais amplos; a compreender este processo por intermédio de registros documentais de diferentes naturezas; a identificar quais os sujeitos políticos que estiveram envolvidos nos primeiros tempos da emergência das transmasculinidades no Brasil e posteriormente; descrever as características dos regimes de visibilidade produzidos por estes ativistas/lideranças trans no período; analisar como se efetuou a relação com o Estado e as instituições sociais no bojo desta emergência identitária coletiva.

O processo sobre o qual nos propusemos a investigar parece exprimir, por um lado, algumas conquistas alcançadas por sujeitos e grupos sociais que subvertem as normas impostas pela matriz heterocisnormativa, ainda que esta subversão sequer seja objetivada. Ao passo que, por outro lado, expõe um conjunto de violações investidas contra esses grupos. Assim sendo, a afirmação política dos corpos e identidades dos homens trans cumpre, em certo sentido, um movimento de extrema importância no contexto de uma política identitária, que tem sido historicamente mobilizada como estratégia para a afirmação da vida e da

existência de determinados grupos sociais – neste caso das pessoas trans e, especificamente, dos homens.

Isto considerado, apresentaram-se para nós duas hipóteses norteadoras desta investigação, que busca compreender tal processo de emergência identitária. Estas hipóteses poderiam ser compreendidas sob as seguintes formulações:

a) A base material e histórica sobre a qual o processo social da emergência pública das transmasculinidades veio a se constituir, de maneira mais ou menos direta, encontra relação com um conjunto de transformações políticas, econômicas, culturais e tecnológicas em sua maioria decorrentes do período pós 2ª Guerra Mundial. Este período, assim como alguns processos que nele e em decorrência dele se sucederam, nos oferecem insumos básicos para compreender o processo que constitui o interesse dessa pesquisa.

Entre os quais caberia aqui pontualmente mencionar o estabelecimento de convenções internacionais que surgiram a partir da criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Estes marcos produziram uma base comum de afirmação dos direitos humanos, que viria inclusive a constituir não só objeto de disputa internacional desde então, mas também forneceria as bases políticas e legais para a afirmação de direitos de grupos sociais específicos (pensemos aqui nas reuniões e congressos de Viena, Moscou e Pequim, e também os princípios postulados na Carta de Yogyakarta).

Ademais, um conjunto de transformações também se processou no interior da dinâmica capitalista no mesmo período pós-guerra, como por exemplo, o esgotamento do padrão de produção taylorista-fordista, caracterizado pela produção massificada de mercadorias, de sujeitos e de subjetividades, simultaneamente ao processamento de transformações tecnológicas. Entre as transformações caberia rapidamente pontuar o avanço da indústria farmacêutica e da tecnologia que viria a ser utilizada na sintetização hormonal. Eventos estes que viabilizaram o advento da pílula anticoncepcional no Ocidente, e que resultaram na possibilidade de separação, radical e sem precedentes, da reprodução biológica e do ato sexual, sobretudo na experiência das mulheres cisgêneras.

Por extensão, foi também um momento bastante disruptivo, que para nós se manifesta como uma espécie de pequena fissura do sistema de sexo/gênero. Uma vez que este avanço biotecnológico, mais tardiamente, desencadeou o aprimoramento dos hormônios sintéticos, largamente utilizados hoje, por parte de algumas mulheres (sobretudo em idade reprodutiva como método contraceptivo, mas também como reposição após a menopausa), e, mais tarde, por algumas pessoas transexuais (tanto homens quanto mulheres) no âmbito dos processos de

afirmação identitária ou o que o Sistema Único de Saúde (SUS) denomina atualmente de processo transexualizador.

Se estes aspectos mais amplos de aquisição de biotecnologia pontualmente apresentados compõe uma série de transformações amplamente inscritas em uma cena internacional, em se tratando de processos dinamizados em nosso país caberia destacar um especialmente: o processo de abertura democrática que tem no texto da Constituição de 1988 uma espécie de marco fundamental da Nova República. E este marco é significativo, na medida em que o soerguimento político das identidades transmasculinas de forma massificada deram-se sob o contexto democrático. É importante que seja pontuado que pessoas como João Nery e Anderson Herzer

E a razão para isso seria – e esta foi a nossa hipótese – de que há uma profunda relação entre as possibilidades colocadas pelo ambiente fundamentado por garantias e instituições democráticas e a possibilidade de circulação pública de formas de vida que negam e subvertem as normas estipuladas pela matriz heterocisnormativa. Ainda que não sem constrangimentos e violações, seria esta implicação, sob as condições mencionadas, que permitiria a emergência cultural de formas de vida múltiplas, entre elas das existências transmasculinas, ainda que bem mais tardias, se consideradas as identidades gay/lésbica, travesti e transexual feminina. Isto posto, nos encaminhamos à nossa segunda hipótese, cuja formulação sustenta relação com a primeira.

b) Na medida em que circulam tais formas de vida, encarnadas em existências materiais concretas, as transmasculinidades imporiam, mesmo sem perseguir este objetivo, a constatação no mínimo desconcertante de que *todas* as masculinidades são elas mesmas ficções políticas. Ao menos esta seria a nossa segunda hipótese. Funcionando como uma espécie de imagem refletida, as transmasculinidades forçariam as masculinidades hegemônicas a terrível constatação de que são, de igual maneira e invariavelmente, uma imagem também refletida. De modo que toda e qualquer suposta distorção na imagem de expressões de gênero transmasculinas seriam indícios de que também há distorções na própria masculinidade hegemônica. Porque distorcido mesmo é o gênero, ficção política que é.

Seria por isso também que, ao frustrar qualquer suposta tentativa de autenticidade de um masculino, sobretudo daqueles que formalmente se inscrevem nas pretensas coerências de gênero, sexo, corpo, desejo, sexualidade, é que as formas de vida em questão só teriam condições concretas de emergirem como formas de vida coletivas em um ambiente de garantias democráticas mínimas, ainda que dispusessem de todo um caldo cultural ou mesmos

de condições tecnológicas para se elaborarem. E isto teria ocorrido em razão de que o ato de fazer-se no gênero é inarredavelmente uma ação política. De modo que retomamos a nossa primeira hipótese e a relação desta com a segunda.

A masculinidade normativa, por assimilar as pretensas coerências entre sexo, gênero, corpo, orientação sexual, práticas sexuais, desejos, elabora em si mesma uma equação do poder. Ao estabelecer-se no topo de uma hierarquia da existência humana, na qual todo o resto é diferença transformada em desigualdade, a masculinidade normativa se configura na reiterada confecção do que ela é, mas também do que ela não é. Tudo que nela não cabe é então outra coisa que não ela mesma. As masculinidades normativas seriam identidades forjadas sobre um conjunto de elementos de distinção, que as diferencia de todo o resto, ao mesmo tempo em que reivindicam para si uma pretensa universalidade. E por esta mesma razão seriam essas expressões identitárias, a forma de vida mais constituída de fragilidade, ainda que investida de poder.

Fundamentalmente localizado no intervalo temporal de 2008 a 2016, o processo social objetivado neste estudo foi circunscrito neste período em razão de considerarmos que houve uma massificação dos sujeitos que passaram a reivindicar publicamente as transmasculinidades como suas identidades de gênero. Devido ao fato de ser um fenômeno recente, mas também novo naquilo que expressa socialmente, a proposta inicial desta dissertação contava com o recurso metodológico de fontes primárias baseadas em entrevistas semiestruturadas dirigidas a alguns ativistas e lideranças trans (sobretudo homens), que tivessem atuado no período sob análise. Além destes, pretendíamos entrevistar também profissionais e pesquisadores relacionados às pautas reivindicatórias destes homens.

Este, aliás, havia sido o recurso metodológico central pensado para a pesquisa, de modo a buscar produzir um conteúdo novo, e que se abrisse à oportunidade de colher o importante e necessário registro de quem viveu os primeiros anos da visibilização da transmasculinidade no Brasil, e que também lutou e ainda luta pelo reconhecimento público desta identidade. Ou seja, colher o registro de quem deu os primeiros gritos para comunicar ao mundo que existe. Contudo, diante da impossibilidade temporal de realizar essas entrevistas nos reconduzimos a um novo desenho metodológico.

Sendo assim, além do recurso ao estudo bibliográfico, objetivamos reunir registros documentais que pudessem contribuir para a compreensão deste processo. Desde documentos governamentais e portarias emitidas por órgãos públicos do poder executivo, como o Ministério da Saúde (MS), ou do Poder Judiciário, até normativas e notas técnicas emitidas

por alguns conselhos profissionais, como os de Medicina, Psicologia e Serviço Social, e que possuem relação com a transexualidade e com as pautas reivindicatórias dos homens trans e da população de travestis e transexuais em geral.

Mas estes registros incluiriam também registros audiovisuais e jornalísticos, acervos digitais e livros que pudessem contribuir na costura narrativa desta história. Tais registros foram pensados tanto em termos do que a mídia foi capaz de produzir, como também naqueles registros que foram de alguma maneira produzidos, roteirizados, organizados ou veiculados pela própria população trans, especialmente, a população transmasculina. Para tanto nos valem da possibilidade de acessar conteúdos publicamente registrados e veiculados em plataformas da internet como sites, blogs e redes sociais.

Portanto, o que realizamos, bastante limitadamente, foi uma tentativa de recolher e reunir fragmentos que pudessem de alguma maneira registrar e nos permitir compreender parte do que este importante processo representou do ponto de vista político. Assim, a pesquisa apresentada compreende um estudo de caráter qualitativo, descritivo e exploratório.

1. GÊNERO COMO QUESTÃO: ENSAIANDO APROXIMAÇÕES COM O SERVIÇO SOCIAL

1.1. Serviço Social, pensamento marxista e as questões de gênero: uma tentativa de aproximação teórica e política

Em um relato profundo e delicado sobre uma conhecida figura das ruas do centro de São Paulo, o jornalista Chico Felitti (2017)⁶ conta a história de vida de Ricardo Corrêa da Silva, o ‘Fofão da Augusta’. Na reportagem “*São Paulo inteira conhece, mas que ninguém sabe quem é*”. Aos quase 60 anos de idade, a história de vida de Ricardo é uma síntese de quem viveu as contradições típicas da metrópole paulistana. Nascido em Araraquara, interior de São Paulo (SP), em dezembro de 1957, Ricardo parece ter chegado à capital por duas razões: a não aceitação de sua homossexualidade pela família, e a busca por oportunidades de trabalho.

Qualquer tentativa de síntese deste sensível relato seria inútil. Mas para a intenção colocada neste texto, nos interessa dizer que a vida de Ricardo se desenrolou atravessada pela violência decorrente da não aceitação familiar somada ao não *reconhecimento* (BUTLER, 2017) social de suas expressões sexuais e de gênero, bem como pela precarização da vida, em geral, decorrente das relações sociais de trabalho. Embora não se trate de um homem trans, mas de uma pessoa cuja imagem não se ancora nas representações normativas do gênero e da sexualidade, os percalços vividos por Ricardo reiteram o fato de que esta população, percebida como *queer/estranha* (e que abarca a população de travestis, mulheres e homens transexuais), constitui e sempre constituiu população usuária ou potencialmente usuária do Serviço Social.

A reportagem de Felitti (2017), que resultou de uma intensa jornada de 4 meses, entre idas e vindas, pesquisas e investigações, relatou ainda as muitas visitas ao Hospital das Clínicas (HC) de São Paulo, onde Ricardo esteve internado por um longo período de tempo. No interlúdio narrativo, a assistente social do HC aparece como a profissional que realiza o esforço de estabelecer algum tipo de interlocução institucional.

Ao longo de todo o texto, o jornalista menciona por inúmeras vezes a profissional, evidenciando a importância de sua atuação profissional não apenas no sentido de acompanhar

⁶ A reportagem cujo título traz uma frase dita pelo próprio Ricardo, “Fofão da Augusta? Quem me chama assim não me conhece”, foi publicada pela página de notícias do BuzzFeed em outubro de 2017. Disponível em: <https://www.buzzfeed.com/felitti/fofao-da-augusta-quem-me-chama-assim-nao-me-conhece?utm_term=.hcEM5Al8y#.jjeAn5Ro0>. Acesso em: 30 out. 2017.

o próprio usuário, mas também no esforço de levantar informações a respeito deste; de acionar seus acompanhantes e de informá-los sobre a situação do usuário; de realizar contato interinstitucional; e, sobretudo, particularmente neste caso, de se mobilizar para que o usuário internado na instituição pudesse encontrar ali alguma assistência, ainda que o resultado tenha se limitado à tentativa exitosa de sua identificação nominal.

O fato de recorrermos a tal relato neste texto, deve-se à possibilidade de, dada a sua riqueza narrativa, podermos reconhecer que a população de travestis, mulheres transexuais, homens trans, pessoas não binárias, e outras tantas não identificadas e identificáveis na matriz normativa do gênero e da sexualidade (BUTLER, 2015), terem *sempre* constituído parte significativa dos/as usuários/as que chegam ao Serviço Social, provavelmente, de modo mais comum e recorrente, justamente no âmbito das políticas de saúde (dado o seu caráter universalista) e de assistência social (dado o seu caráter seletivo utilizando o critério da pobreza).

Somos nós, assistentes sociais, (majoritariamente) mulheres, trabalhadoras assalariadas, que estamos na maior parte das vezes atuantes na ‘linha de frente’ do trabalho preconizado pelas políticas sociais destinadas à classe trabalhadora. E, em especial, dos seus setores cada vez mais precarizados e subalternizados. Somos nós, ao lado dos/as professores/as (quando na política educacional), ao lado de agentes comunitários/as (quando na política de assistência social) e ao lado de enfermeiras (quando estamos, sobretudo, na saúde), que temos a oportunidade e o dever de acolher, ouvir, acompanhar e orientar os sujeitos que chegam aos espaços sócio-ocupacionais onde nos inserimos profissionalmente. Ainda que, na maior parte das vezes, não seja isto que esta população venha a encontrar nesses espaços.

É importante, aliás, que seja destacado o fato de as políticas de saúde se configurarem como o espaço primordial de acolhimento da população de travestis e transexuais – o que em boa parte decorre da luta organizada destes atores sociais, e sobre a qual falaremos adiante. Em que pese o conjunto de ataques e, em especial aqueles praticados mais recentemente contra as nossas políticas sociais⁷ como um todo, ainda é na saúde, posto seu caráter universalista, que muitas travestis, mulheres e homens trans podem encontrar (algum) atendimento, mesmo que não sem dificuldades.

⁷ Em especial a Emenda Constitucional nº 95 de 2016, aprovada em segundo turno no Senado brasileiro em dezembro de 2016, que prevê o congelamento dos gastos sociais durante 20 anos, abrindo como único precedente a correção inflacionária calculada anualmente. Sobre o assunto ver Carta Capital, 2016 e Alessi, 2016.

Neste sentido, é oportuno que tomemos o relato analítico de Santos, Almeida, Vasconcelos, Marques e Guedes (2014) sobre a experiência de trabalho junto à população trans, no contexto da intervenção profissional do Serviço Social, dentro do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) da UERJ, cuja unidade constitui um dos centros de referência no Brasil para realização do processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo os/as autores/as:

as usuárias e usuários que temos atendido no cotidiano do hospital universitário são os mesmos que têm seus direitos interditados no âmbito da educação, da previdência, da assistência social. Essas mulheres e homens que ousaram desafiar o padrão da heteronormatividade compulsória narram, durante os atendimentos sociais, suas trajetórias de interdições aos direitos mais básicos e as repercussões desse *não acesso* às suas vidas, materializando-se, na atualidade, em fragilidades no campo educacional, no campo do trabalho, da vinculação previdenciária – que, associados ao preconceito, tornam a arte de viver uma tarefa bastante árdua. (SANTOS, ALMEIDA, VASCONCELOS, MARQUES, GUEDES, 2014, p. 163)

É pela natureza do nosso trabalho, pela forma através da qual nos inserimos na divisão social e técnica do trabalho, que ocupamos um lugar estratégico no contexto da execução das políticas públicas e sociais. Trata-se de um lugar profissional que, apesar de cotidianamente se demonstrar difícil e limitado, é também um lugar privilegiado para o estabelecimento de contato e de interação com os sujeitos que chegam, sob as mais diversas condições e circunstâncias, às instituições nas quais atuamos.

Deste modo, um segundo aspecto nos parece de fundamental importância para se pensar em que sentido os estudos e investigações que se interessem pelos debates sobre gênero e sexualidade podem acrescentar elementos às discussões travadas hoje na profissão. Em se tratando de uma pesquisa cuja proposta é compreender o processo de emergência pública das transmasculinidades – um processo que constitui também as bases do associativismo e da organização política do que hoje podemos entender por *movimento de homens trans e transmasculinos* – em que sentido podemos afirmar a sua pertinência para os debates hoje colocados na categoria profissional de assistentes sociais?

Sendo as políticas públicas o *locus* privilegiado de nossa atuação, é de se compreender que estas tenham se tornado também o objeto prioritário de nossa atenção e interesse científico. Segundo aponta Iamamoto (2015), em levantamento sobre as pesquisas desenvolvidas nos cursos de pós-graduação em Serviço Social⁸, a maior concentração de

⁸ A citada pesquisa consta em Iamamoto (2015) e foi realizada considerando-se os dados disponibilizados pela CAPES no ano de 2004. Em que pese o fato de terem se passado mais de 10 anos desde o levantamento dos dados em questão, já era possível verificar à época algumas características presentes nas pesquisas em Serviço

pesquisas encontra-se localizada no eixo temático relacionado às *políticas sociais*. Ao se fazer este levantamento, dividindo-se as pesquisas por seis eixos temáticos⁹, verificou-se que o eixo *família, relações de gênero e geração* ocupa o quarto lugar entre a ordem de prioridades temáticas. Contudo, este eixo somava apenas 12,9% das pesquisas até então desenvolvidas ou em andamento à época da coleta de dados, enquanto o eixo de *políticas sociais* acumulava 41% das pesquisas. Em sexta e última posição se agrupavam as pesquisas que se dedicavam a investigação sobre *movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular*, com apenas 5,8% do total de pesquisas verificadas.

O que isto nos denota é que o conjunto das prioridades temáticas colocadas pelo Serviço Social (e não há aqui um tom valorativo quanto a isto, apenas o fazemos como registro) não abarca os dois eixos temáticos entre os quais esta pesquisa poderia estar localizada.

Para Iamamoto (2015), o fato de que as pesquisas relacionadas aos *movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular* ocupem a última posição na ordem de prioridades temáticas da pesquisa em Serviço Social é, segundo ela, “motivo de preocupações” (idem, p. 461). Embora a autora relacione o eixo temático com as questões, urbanas, agrárias, de meio ambiente e movimentos sociais em geral, entendemos que este debate também se identifica com este eixo, figurando, portanto, entre aquelas pesquisas que não tem sido listada entre as prioridades científicas para o Serviço Social.

E, quanto ao fato de identificarmos esta pesquisa com os eixos temáticos que se situam entre os menos priorizados no Serviço Social, o fazemos por perceber na emergência pública das transmasculinidades seu caráter organizativo e político simultâneo à relação que estabelece com as questões de gênero. Neste quesito, contudo, é preciso reconhecer o empenho que tem sido realizado no âmbito do Serviço Social, sobretudo nos últimos anos, em estabelecer interlocução com os estudos de gênero, sexualidade e as teorias da interseccionalidade. Ainda que vinculados a diferentes correntes teóricas, muitos trabalhos e obras tem dado prioridade a esta reflexão. Pesquisadores como Mirla Cisne (2015),

Social que se mantém até hoje, e mesmo apontar tendências que emergiam à época. Por exemplo, o fato de que a temática de gênero aparecesse sob “relações de gênero” no eixo temático relacionado à *Família, relações de gênero e geração*. O que hoje, possivelmente, se reverberou para outras ênfases de análise que não apenas família e geração, como verificado à época. Deste modo, os apontamentos deste levantamento nos permitem traçar algumas modestas reflexões a respeito das prioridades colocadas na pesquisa em Serviço Social e mesmo das transformações em curso no interior da profissão.

⁹ Os seis eixos temáticos elencados por Iamamoto (2015) incluem, por ordem de relevância: 1. *Políticas sociais: Estado e sociedade civil*; 2. *Relações e processos de trabalho, políticas públicas e Serviço Social*; 3. *Cultura e identidades: processos e práticas sociais*; 4. *Família, relações de gênero e geração: sociabilidade, violência e cidadania*; 5. *Formação profissional em Serviço Social: fundamentos e exercício da profissão*; 6. *Movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular*.

Guilherme Almeida (2012), Vanessa Bezerra e Renato Veloso (2017), Luciana Patricia Zucco (2015), para que citemos apenas alguns exemplos. Além de muitos trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses.

Sobre o fato de que, especificamente, as estratégias mobilizadas coletiva e politicamente pelos sujeitos que constituem o público usuário do Serviço Social não venham compreender uma das prioridades de pesquisa para a profissão (ao contrário do que ocorre com as políticas públicas, estas sim encaradas como questão prioritária para a profissão) cabe destacar a observação crítica de Iamamoto (2015):

é motivo de preocupação o lugar secundário a que foi, por largo tempo, relegado, na literatura especializada [do Serviço Social], o conhecimento dos sujeitos, que são alvo do exercício profissional, como revela a **carência de publicização sobre o modo de vida, de trabalho, e respectivas expressões culturais dos segmentos de classes que constituem a população usuária dos serviços profissionais**. A categoria, no seu conjunto, dispõe de uma **possibilidade privilegiada de aproximação à vida cotidiana das classes subalternas**. Mas essa possibilidade pouco se tem revertido em **provocação para a pesquisa** que resulte na elucidação das metamorfoses e diferenças entre os vários segmentos das classes trabalhadoras e **de suas formas particulares de subalternidade, de organização e de lutas**. Em outros termos, **como vivenciam e enfrentam relações de exploração e dominação por meio de conformismos e rebeldias, no interior das quais vão se forjando como sujeitos individuais e coletivos**, construindo sua consciência não só como alienação, mas como mediação crítica da história. Esse é um pré-requisito para sintonizar o projeto profissional com as efetivas necessidades e interesses dos cidadãos e cidadãs que são usuários dos serviços prestados, sintonizadas com as organizações e movimento sociais por meio dos quais se expressam coletivamente. (IAMAMOTO, 2015, p. 241, grifo nosso)

Se esta população (cujas expressões identitárias sexuais e de gênero não se organizam segundo os pressupostos da norma social) sempre constitui parte do público alvo de nossa intervenção profissional, como já argumentado anteriormente, é preocupante o fato de que este mesmo grupo social (e ainda outros grupos sociais também atendidos por nós) seja tão pouco estudado em suas formas organizativas e que esta preocupação tenha figurado em um lugar secundário entre a nossa literatura especializada. Ou seja, as pesquisas desenvolvidas no âmbito profissional que se dedicam a publicizar as formas de organização e luta destes grupos, historicamente não se constituem enquanto uma prioridade para nós assistentes sociais. E há que se questionar quanto a isto.

A que e a quem interessa a não produção de conhecimento científico sobre as formas políticas de organização popular de grupos socialmente invisibilizados? E por que não ser o Serviço Social um dos campos possíveis de produção do conhecimento acadêmico e científico a também fazê-lo?

Para nós que estamos inscritos no PPGSS/UERJ e que buscamos, em geral, partir dos pressupostos teóricos e metodológicos materialistas, a categoria *trabalho* é tomada em sua centralidade. A centralidade que nós, assistentes sociais e pesquisadores/as do Serviço Social, conferimos a esta categoria social e de análise, exige de nossa parte o seu entendimento tanto em seu sentido ontológico quanto histórico.

Do ponto de vista ontológico, o trabalho compreende o fundamento responsável pela constituição do *ser social*, ou seja, uma espécie de “fenômeno originário” de sua fundação (LUKÁCS, 2013, p. 44). O trabalho, neste sentido, é tomado como um salto ontológico que afasta o ser social da natureza. Ou melhor, é o salto sem precedentes que permite ao ser social estabelecer com as esferas orgânicas e inorgânicas uma relação mediada, e mediada pelo trabalho.

Embora a pesquisa aqui pretendida esteja mais identificada e mesmo situada entre os chamados estudos de gênero e sexualidade, este fundamento do pensamento materialista nos parece profundamente caro ao entendimento que aqui se defende. A ideia de que ao ser fundado pelo trabalho, em seu sentido ontológico, o ser social passa a estabelecer uma relação de mediação com a natureza, significa dizer também que este ser social, como antecipa seu próprio significante, só pode ser apreendido na sua própria socialidade (LUKÁCS, 2013).

O chamado *ser social*, que tem no trabalho o fundamento de sua gênese, e que se estende por esferas como a da linguagem, é também o ser que não pode ser apreendido como mera expressão do mundo natural, em que persista sua ineliminável base biológica. As interpretações acerca da socialidade humana, que se orientam pela tendência à *naturalização* deste ser social, e das esferas mesmas que constituem a sua sociabilidade, são senão expressões que insistem no ocultamento de sua *verdade*, a verdade de sua imanente condição social.

Não há nada de *natural* no ser social, embora seja ele constituído e mesmo dependente das esferas orgânicas e inorgânicas. Aliás, as representações deste ser social que se projetam pelas lentes da naturalização, consistem em interpretações falseadas de nosso próprio processo histórico, e das condições de nossa existência, e que devem ser desveladas, portanto. E por que estes fundamentos seriam pertinentes ao se encampar os estudos sobre gênero e sexualidade?

As correntes do pensamento crítico que nas últimas décadas tem se dedicado a pensar o conceito de gênero na sua historicidade e também como uma categoria de análise (SCOTT, 1990) afirmam a importância de compreendê-lo em seu caráter construcionista. Embora esta

mesma corrente, e particularmente a historiadora Joan Scott (1990), para evitarmos generalizações, seja refratária às formulações que se tornaram conhecidas por serem *as* formulações marxistas sobre o conceito de gênero (das quais as chamadas ‘feministas marxistas’ clássicas são as principais referências, e para as quais muitas vezes o conceito de *patriarcado* seria mais importante ou se sobreporia ao conceito de gênero), estamos, apesar disso, inclinados a pensar que há conteúdos, elementos e mesmo fundamentos materialistas que ainda merecem melhor e mais aprofundado contato com a perspectiva crítica e construcionista de gênero.

Não há aqui, de nossa parte, uma pretensa e grosseira tentativa ‘reconciliatória’ entre matrizes epistemológicas distintas. Mas antes, um acompanhamento de tendências teóricas e políticas que tem sido encampadas, no sentido de produzir outros (e quem sabe novos) diálogos e horizontes coletivos. E, igualmente, uma modesta aposta de que talvez seja mesmo possível produzir diálogos profícuos ainda que preservadas diferenças.

Na palestra realizada em junho de 2016 no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ‘*Feminismos materialistas e teorias da interseccionalidade*’¹⁰, a professora Helena Hirata (2016) chamou a atenção justamente para o fato de haver um interesse renovado, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, entre feminismo e marxismo. O que para ela representava que o “casamento infeliz” entre ambos – em menção ao texto publicado por Heidi Hartmann em 1979, e intitulado ‘*The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union*’¹¹ – havia reencontrado alguma possibilidade de estabelecer novas reflexões. São reflexões fundamentalmente afetadas pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho, como também pelas contribuições políticas e teóricas dos feminismos e dos estudos interseccionais, de gênero e sexualidade.

A autora destacava assim, a emergência de um *movimento queer materialista* capaz de compatibilizar o feminismo *queer* e o materialismo. Segundo pontuava Hirata (2016) o “feminismo materialista também adota o paradigma interseccional, ou as teorias da interseccionalidade, que afirmam a interdependência das relações de gênero, de raça, e de classe, enquanto relações de poder”. A autora contesta assim, o paradigma da centralidade

¹⁰ O evento foi organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFRJ. Além da palestra houve o lançamento do livro ‘*Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*’, organizado por Helena Hirata, Alice Rangel de Paiva Abreu e Maria Rosa Lombardi. O áudio da palestra encontra-se disponível em: <<https://soundcloud.com/veronica-toste/palestra-helena-hirata-no-ifcs>>. Acesso em: 30 set. 2017.

¹¹ ‘O casamento infeliz entre marxismo e feminismo: para uma união mais progressista’, em tradução livre.

exclusiva do conceito de classe social para entender as relações sociais e a produção de desigualdades.

Seguindo esta tendência, mas tomando-a em seu aspecto propriamente político, e neste caso político partidário, em recente postagem publicada via *Facebook*, a página oficial do *Coletivo LGBT Comunista - Nacional*, uma organização própria do Partido Comunista Brasileiro (PCB), divulgava a recente realização de seu *I Seminário Nacional LGBT do PCB*. O evento, que aconteceu em setembro de 2017, reuniu militantes de 11 estados da federação para esta que havia sido a primeira organização do coletivo em caráter nacional. Segundo informava o texto contido no vídeo de divulgação do evento, “em 2015 é formado o Coletivo LGBT Comunista, uma organização partidária do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que atua como interface do partido com as [pessoas] LGBTs trabalhadoras” (COLETIVO LGBT COMUNISTA - NACIONAL, 2017).

Como informava o texto que acompanhava a divulgação do vídeo do evento acima, as atividades de formação política, que haviam sido ministradas por militantes e professores, objetivavam os debates e estudos sobre “a natureza do Estado, da sociedade civil, da democracia, das experiências de poder popular na Europa e América Latina”, das obras de Marx, Engels e Lenin, e ainda abria-se a discussão a respeito da “base real pela qual as relações sexuais e afetivas se organizam num determinado modo de produção social da vida em contraponto à ideias biologizantes ou culturalistas” (COLETIVO LGBT COMUNISTA - NACIONAL, 2017).

Embora o próprio texto contenha oposição às ideias apresentadas como “culturalistas”, pretendemos neste momento não nos atermos profundamente a este ponto, mas também não o deixaremos passar despercebido. Se no exemplo aqui trazido pareceu persistirem as “velhas” divergências entre o pensamento orientado pelo materialismo e as abordagens antropológicas das relações de sexo e gênero, talvez ele próprio tenha sido atravessado também por estas contribuições.

No clássico texto de Gayle Rubin (1993), *‘O tráfico de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo’*, a autora o inicia justamente fazendo referências críticas ao fato de o conjunto da obra de Marx não se dedicar a analisar o modo de produção e reprodução capitalistas considerando as relações sociais de opressão de caráter sexual. A centralidade ontológica e histórica relegada à categoria trabalho, características da obra marxiana, e que se soma ao vigoroso desvelamento das relações sociais de exploração do trabalho pelo capital e, portanto, das relações socialmente desiguais produzidas entre classes antagônicas, não seriam

acompanhadas por um estudo que contemplasse, com a devida atenção, o caráter sexual desta divisão social e técnica do trabalho, no contexto deste modo de produção.

É este incômodo teórico (e não menos político) que Rubin (1993) dedica parte de sua análise no texto mencionado. E é também por esta razão que a autora reconhece a necessidade de recorrer a outra terminologia conceitual que não os conceitos de “patriarcado” ou “modo de reprodução”, os quais, segundo ela, seriam “as alternativas mais comuns”. Este entendimento a teria levado a cunhar a expressão “sistema de sexo/gênero”, e que segundo a própria autora, em uma “definição preliminar” poderia ser compreendido como “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993, p. 2). Também nas palavras da autora seria o “sistema de sexo/gênero” o *locus* da vida social onde se engendram as opressões de mulheres, minorias sexuais, e de algumas características da personalidade humana.

A conceituação de Gayle Rubin (1993) impressa no termo “sistema de sexo/gênero” viria a ser retomada, dada a sua importância, por outras teóricas feministas igualmente relevantes. Entre as quais, a historiadora Joan Scott (1990), que ao falar sobre o fato do conceito de gênero não ter adquirido o seu próprio estatuto enquanto categoria de análise dentro do pensamento marxista, recorreria à Rubin (1993). E o faria mesmo para contestá-la. Neste caso, se referindo ao tipo de implicação observado por Rubin (1993) entre o conceito de gênero e de parentesco: “o gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente, ele é construído igualmente na economia, na organização política e, pelo menos na nossa sociedade, opera atualmente de forma amplamente independente do parentesco” (SCOTT, 1990, p. 22). Além de Scott (1990), Judith Butler (1990) também retomaria o pensamento de Rubin (1993), particularmente o seu conceito de “sistema de sexo/gênero”:

Ela [Gayle Rubin] entende, particularmente, que o ‘sistema de sexo/gênero’, o mecanismo cultural regulamentado de transformação de masculinos e femininos biológicos em gêneros distintos e hierarquizados, é, a um só tempo, comandado pelas instituições culturais (a família, as formas residuais da ‘troca de mulheres’, a heterossexualidade obrigatória) e inculcado pelas leis que estruturam e impulsionam o desenvolvimento psíquico individual. (BUTLER, 2015, p. 132)

A intenção perseguida aqui, ao falarmos deste *incômodo* politicamente teorizado, deve-se mais ao interesse de argumentar e atentar para o fato de que esta vertente teórica produzida pelas feministas construcionistas (ao se apropriar criticamente, e à sua maneira, da

teoria marxista, ao contrário de simplesmente negá-la como fazem as vertentes biologizantes), propiciou uma rica construção de um pensamento que mais tarde poderia, inclusive, reencontrar-se com o materialismo histórico e dialético sob contextos políticos, econômicos e sociais atualizados. Ao que nos parece, é justamente no contexto de uma *atualização conjuntural*, que este reencontro, ou *interesse renovado*, como Hirata (2016) faz referência, que a argumentação apresentada a respeito desta (re)aproximação teórica e política se faz pertinente.

Retomando então o aspecto político deste interesse renovado (e no caso apresentado político partidário), gostaríamos de abordar parte do conteúdo do vídeo de divulgação do *I Seminário Nacional LGBT do PCB*, publicizado via *Facebook* pela página oficial do *Coletivo LGBT Comunista - Nacional*. O vídeo de divulgação em questão trazia, além do já mencionado anteriormente, considerações de três militantes e professores que haviam participado do seminário. Entre eles, o professor Mauro Iasi, que fizera as seguintes considerações por ocasião do evento:

Fico muito contente com a realização do Seminário, e por vários motivos. Porque em primeiro lugar, pelo pessoal que construiu esse Seminário, que é uma nova geração do Partido Comunista Brasileiro, forjada aí na luta, **trazendo questões novas, problemas enraizados na classe trabalhadora, muita disposição de luta**, muita animação pra gente construir essa nova etapa do PCB. Segundo, pela própria natureza do tema, que eu acho que é, primeiro, **um acerto de contas histórico do Partido**, com a idade que o nosso partido tem, com os períodos históricos que ele percorreu, não fazem impunemente. E também **acumulando contradições, e uma delas foi exatamente a maneira como a tradição comunista e também o PCB trata a questão LGBT**. Isso deixou marcas no nosso partido, muitas vezes marcas traumáticas. Eu acho que isso demonstra uma maturidade do Partido em enfrentar essa questão. Em enfrentar, não sendo seduzido pelas questões da pós-modernidade, a pulverização das pautas identitárias, mas entender esta questão de fundo como uma questão pertinente pra reflexão socialista, dos revolucionários, daqueles que pretendem mudar o mundo. (COLETIVO LGBT COMUNISTA - NACIONAL, 2017, grifo nosso)

Mais adiante, o professor e militante acrescenta:

E também fico muito contente que isso seja discutido em um seminário que se preocupa com método, que se preocupa com a história com o debate político, com a qualidade teórica do debate, fugindo destes tempos de rebaixamento da questão. Em que muitas vezes a afirmação de certas pautas vem junto com o irracionalismo, vem junto com o rebaixamento teórico, vem junto com a negação da teoria e da reflexão teórica, como caminho pra **entender essas particularidades tão importantes na constituição da nossa época**. Então o Partido Comunista dá um salto muito grande. **Traz este tema, pertinente, necessário e urgente**, mas traz com a qualidade do movimento comunista. **Traz embasado no marxismo, traz embasado em uma teoria da história, traz embasado na teoria da luta de classes, que certamente não vai negar a particularidade, mas torná-la muito mais rica**, muito mais pertinentes ao conjunto dos temas do nosso tempo. Pra gente isso é muito revigorante. É uma prova de vida do Partido e **uma base de construção qualitativamente diferente, em homenagem**

àqueles que pra trás sofreram com sectarismo, perseguições, com o ocultamento, invisibilidade, tiveram que negar a sua condição [sexual e de gênero] pra poder afirmar a sua condição de comunista. Agora eu acho que é **um acerto de contas justo, necessário e urgente.** (COLETIVO LGBT COMUNISTA - NACIONAL, 2017, grifo nosso)

O seu depoimento traz variadas considerações, mas, talvez, para a argumentação aqui exposta, seja mais interessante e pertinente que nos limitemos, prioritária e centralmente, a uma delas. O fato de se *reconhecer* a necessidade de que o próprio partido faça seu “acerto de contas histórico” com a população LGBT que nela militou no passado, demonstra o fato de que se o conceito de gênero não adquiriu seu “estatuto enquanto categoria de análise” dentro da tradição teórica e política marxista – como observa Scott (1990). Contudo, ao menos, emergiu naquele momento do evento a possibilidade de publicamente demonstrar o *reconhecimento* das identidades sexuais e de gênero daqueles que hoje compõe o seu quadro político, e mais amplamente do conjunto da população LGBT como um todo – ainda que observado o estrito pertencimento à classe trabalhadora. Este reconhecimento sublinhado nos parece passível de ser compreendido em seu sentido estrito, mas também nos termos do que nos diz Butler (2017) sobre o *reconhecimento* enquanto a capacidade (ética, política e epistemológica) de apreender uma vida enquanto vida de fato. Sem se apresentar como uma decorrência do reconhecimento, a vida apreendida é também a vida que se sabe precária e cuja precariedade consta justamente na dimensão social da própria vida, ou seja, do fato incontestável da nossa (inter)dependência, daqueles que conhecemos ou não. Segundo a autora,

o reconhecimento caracteriza um ato, uma prática ou mesmo uma cena entre sujeito, então a ‘condição de ser reconhecido’ caracteriza as condições mais gerais que preparam ou modelam um sujeito para o reconhecimento – os termos, as convenções e as normas gerais “atuam” do seu próprio modo, moldando um ser vivo em um sujeito reconhecível” (BUTLER, 2017, p. 19)

Isto nos parece uma forma de não só produzir reconhecimento acerca de determinadas vidas. Mas também, e ainda que indiretamente, de admitir (se não a conceituação de gênero em si e por extensão as contribuições dos estudos feministas, interseccionais, de gênero e sexualidade) a capacidade de autoenunciação identitária por parte dos sujeitos. De modo que não seja exclusivamente pelo pertencimento de classe, mas também pela identificação com seus gêneros e sexualidade (neste caso não normativas), que por sua vez se forjaram e se fortaleceram no contexto da contribuição política e teórica acima sublinhada.

Este nos parece um momento histórico particular. Não exatamente novo ou inaugural, mas de retomada de processos teóricos e políticos que muitas vezes se fizeram, e se fazem, em rupturas e continuidades. Parece ser um processo que se vê na necessidade de caminhar outros caminhos, estabelecer novos arranjos. Um processo, portanto, que nos exige um olhar atento, cujo fortalecimento passa também pela compreensão teórica, pela capacidade de análise crítica, pelo conhecimento de categorias de análise típicas da tradição marxista, mas também daquelas que são caras e essenciais aos estudos interseccionais, de gênero e sexualidade, e aos próprios movimentos feministas e LGBT.

1.2. **Entre rupturas e continuidades: Serviço Social e disputas políticas**

O fato de nós assistentes sociais constituirmos, em geral, uma categoria profissional cuja atuação se materializa na esfera da reprodução das relações sociais capitalistas (IAMAMOTO, 2014), ou ainda por sermos profissionais cujos espaços sócio ocupacionais compreendem lugares de reiteração das normas estabelecidas pelo sistema de sexo/gênero (RUBIN, 1993), nos é demandada uma compreensão do conjunto das relações de poder que operam nestes espaços. Estas relações nos atravessam como trabalhadores e sujeitos situados no mundo, e atravessam as nossas práticas cotidianas e o nosso trabalho como um todo – ainda que nem sempre estejamos observantes quanto a isto.

É na esfera de execução das políticas sociais que estamos massivamente presentes. É nos hospitais e unidades de saúde, nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), na previdência social, nas escolas e unidades de ensino e pesquisa, e ainda nos equipamentos sócio jurídicos do Estado, em que nos inserimos e atuamos profissionalmente. É, portanto, em um espaço contraditório que estamos inseridos, espaço no qual se exerce o controle e o restabelecimento das condições necessárias à manutenção dos trabalhadores que possuem, é bom lembrarmos, outros tantos marcadores sociais.

É também na *fissura* deste controle, que podemos atuar de modo que nossa prática profissional não seja apenas repetição e controle (como ocorreu nas experiências descritas anteriormente) ainda que preservado o caráter inarredável do capital como modo de relação social. Para Iamamoto (2014), é possível pensar a noção de reprodução social sob os seguintes termos,

A reprodução é a continuidade do processo social de produção, porém, uma continuidade que não se reduz à mera repetição é uma continuidade no decorrer da qual o processo se renova, se cria e recria de modo peculiar. As condições de produção são, portanto, as da reprodução. (IAMAMOTO, 2014, p. 53, grifo da autora)

Esta passagem nos parece oportuna. Embora Marilda Iamamoto (2014) explicita sua vinculação teórica ao pensamento marxista, e faça em seus escritos uma reflexão significativamente autoral a partir das obras mais importantes de Marx, é também muito próprio de sua obra – em se tratando do Serviço Social como campo de produção científica – a forma de vinculação percebida entre as esferas produtivas e reprodutivas da vida sob as relações sociais capitalistas. Para Iamamoto (2014), o processo de reprodução social é também um processo de produção das condições socialmente necessárias ao funcionamento da esfera propriamente produtiva, não sendo possível que haja uma sem a outra.

Neste sentido, o incômodo teórico elaborado por Gayle Rubin (1993), como anteriormente apontado, encontra neste aspecto do pensamento de Iamamoto (2014) uma certa aproximação. É evidente que ambas as autoras partem de matrizes teóricas e proposições políticas muito distintas, sobretudo, no sentido de que uma efetivamente incorpora os pressupostos teórico-metodológicos presentes em Marx, enquanto a outra contesta mesmo suas categorias mais clássicas. Contudo, o que apontamos aqui é o fato de haver uma convergência no sentido de ambas não relegarem a esfera reprodutiva da vida social – ainda que Rubin (1993) não faça uso desta terminologia – a uma posição secundária ou *menor* frente à produção.

O desenvolvimento de uma pesquisa como esta, busca contribuir, ainda que modestamente, com alguns dos debates que tem sido colocados na profissão, uma vez que no centro do nosso interesse de análise está um grupo social que constitui e sempre constituiu parte da população usuária do Serviço Social. Se não efetivamente, ao menos em potencial, a população cuja expressão de gênero escapa a matriz normativa do sistema de sexo/gênero (RUBIN, 1993) sempre constou entre nossos/as usuários/as, fossem estes usuários/as de fato (atendidos/as) ou potencialmente (poderiam estar sendo atendidos/as, mas não foram). E isto, pelo fato de que nossos/as usuários/as não se apresentam unicamente como membros da classe trabalhadora, mas igualmente identificados com tantos outros marcadores sociais, como já lembrado.

Nossos usuários são, portanto, sujeitos pertencentes à classe trabalhadora e que também possuem raça/etnia, gênero, orientação sexual, diferentes níveis de escolaridade, religião, se assim os quisermos pensar. Deste modo, a importância de marcadores sociais

como raça e gênero, interseccionados à classe social, se faz central para que possamos compreender quem são os sujeitos a quem destinamos nossa atuação profissional. A força destes marcadores sociais se expressa ainda no fato de que estes “*chegam antes da própria pessoa*”. Ou seja, a força de enunciação do gênero, da raça/etnia se manifesta mesmo sem que seja dita uma só palavra, uma vez que se inscrevem nos corpos e os transcendem.

No âmbito mais amplo da profissão e do movimento histórico diante do qual estamos atualmente nos confrontando, torna-se ainda mais importante que tomemos em mãos as contradições históricas que marcam a nossa profissão. E neste ponto, a sua relação com o conservadorismo é central.

Desde o seu processo de renovação, o Serviço Social como profissão tem sido capaz de revisitar e questionar o seu lastro histórico conservador. Contudo, apesar dos esforços desta categoria profissional em alinhar-se com um projeto profissional e societário que tenha por princípio o compromisso com a classe trabalhadora e a emancipação humana como norte político, a profissionalização e o desenvolvimento do Serviço Social tem se constituído pela coexistência de relações de ruptura e continuidade. Segundo argumenta Netto (2006)

Subjetivamente, a ruptura se revela no fato de, pouco a pouco, os agentes começarem a desempenhar papéis executivos em projetos de intervenção cuja funcionalidade real e efetiva está posta por uma lógica e uma estratégia objetivas que independem da sua intencionalidade. O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual os seus agentes – ainda que desenvolvendo uma auto-representação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade – se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle. (NETTO, 2006, p. 71)

É, portanto, a vinculação histórica do Serviço Social com a dinâmica da ordem monopólica do capital, no sentido de fundá-la como profissão ao demandar a sua intervenção profissional, que torna a relação entre ambas profundamente implicada. No entanto, é também pela própria natureza da inserção dos/as assistentes sociais na dinâmica da divisão social e técnica do trabalho e das demandas requisitadas à profissão, que se abrem as possibilidades para fortalecer movimentos e projetos alternativos à ordem burguesa. É na fissura da institucionalidade que esta profissão tem a possibilidade de

desincumbir-se das suas tarefas contemplando diferencialmente os vários protagonistas sócio-históricos em presença. A opção por um tratamento privilegiado de qualquer um deles, porém, não é função de uma escolha pessoal dos profissionais – ainda que a supunha, é variável da ponderação social e da força polarizada dos protagonistas mesmos. (NETTO, 2006, p. 79)

E por não ser em função de mera escolha pessoal somente, mas da escolha coletivamente tomada pela categoria profissional, é que a opção por privilegiar e fortalecer determinados projetos e protagonistas sociais deve ser defendida no interior do Serviço Social. E quando assim o dizemos, o fazemos por compreender que tal defesa não deve passar apenas pela lapidação da (auto)representação que os/as assistentes sociais busquem forjar de si mesmos. Mas pela necessidade pungente de que cada vez mais nos organizemos no sentido de reiterar e fortalecer projetos sociopolíticos alternativos à ordem do capital (NETTO, 2006). De modo a nos tornarmos capazes de radicalizar o compromisso com os princípios e prerrogativas que orientam nosso Código de Ética, radicalizando, entre outras coisas, a defesa das formas de vida que preenchem de sentido este documento.

É especialmente oportuno que falemos sobre isto ao introduzir este trabalho sobre a emergência das transmasculinidades na cena pública brasileira. Buscar compreender a história através da qual um grupo social conseguiu promover a sua organicidade, forjando-se como protagonistas da própria luta, e fazê-lo no sentido de reiterar a força social destes agentes, passa necessariamente por aderir politicamente à defesa de um projeto de sociedade alternativa à capitalista, especialmente em sua fase imperialista, cuja conjuntura tem articulado o aprofundamento do neoliberalismo, ou ainda a implementação mesma de um projeto ultra neoliberal no Brasil.

A insistência na importância de tal conduta política se justifica pelo fato de que isto ganha materialidade em ações cotidianas que dão o tom da prática profissional. Não é óbvio ou espontâneo que esta profissão, cuja requisição está posta pelo Estado burguês, haja segundo os termos mencionados. Muito pelo contrário. Sobre a relação entre a autocracia burguesa e Serviço Social, Netto (2009) tece as seguintes considerações:

este trato repressivo esteve inserido numa relação altamente *seletiva* do Estado com a categoria profissional: a ditadura promoveu amplamente os quadros que a serviam e, de fato, nada está mais longe da verdade que imaginar que os assistentes sociais protagonizaram, pelos seus segmentos mais representativos, um papel de relevo na resistência democrática: realmente, o papel oposicionista destes segmentos só começa a se evidenciar sem ambiguidades quando a crise da ditadura já era profunda e parecia irreversível, aparecendo à luz do dia com obviedade por ocasião do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (São Paulo, 1979). (NETTO, 2009, p. 117)

A história do Serviço Social no Brasil, à época da ditadura, não havia ainda sido suficientemente consolidada para promover amplas resistências ao regime autocrático, ainda que isto contraste com a implicação política individual de alguns profissionais e docentes que tenham dela participado. Contudo, esta categoria profissional no seu âmbito internacional nem

sempre se dividiu entre a docilizada sujeição de um Serviço Social tradicional e a afirmação de uma posição crítica de um Serviço Social da Reconceitualização e, mais tarde, hegemonicamente defensor do projeto ético-político.

Em recente tradução parcial, a obra de Vasilios, Ioakimidis e Lavalette (2018) apresenta uma reunião de experiências do Serviço Social internacional que registram a postura praticada quando diante de momentos políticos marcados pela supressão de direitos e instauração de regimes autoritários. Para isto, os autores categorizaram a atuação profissional sob duas modalidades, a saber:

a função do Serviço Social no processo de construção de cima para baixo do tipo ideal de família como estabelecidos e construídos pelas elites dominantes [...] e] o envolvimento do Serviço Social em 'experimentos' mais amplos da engenharia social com consequências catastróficas para comunidades inteiras. (VASILIOS, IOAKIMIDIS, LAVALETTE, 2018, p. 6)

Divulgada imediatamente após o primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2018, ciente da importância e da urgência imposta pelos tempos que se avizinham, as experiências, muitas das quais inscritas na mesma Europa que é quase sempre lembrada por nós sob a insígnia do Estado de bem-estar social, nos revelam uma dimensão que também compõe a história do Serviço Social. Cujas disposições estariam na subsunção ou na adesão comprometida, e às vezes voluntária, para com regimes autoritários.

Da Alemanha nazista e a Espanha de Franco, aos projetos políticos de expansão colonial no Canadá e na Austrália, o *apartheid* na África do Sul, e mesmo em experiências democráticas como no caso dos Estados Unidos, o Serviço Social participou ativamente reforçando a opressão praticada por tais regimes, contrariando inclusive a sua autoimagem de bondade e benevolência, segundo argumentam os autores.

Vasilios, Ioakimidis e Lavalette (2018) observam que na experiência da Alemanha nazista, os/as assistentes sociais estiveram envolvidos nas ações praticadas pelo Estado ao contribuírem com o monitoramento das famílias e no enquadramento das crianças. Ao lado de pedagogos/as, cabia aos/as assistentes sociais o controle do sistema educacional com o objetivo de moldá-lo segundo os parâmetros da eugenia. Ao passo que na dimensão familiar, era demandada a segregação e o extermínio das famílias, cujos membros fossem, por alguma razão, considerados inadequados ao Estado alemão.

No interior desta dinâmica perversa, os autores apontam para o fato de haver ainda a requisição de que os homens cumprissem papéis socialmente assimilados ao universo masculino (o cidadão, o provedor e o soldado), e às mulheres as requisições socialmente

assimiladas ao feminino (a maternidade, o cuidado da família, a vida doméstica). Foi, portanto, para integrar uma prática de modulação das formas de vida, que os/as assistentes sociais atuaram na política social da Alemanha nazista.

Sob a ditadura franquista na Espanha, o Serviço Social esteve, assim como na Alemanha nazista, compromissado com o projeto de defesa de um modelo específico de família, na qual a mulher também era compelida a assumir as funções estritas à vida doméstica, sobretudo o cuidado dos filhos e da família, além de fortalecer o espírito nacionalista. Os autores dão ênfase ao fato de que o Serviço Social que incorporou as ordens deste regime autoritário, tinha na base de sua formação curricular a influência direta da igreja católica. Era ela a responsável pela direção ideológica dos/das assistentes sociais. Impregnando não só os currículos, mas dando a direção política da atuação profissional. Fiel apoiadora do regime franquista, a igreja católica soube perfeitamente como alinhar a atuação dos/das assistentes sociais às necessidades do regime.

Mesmo no interior de experiências democráticas, a exemplo da atuação nos Estados Unidos em meados do século XX, a profissão chegou a contribuir com práticas e recomendações profissionais que reiteravam a criminalização da pobreza. A exemplo disto, a implicação que tiveram na política de esterilização em massa da população mais pobre, balizada pelo pressuposto de que expressões da questão social, como o desemprego e a pobreza, seriam na verdade problemas de caráter hereditários.

O Serviço Social também foi agente executor de políticas inspiradas no darwinismo social. Ao lado da eugenia, a pretensa teoria que igualmente não dispõe de qualquer embasamento científico, justificava políticas de segregação racial e ainda outras práticas orientadas a eliminar grupos sociais específicos. Vasílios, Ioakimidis e Lavalette (2018) destacam que, embora o Serviço Social britânico tenha tido aproximações com o darwinismo social, foi, sem dúvida, a Alemanha nazista que elevou a patamares industriais esta perversa pseudociência:

Dentro de um período de 10 anos (1934-44), milhões de pessoas com deficiências físicas e intelectuais, minorias eslavas e comunidades ciganas, e homens e mulheres gays [lésbicas] foram subjugadas à detenção em massa, ao trabalho forçado, esterilização e extermínio. O cume catastrófico destas políticas foi o Holocausto, que resultou no assassinato de mais de 6 milhões de judeus. Assistentes sociais foram profundamente envolvidos não apenas no avanço das ideias do darwinismo social, mas também ativamente em sua utilização. Eles estavam envolvidos nos processos de diagnóstico das raças inferiores e na facilitação da detenção daqueles considerados 'impróprios'. (VASÍLIOS, IOAKIMIDIS, LAVALETTE, 2018, p. 19)

Para além de atestar a inexistência de qualquer vocação intrínseca a esta profissão, que historicamente se forjou acumulando contradições típicas da ordem monopólica do capital, e, portanto, a ela inerentes, o que a análise dos autores nos oferece é algo ainda mais significativo. Ficamos diante da possibilidade de perceber como as práticas profissionais de assistentes sociais puderam reiterar mecanismos de opressões da ordem vigente, e não somente questioná-los e resistir frente a eles, o que também ocorreu.

Desta forma, esses exemplos não apresentam em si mesmos o propósito de atribuir contornos valorativos à profissão ou àqueles que fizeram parte destas experiências. É inútil condená-los ou absolve-los. O propósito reside em extrair destas experiências a compreensão histórica sobre como setores específicos da sociedade podem contribuir com a implementação e a radicalização da barbárie, na medida em que optam pela neutralidade ou se vinculam a determinados programas políticos-ideológicos.

Em se tratando desta possibilidade é oportuno que resgatemos a contribuição de Bueno (2017). O autor, ao apresentar elementos sobre a crítica dialética de Theodor Adorno ao fascismo, nos permite constatar a pertinência da tese apresentada na obra *Dialética do esclarecimento*. De fato, as tendências regressivas podem ser perfeitamente cabíveis à *razão esclarecida*. De modo que não vigora propriamente, entre os que defendem a mais radical desumanização de determinados sujeitos, grupos sociais, povos, etnias e nações inteiras, o imperativo exclusivo da ignorância e do desconhecimento. Há, em verdade, uma enorme e significativa dose de escolha deliberada pela barbárie. E que em última análise representa o cumprimento obediente aos mandos e exigências do capital, prescindindo do legítimo direito à resistência.

Deste modo, a opção pela barbárie, pela qual alguns setores sociais tem demonstrado forte inclinação, não pode ser compreendida como uma espécie de regressão ontológica, de recuo qualitativo frente àquilo que nos funda em nossa sociabilidade. Mas como um caminho para a realização das necessidades intrínsecas ao capital, em sua apresentação absolutamente espoliante.

Estas mediações nos permitem identificar a existência de uma incompatibilidade entre a radicalização de um projeto societal capaz de produzir reconhecimento e afirmar garantias sociais a determinadas grupos que compõe o tecido social. E isto, pela razão mesma de que as formas de vida que tais grupos supõem, a exemplo da população LGBT e sobretudo da população trans, não só esbarram no não reconhecimento, como também compõem o

diversificado alvo para o qual aponta as exigências ultra neoliberais mascaradas pelo véu opaco da boa ordem e da moralidade.

É por esta razão que, apesar da categoria hegemonicamente ainda defender um projeto profissional e societário alinhados com princípios e valores éticos que nos mantém comprometidas/os com os interesses da classe trabalhadora, tendo em consideração a expressão de sua diversidade de gênero, orientação sexual, raça, cor, etnia, religião, entre outros marcadores sociais, é fundamental que defendamos permanentemente tal projeto, pois a disputa por sua hegemonia é igualmente permanente.

2. TRANSEXUALIDADES MASCULINAS: UMA REVISÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

Neste capítulo iremos apresentar um pouco sobre o processo que culminou na compreensão dos corpos tal como hoje são apreendidos. Da centralidade histórica da diferenciação sob *dois sexos*, ou o chamado *dimorfismo sexual* (LAQUEUR, 2001), paradigma socialmente construído na história recente do ocidente, às normas decorrentes deste postulado. Normas cujas validações se apresentam sob a forma de um conjunto de exigências em torno do sexo, do gênero, da sexualidade, dos desejos sexuais, das práticas sexuais e sociais, e que podem ser compreendidos como legalidades socioculturais organizadas por uma espécie de complexo-maior produtor de legalidades, a *matriz heteronormativa*. (BUTLER, 2015; PRECIADO, 2014, 2018).

É decorrente desta matriz o conjunto de normatizações que passaram a gerir os corpos no mundo ocidental durante os últimos séculos. Sendo as suas legalidades transversalmente produzidas e reiteradas no interior de saberes e instituições sociais. Entre elas a medicina social, a psiquiatria, o direito, a psicologia, as ciências sociais, o mundo do trabalho, a família, para que citemos apenas algumas.

Um efeito normativo induzido pela matriz heteronormativa recai necessariamente sobre a exigência de uma suposta coerência entre a composição e a apresentação anatômica fisiológica do aparelho sexual e das expressões de gênero dos sujeitos. Tal exigência produziu, inclusive, uma espécie de critério responsável por conferir autenticidade aos corpos. Assim, podemos buscar compreender a *transexualidade* (BENTO, 2008; ARÁN, M.; ZAIDHAFT, S.; MURTA, D., 2008; TEIXEIRA, 2012), enquanto uma categorização decorrente da matriz heteronormativa, ou da *matriz heterocisnormativa*, como mais adequadamente caberia nomear.

Este capítulo, portanto, se propõe a compreender a dinâmica das legalidades sociais que estabeleceram este conjunto de arranjos e critérios, e que arbitrariamente determinaram a transexualidade em oposição à *cissexualidade*; as *transgeneridades* em oposição às *cisgeneridades*. (RODOVALHO, 2017). E mais detidamente observar a dinâmica em torno da qual determinadas legalidades e normatizações buscaram e ainda buscam caracterizar as pessoas que realizaram uma passagem autodeterminada do gênero, desidentificando-se com o assinalamento social dos signos do feminino, ao gênero autoidentificado com os signos do

masculino, cujo grupo social convencionou-se chamar de *homens trans* (ALMEIDA, 2012; ÁVILA, 2012, 2014).

É com o objetivo de compreender a emergência pública do grupo social identificado com as *transmasculinidades* que percorreremos o chão histórico sinalizado acima.

2.1. Os limites do binarismo de gênero

A base biológica dos corpos humanos tem sido historicamente apreendida por meio de interpretações socialmente construídas e que vieram a tornar-se mais ou menos hegemônicas conforme cada época e lugar, especialmente no ocidente a partir do século XIX. Ao menos é no sentido desta percepção que convergem as contribuições de Laqueur (2001), ao traçar uma história da construção social da diferença anatômica e fisiológicas dos sexos.

Somente a partir do século XIX, a medicina, como grande instituição detentora de poder e produtora de saberes sociais, passou a compreender que os corpos poderiam ser apreendidos sob a distinção de dois sexos. Até então, o *modelo de sexo único* (LAQUEUR, 2001) havia fornecido as bases para a compreensão dos corpos humanos.

Laqueur (2001) insiste na compreensão de que no período inicial do iluminismo e mesmo no período pré-iluminista, a exemplo do que se pode recolher de alguns registros textuais da época, o que hoje chamamos por sexo seria um "epifenômeno", uma expressão primária, uma manifestação quase acidental. Ao passo que aquilo que denominamos por gênero encontraria ressonância na realidade, nos homens e mulheres daquela época. Isto se explicaria pelo fato de que, segundo as acepções que hoje atribuímos ao sexo, em termos morfológicos e biológicos do aparelho sexual, e ao do gênero como expressão cultural, àquele tempo estava inscrito em um "modelo de sexo único". Deste modo, "ser homem ou mulher era manter uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, não *ser* organizadamente um ou o outro de dois sexos incomensuráveis" (LAQUEUR, 2001, p. 19).

O autor esclarece que os corpos historicamente lidos como masculino e feminino e que hoje são concebidos sob modulações *distintas* e *opostas*, já foram interpretados como "versões hierárquicas e verticalmente ordenadas de um [mesmo] sexo" (ibidem).

A superação deste paradigma se possibilitou por meio de uma multiplicidade de transformações. Entre elas o aperfeiçoamento da medicina como prática social. O que veio a ocorrer somente quando as diferenças anatômicas e fisiológicas entre homens e mulheres ganhavam relevância em termos políticos. São, portanto, as transformações geridas no interior

da sociedade capitalista que empurram o conhecimento científico a se debruçar sobre o desvendamento do funcionamento biológico dos corpos.

Embora Laqueur (2001) não se aprofunde a este tipo de categorização, sabemos que o autor está em verdade considerando as transformações científicas e políticas geridas durante a *fase concorrencial* do capitalismo. A superação do *one sex model* (modelo de sexo único) para o estabelecimento do *dimorfismo sexual*, tem no seu pano de fundo histórico a emergência da sociedade burguesa, mais especificamente a partir da segunda metade do século XIX.

As transformações que atravessam esse período são, é claro, de natureza econômica, a exemplo, o surgimento dos monopólios capitalistas e as alterações no funcionamento dos bancos, mas também de caráter científico-técnico. Desde o beneficiamento de insumos hoje considerados mais básicos como o papel, ao nascimento da indústria dos fármacos, cujo enorme potencial de manipulação química dos corpos viria a ser verificado no século seguinte. O fragmento abaixo traz um compêndio capaz de mensurar o grau de transformações que estavam em curso:

Importantes desenvolvimentos estavam se realizando no domínio das ciências naturais, estimuladas pelas demandas da indústria e fortemente marcadas pelo positivismo: novas concepções abriam caminho na biologia, a química avançava e a física registrava progressos. Os impactos desses desenvolvimentos na produção (afetando insumos, meios de produção e mercadorias) foram de tal ordem que alguns historiadores caracterizam o último terço do século XIX como o de uma 'segunda revolução industrial' [...] a aplicação da química permite obter papel a partir da polpa de madeira (1885) e alumínio a partir da bauxita (1886) e revolucionaria a produção de álcalis e de tintas colorantes e dá nascimento à indústria de fármacos" (NETTO, BRAZ, 2007, p. 176).

Na medida em que a medicina ocidental encontrava possibilidades de avançar seus estudos, o *dimorfismo sexual* torna-se então o novo paradigma para a apreensão sociocultural dos corpos (LAQUEUR, 2001).

É a medicina social, que emergiu na fase concorrencial do capitalismo, que então estabelece o paradigma do dimorfismo sexual. Evidentemente, tratam-se de dois longos e complexos processos cuja compreensão não cabem reduções. Mas o fato é que há uma relação de causalidade entre ambos. O estabelecimento da medicina social se coincide com a fase concorrencial do capitalismo. Na esteira deste processo, o paradigma do dimorfismo sexual é então postulado.

A medicina como uma prática social se estabelece ao final do século XVIII em meio ao desenvolvimento capitalista em sua fase urbano-industrial. São os processos deste lugar que passam a então constituir objeto de interesse da medicina social.

Foucault (1972) ao tecer considerações sobre a origem da medicina moderna, cujo período remonta ao final do século XVIII, traça um questionamento que nos é pertinente. O autor se propõe pensar se esta medicina, contemporânea ao surgimento da economia capitalista em sua fase urbano-industrial, seria, por esta mesma razão, a expressão de uma prática médica individualista. Ou seja, se a medicina moderna, uma vez que preserva relações com a sociedade burguesa consistiria tão somente em uma medicina individualizante, cuja relação central estaria reduzida à interação médico e paciente, e atravessada por relações de mercado, em detrimento de eventuais dimensões coletivas e sociais. A pergunta a qual o autor se propõe pensar tem o não como resposta.

Para Foucault (1972) a medicina moderna é fundamentalmente uma medicina social, cujo elemento de fundo estaria na chamada "tecnologia do corpo social". Ainda que persista as relações de mercado e haja, evidentemente, a relação entre médico e paciente, não seria correto limitar o entendimento da medicina moderna a isto somente. A hipótese lançada pelo autor aponta que o próprio capitalismo teria redimensionado a prática médica dos limites do mundo privado, para a exterioridade da vida social, uma vez que lhe é próprio o controle dos corpos coletivamente organizados na forma de força de trabalho. Em suas palavras:

Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política. (FOUCAULT, 1972, p. 47)

Logo, não é casual que a emergência do paradigma do dimorfismo sexual coincida com a ascensão da sociedade burguesa. Uma vez que é no capitalismo que a divisão social e técnica do trabalho (divisão esta que também incide sobre os corpos) ganha contornos ainda mais aprofundados, embora a divisão social do trabalho anteceda este modo específico de produção e reprodução da vida. O que se constata, inclusive, no fato de que homens e mulheres historicamente executem tarefas e funções distintas, a depender da sociedade e do período histórico colocados sob perspectiva, como observado por Gayle Rubin (1993). Sendo verificável, desta forma, que em algumas sociedades as mulheres fossem, por exemplo,

caçadoras, coletoras ou responsáveis por cuidar dos filhos, e em outras os homens assumissem estas atribuições.

Neste ponto, é válido que recuperemos o emblemático trabalho de Margaret Mead (2000) sobre povos tradicionais da Melanésia. Seu estudo etnológico sobre os povos Arapesh, Mundugumor e Tchambuli evidenciou o quanto as atribuições, características e comportamentos sociais podem ser diversamente determinadas pelo sexo, a depender da sociedade. Nos abrindo à possibilidade de considerar, inclusive, que na feitura das diferenças sociais, mesmo o componente supostamente mais biológico e intrínseco aos sujeitos, como o sexo, pode estar submetido à construção social.

De modo a não ser o sexo propriamente o indutor das construções sociais dos sujeitos, mas os constructos sociais responsáveis por atribuir um sentido social ao sexo; quebrando, portanto, a noção de uma natureza masculina ou feminina. Como efeito disto, era distinta entre si o modo através do qual os membros dos grupos sociais, analisados por Mead (2000), se organizavam em torno da divisão social do trabalho. Cabendo distintos comportamentos e atribuições entre homens e mulheres de diferentes agrupamentos.

No mundo ocidental, no contexto da sociedade de classes, o trabalho passa a se organizar de forma radicalmente distinta, aprofundando, à sua maneira, a divisão social e técnica do trabalho. E este entendimento também está presente na tradição marxista, como é possível observar na seguinte passagem:

A divisão social do trabalho é muito mais antiga do que a sociedade capitalista, mas – como consequência da amplitude cada vez maior assumida pelo domínio da mercadoria – suas repercussões adquirem uma tal difusão e profundidade que assinalam mesmo uma transformação da quantidade em qualidade. (LUKÁCS, 2010, p. 62)

A forma típica de divisão social e técnica do trabalho no capitalismo além de dividir os sujeitos entre produtores diretos (a classe dos trabalhadores) e aqueles que se apropriam do trabalho alheio (a classe dos capitalistas), faz ainda um uso muito particular das diferenças sexuais para também organizar o mundo do trabalho em sua totalidade.

Neste sentido, a contribuição teórica de Emily Martin (2006) é extremamente rica para que possamos compreender como os sujeitos assinalados sob o signo social da feminilidade – e neste caso a autora se refere particularmente às mulheres cisgêneras – tiveram uma apropriação social de seus corpos de forma específica e condizente com os interesses deste modo de produção tipicamente capitalista. A autora nos apresenta como um corpo com

determinados aspectos biológicos tem a ele atribuído um sentido social específico no contexto das relações sociais do capital.

Em se tratando dos sujeitos pertencentes à classe trabalhadora, estes corpos socialmente lidos como “corpos de mulheres” (cisgêneras) destinam-se a formas de exploração material e espiritual que são muito próprias desta organização social. Para nos demonstrar isto, Martin (2006) apresenta um estudo minucioso de como o corpo socialmente percebido como o “corpo de mulher” é revestido por uma interpretação social que alinha a sua expressão de gênero, o seu sexo, e a sua sexualidade à funcionalidade social que dele pode ser extraída e privadamente apropriada. O que a autora nos demonstra é que, para além do modo vil da exploração do capital, às mulheres cabe uma relação de não propriedade para com o próprio corpo.

Este entendimento demonstra também como o olhar médico sobre o “corpo da mulher” se circunscreveu na relação com a sua funcionalidade produtiva, que é biológica, mas também laboral. A ideia de uma “saúde da mulher” (no sentido atribuído a certo padrão de política de saúde destinada às mulheres em geral) é atravessada pela ideia de sua saúde reprodutiva e, portanto, de seu potencial reprodutivo – independente do fato de ser ou não ser a reprodução biológica um desejo e/ou possibilidade para a mulher. De modo que só faz sentido considerar a saúde deste corpo na medida em que seu bom funcionamento também representa a possibilidade de extração de valor. Isto, segundo Martin (2006), pode ser percebido inclusive tomando-se como análise o léxico médico desenvolvido nos estudos referentes aos “corpos de mulher”.

A tendência de que a saúde, sob a forma de políticas sociais, em geral disponibilizadas para as mulheres cisgêneras, esteja atravessada pela generalização da ideia de que este corpo deve ser apreendido na sua potencialidade produtiva, é também apresentada por Almeida (2005) ao investigar os percursos traçados pela mulher lésbica na saúde, especialmente na saúde especializada com foco neste grupo social. Segundo o autor, quando colocado em perspectiva o atendimento do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), o que se verifica é a “inadequação da atenção dispensada às lésbicas, porque a preocupação do Programa continua sendo a saúde reprodutiva em detrimento da saúde sexual, as mulheres sendo absorvidas enquanto mães” (ALMEIDA, 2005, p. 288).

O que pretendemos apontar com isto é que além do paradigma do dimorfismo sexual entender que o sexo se manifesta sob a sua expressão dual, é dele decorrente também a política e a norma social que busca organizar uma coerência ficcional entre sexo, gênero e

desejo. É na chamada *matriz heterossexual* ou *heterossexualidade compulsória* (BUTLER, 2015) que se engendram tais paradigmas e se confeccionam as molduras da cisnormatividade e da heteronormatividade, ou a chamada heterocisnormatividade, que busca organizar de forma naturalizante e artificial a orientação sexual e também o gênero; cuja lógica admite sem contestações que pênis está para homem, assim como vulva está para mulher.

Se é uma constatação, segundo nos apresenta Almeida (2005), que uma mulher cisgênera não encontra nos serviços de saúde especializada o atendimento adequado em decorrência de sua forma de viver a sexualidade e, por extensão, a forma de vivenciar a sua orientação sexual, há grande probabilidade de que possamos estender esta afirmação para pessoas com vagina em geral.

O que nos leva, assim, a refletir sobre as implicações de algumas prerrogativas de certos “campos discursivos e práticos” (LIMA, CRUZ, 2016), como a medicina, o direito, a pedagogia, a sociologia, a psicologia e também o serviço social. E neste caso, especialmente, quando em se tratando de pessoas cuja assimilação social deu-se sob este signo do feminino, em razão de apresentarem uma genitália socialmente interpretada como “de mulher”, mas que no decorrer da vida se perceberam desidentificadas com tal signo social da feminilidade.

É nesta direção que pretendemos desenvolver a reflexão neste tópico e ao decorrer do capítulo.

2.2. Transexualidade na perspectiva das ciências humanas e sociais

Para que sejam pensadas as lutas do movimento trans é importante que também se pense a respeito dos processos de surgimento e de construção das categorias identitárias *travesti*, *transexual* e *transgênero*, tão presentes e fundamentais a esta proposta de pesquisa e aos debates em questão.

Sendo as análises de Carvalho e Carrara (2013) um importante referencial teórico à compreensão dos processos de construção de tais categorias identitárias e dos ativismos trans no marco da história brasileira, alguns dos elementos deste estudo serão aqui utilizados de modo a desenvolver o referencial teórico e embasar futuras reflexões. Tal referência contempla uma ampla perspectiva histórica, além de recuperar a história do movimento social de travestis e transexuais no Brasil, no âmbito do movimento LGBT, por meio de relatos de importantes lideranças.

Segundo o levantamento de Carvalho e Carrara (2013) é possível situar entre as décadas de 1980 e 1990 a origem do que hoje se chama por “movimento trans”, no contexto brasileiro. Contudo, o processo de emergência e construção das categorias identitárias acima mencionadas se desenvolveram a partir dos anos 1960 (quando surge o termo *travesti* no contexto brasileiro), passaram pelos anos 1990 e 2000 (quando surgem e desenvolvem-se as categorias *transsexual* e *transgênero*, também no contexto brasileiro), e estendem-se à atualidade, posto o caráter extremamente dinâmico que estes debates e ativismos tem assumido não só no cenário nacional, mas também internacionalmente.

O termo *travesti* aparece no Brasil, entre anos 1960/1980, no processo de definição identitária do que seria o homem homossexual, numa relação de objetiva oposição (CARVALHO; CARRARA, 2013). Se por um lado se inicia a separação do que seja orientação sexual e do que seja identidade de gênero, por outro, o termo *travesti* acaba sendo utilizado para delimitar o que este homem homossexual (que busca respeito e aceitação social e já se organiza em movimento) não é.

O investimento em desconstruir um estereótipo pejorativo da homossexualidade do homem, descolando-a de qualquer resquício de feminilidade, beira uma prática misógina, embora em nenhum momento os autores se utilizem do termo para descrever esta construção. Além disso, conforme um dos relatos trazidos pelos autores, a imagem d’o’ *travesti* era facilmente assimilada a sujeitos pertencentes às classes perigosas, produzindo aproximações entre perspectivas de gênero, sexualidade e (segmento de) classe (e certamente cor/raça/etnia), uma vez que eram percebidos como “*prostitutos [qu]e acabam se envolvendo com pequenos furtos ou drogas*”¹² (CÂMARA, 2002, p. 57 apud CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 323).

É possível, portanto, pensar este momento a partir da emergência do termo *travesti*, simultaneamente à produção do seu estigma (GOFFMAN, 2012). Tal construção da imagem d’o’ *travesti*, desagregada da figura do homem homossexual e associada à prostituição e aos indivíduos perigosos, é útil para que sejam compreendidas a construção e o surgimento de tal identidade no contexto da história brasileira. Nesta compreensão nacional da travestilidade, o sujeito *travesti* é identificado como “aquela pessoa que adota o gênero feminino, realiza intervenções cirúrgicas, usa cotidianamente roupas e adereços associados ao mundo feminino, mas que, a priori, não deseja realizar a cirurgia de transgenitalização” (LEITE JÚNIOR, 2013, p. 373).

¹² O trecho sintetiza a compreensão de João Antônio de Souza Mascarenhas, participante do movimento gay e membro do Triângulo Rosa, que no ano de 1987, em duas ocasiões, proferiu esta afirmação. O trecho fora extraído da obra de Cristina Câmara, intitulada *Cidadania e Orientação Sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa* (2002).

Logo, a noção de *travesti* enquanto uma categoria identitária, propriamente, emerge a partir dos anos 1980 (CARVALHO; CARRARA, 2013). Ao longo deste processo os sujeitos identificados com esta identidade passaram a ser incorporados pelo então movimento homossexual. Essa dinâmica está relacionada ao redirecionamento do movimento, que começava a se organizar um pouco mais a partir de identidades coletivas, do que estritamente em torno da questão da sexualidade, e da homossexualidade propriamente. Contudo, este processo não se deu sem disputas e conflitos. Os autores, por meio de depoimentos das lideranças travestis da época, registram as tensões que atravessaram, por exemplo, a criação da ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais).

Ainda mais recente é o surgimento da categoria *transexual*, assim como os debates em torno da transexualidade, que aparecem no contexto nacional, entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Uma interessante observação dos autores (CARVALHO; CARRARA, 2013) relaciona ainda a emergência destas identidades (travesti e transexual) e suas demandas por transformações corporais, aos avanços tecnológicos¹³.

Para além do surgimento das categorias travesti e transexual (CARVALHO; CARRARA, 2013), outros referenciais teóricos buscam contextualizar a emergência destes termos à distintos significados, construções e perspectivas históricas. Entre as quais, as definições e os discursos médicos sobre travestismo e transexualidade. Terminologias estas emergentes no início do século XX, no interior da sexologia ocidental europeia.

A despeito dos possíveis significados e usos dos termos travesti, transexual e transgênero, a compreensão médica das experiências trans, em geral, tem consistido em situá-las como desordens mentais passíveis de diagnóstico e catalogação psiquiátricas. Sob esta perspectiva, a Associação Psiquiátrica Americana (APA), desde 1994, tem classificado a experiência da transexualidade sob a denominação médica de *disforia de gênero* (MURTA, 2013)¹⁴.

As teorizações médicas das experiências trans, somadas ao avanço tecnológico, se desenvolveram na medida em que a medicina foi ocupando o lugar de agente estratégico na definição e no reconhecimento da transexualidade como psicopatologia. Na continuidade deste processo, o discurso médico se legitimou ao prescrever a adequação do sexo ao gênero

¹³ Sobre a relação entre tecnologia, sexo e gênero ver Preciado (2015).

¹⁴ Com relação a esta classificação é importante pontuar a recente decisão da Organização Mundial da Saúde (OMS) em retirar a transexualidade da lista de doenças mentais demonstrando concordância com a mais atualizada edição da Classificação Internacional de Doenças (CID 11), que passou a caracterizar a transexualidade no interior da categoria sobre saúde sexual. A decisão apesar de comemorada foi analisada com cautela e ressalvas por parte da comunidade e ativistas do movimento trans.

autopercebido, por meio de tratamentos hormonais e da redesignação sexual. Simultaneamente, o acesso aos devidos tratamentos e, sobretudo, às tecnologias de modificação corporal do sexo tornaram-se, quase exclusivamente, viáveis por meio do respaldo médico. Logo, preencher aos requisitos compatíveis com o diagnóstico médico de *disforia de gênero* passou a ser uma condição imprescindível à materialização do desejo de submeter-se a cirurgia de redesignação sexual.

Este imbricamento produziu, no interior do saber médico, aquilo que convencionou-se chamar de “transexualismo verdadeiro” (MURTA, 2013). Categoria elaborada entre os sexólogos do século XX, a definição influencia até hoje os manuais diagnósticos da medicina. Tendo por objetivo excluir o diagnóstico de outros *desvios sexuais* como o travestismo, a noção de “transexualismo verdadeiro” caracteriza o indivíduo que a vivência, por meio de definições rígidas e estanques. Distúrbio emocional; grau elevado de desorientação e discordância entre sexo e gênero; sentimento de repulsa em relação ao próprio órgão sexual e demais caracteres sexuais; desejo de submeter-se à cirurgia para adequação do sexo e demais caracteres sexuais; constam, entre outras manifestações, no conjunto de características comuns ao diagnóstico em questão. Como se todas as pessoas que desejam submeter-se à redesignação sexual tivessem rigorosamente os ‘sintomas’ descritos acima, e como se os sintomas mesmos fossem capazes de sintetizar o que seja a experiência da transexualidade.

A noção de transexualismo verdadeiro, e o rigor da definição médica em geral, reduziu a multiplicidade das experiências transexuais no mundo contemporâneo à um conceito universalista e essencializador. Ao contrário do que sugere a medicina, no contexto das ciências humanas e sociais, os indivíduos que a vivenciam tem sido percebidos como aqueles cujas vivências de gênero questionam o dimorfismo sexual e o determinismo biológico. Esta crítica, contudo, não se fundamenta apenas entre o saber científico das ciências sociais e humanas.

São os sujeitos que vivenciam a transexualidade e/ou travestilidade que relatam a própria experiência sob um prisma multifacetado de possibilidades. De modo que, a produção de uma noção de “transexualismo verdadeiro” (MURTA, 2013), embora tenha garantido o reconhecimento desta identidade e o acesso aos tratamentos médicos necessários a vivenciar o gênero autopercebido, incorre na controversa questão da patologização da transexualidade¹⁵, além de limitar profundamente o entendimento acerca destas experiências.

¹⁵ A respeito da questão da despatologização da transexualidade há um grande debate que divide opiniões, argumentos e posicionamentos políticos de ativistas e pesquisadores; sobre isto ver MURTA, 2013 p. 76-79; ARAUJO, 2013, p. 95-96; RAMOS, 2013, p. 102; ALMEIDA, 2013a, p. 113-117.

Muitas pessoas travestis, transexuais e/ou transgêneros, ao relatarem a experiência da própria transição corporal e identitária desestabilizam definições que categorizam com rigor a multiplicidade de *ser* e *existir*, e que se encontram sob o respaldo e a proteção de uma suposta neutralidade científica. As experiências trans, portanto, não se reduzem às definições fixas e deterministas de ‘travestismo’ ou de ‘transexualidade’, e mesmo aqueles que as vivenciam, o fazem de forma plural, podendo, inclusive, assumir uma determinada identidade de gênero trans muito mais por motivações políticas (identidade política e representatividade) que por influência de definições médicas. Apesar do conjunto de sintomas, alguns já mencionados, que caracterizam a suposta ‘transexualidade verdadeira’, aqui apresentada, é relevante acrescentar a esta reflexão que

o sofrimento psíquico não é uma regra e pode estar ligado a diversos fatores. Para muitos homens e mulheres transexuais, a angústia que vivenciam está mais relacionada ao **preconceito** e à **exclusão** aos quais são submetidos cotidianamente do que a um repúdio a seu corpo ou à sensação de não pertencimento ao sexo dito biológico. De todo modo, é possível observar a ocorrência de sintomas graves, como transtornos alimentares, depressão e até mesmo tentativa de suicídio e desejo de automutilação (a extirpação do pênis, por exemplo). Nesse sentido, é possível constatar que as dificuldades emocionais relatadas por pessoas transexuais não se reduzem à suposta incoerência entre o sexo e a identidade de gênero, sendo, sobretudo, consequências da **precariedade social** decorrente da não aceitação dessas pessoas pela normatividade cultural vigente (MURTA, 2013, p. 74-75, grifo nosso).

É necessária a perspectiva trazida por Murta (2013) uma vez que exprime um conteúdo presente em relatos das pessoas trans. Se suas vivências de gênero são múltiplas e plurais; iguais, ou muito semelhantes, são os sofrimentos decorrentes de sua não aceitação identitária/corporal pela sociedade normativa. E tão cruel quanto isto, pode ser o processo que envolve a transição, tal qual relata Araújo (2013, p. 86): “sentimentos de medo, de ser errada, de pecar e muita culpa (...) eu me isolava do convívio social, de qualquer contato mais próximo com pessoas da minha idade”.

Ou mesmo a descoberta de si, como retrata Ramos (2013, p. 100): “transexualidade nunca é feita sem trauma, implícito desde o momento em que a pessoa se descobre (...) é uma descoberta dolorosa para o sujeito porque está ligada ao aviltamento de si próprio por meio de uma imagem daquilo que ele não é”. Ao reivindicar o legítimo direito a exercer sua feminilidade, a autora e ativista acrescenta: “me sinto, sim, aviltada pelo fato de ter de lutar por uma coisa que deveria ser direito meu como mulher” (RAMOS, 2013, p. 102), e ainda ressalta que “em termos de preconceito, falar em cor passa a ser uma vulnerabilidade que se potencializa, especialmente se a pele for preta” (RAMOS, 2013, p. 104).

Postas estas perspectivas, é pertinente outra abordagem também referente aos possíveis usos e compreensões acerca das categorias ‘travesti’ e ‘transexual’. Auxiliando a reflexão em torno de corpos que transitam entre os signos de feminilidades e de masculinidades, Leite Júnior (2013) contesta o debate em torno do *surgimento* dos termos em questão, e radicaliza esta ideia situando-a a partir de uma noção de ‘produção discursiva’. O autor considera tais categorias sob a lógica de sua ‘invenção’ no discurso científico.

Ao pesquisar sobre a invenção das categorias ‘travesti’ e ‘transexual’ nos discursos científicos, literários e filosóficos, Leite Júnior (2013) revela como as mesmas foram criadas e recriadas no curso da história. Sob esta perspectiva, sugere que as categorias em debate são mais a respeito da “produção e transformação discursiva sobre os corpos, com ‘origem’ na Antiguidade, quando (...) [das] junções do masculino e do feminino no mesmo corpo” (LEITE JÚNIOR, 2013, p. 370), do que propriamente uma aparição contemporânea, sobretudo, entre os estudos científicos.

Considerando a abordagem do autor, é válida a observação de que, em suas acepções sexuais/eróticas e médico psiquiátricas, os termos ‘travesti’, ‘travestismo’ e ‘transexualismo’ aparecem pela primeira vez, no início do século XX, nos estudos científicos de Magnus Hirschfeld, um dos pais da sexologia. Diferente do ‘travestismo’, o “nascimento da transexualidade” ocorre no bojo da “sociedade de controle”. Sob sua lógica, objetiva-se a segregação dos desviantes, simultaneamente à devida prescrição médica, que a compreende pelo nome de *transexualismo*¹⁶. A mesma identidade/identificação que, décadas mais tarde, teve seu significado atualizado pelo ativismo por meio do uso do significante *transexualidade*.

A perspectiva de Leite Júnior (2014), portanto, incita a reflexão sobre a produção de identidades contemporâneas, e seus modos de interpretação e recriação constantes. Atento à produção discursiva em torno de corpos e identidades que carregam signos de masculinidades e feminilidades, o autor chama à reflexão sobre as prescrições e definições dos modos de *ser*, *agir* e *pensar*.

¹⁶ O itálico em parcial foi propositalmente utilizado de modo a destacar a terminologia adotada pela medicina até a penúltima versão do Código de Doenças Internacionais (CID 10), cuja classificação aparece registrada na categoria de transtornos da identidade sexual, uma doença portanto, tendo este caráter explicitado inclusive no uso do sufixo “ismo”, que denota doenças, ao contrário do sentido que carrega o termo transexualidade e cisgeneridade, que expressam tanto em seus significantes quanto em seus significados duas possibilidades distintas da vasta multiplicidade humana.

2.3. Transexualidade masculina: o que enunciam os saberes e as práticas?

Da clandestinidade solitária nos tempos da ditadura militar, a exemplo do que viveu e nos relatou João W. Nery (2011), ao alívio da possibilidade de identificação *webrizomática* facilitada tanto pela possibilidade de interação e socialização virtual, quanto pela infinidade de seu conteúdo disponível ao final século XX e início do século XXI, como ressalta Miskolci (2011). O que podemos observar de lá para cá é que o empuxo político que soergueu à exterioridade das relações sociais determinadas formas de vida antes inimagináveis socialmente, tem na democracia o seu pano de fundo.

Este processo aqui chamado de “emergência pública das transmasculinidades” leva em consideração, de modo prioritário, o intervalo temporal de 2008 a 2016, aproximadamente. Tal período foi escolhido por entendermos que justamente nele se efetuou um ciclo aparentemente já encerrado, como dito anteriormente, e no qual se realizou a assunção pública das identidades transmasculinas.

Ou seja, um processo no interior do qual se engendrou a *visibilização* (WERNECK, 2013) numericamente expressiva de pessoas cujas expressões e identidades de gênero se constroem no sentido de extrapolar certas determinações históricas, políticas e culturais do ser *homem*. Trata-se, portanto, de homens cujas masculinidades e corporeidades se fazem e se refazem de forma múltipla. E que simultaneamente compartilham entre si o fato de terem sido compulsoriamente assinalados sob os signos da feminilidade no momento do nascimento, tendo ao longo de suas vidas, em diferentes momentos e sob circunstâncias diversas, reivindicado para si uma identidade de gênero situada no campo das masculinidades (ALMEIDA, 2012).

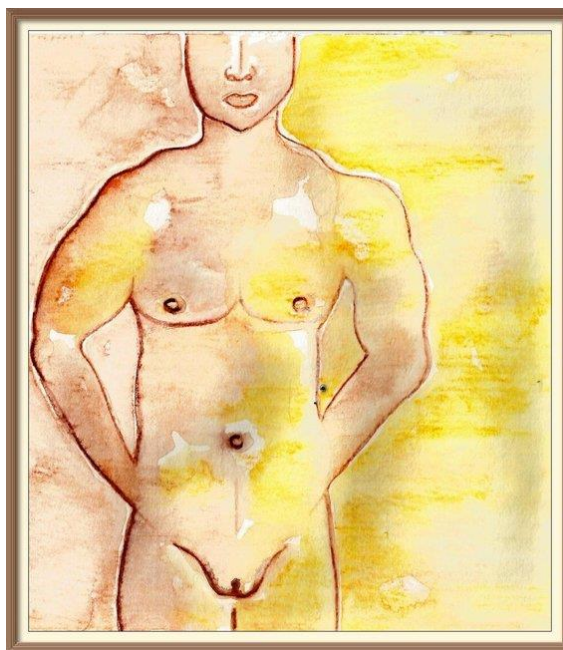
Esse caráter em comum, da subversão das normas que regem os corpos e as identidades, se introduz como uma chave que permite às chamadas *transmasculinidades* se manifestarem como *formas de vida* (SAFATLE, 2015) múltiplas e singulares e dotadas de absoluta legitimidade. Essa diversidade que por vezes se manifesta com nuances, é apresentada por Almeida (2012) na metáfora de uma aquarela, uma *aquarela das masculinidades*.

Se pudermos comparar as masculinidades aos pigmentos, a noção de uma ‘aquarela das masculinidades’ nos sugere uma composição na qual as representações sociais do que é masculino podem ser facilmente diluídas e suas fronteiras borradas. Confeccionando novas

tonalidades do ser *homem*, em meio a uma imensa paleta de cores que representariam as expressões de gênero, e que por sua vez, compõe irrestritamente a todos os sujeitos.

Assim, tanto os homens que se autodeterminam como *trans*, como aquelas pessoas que não reivindicam para si tal identidade, mas que colorem suas existências a partir de expressões de gênero nas tonalidades masculinas, poderiam ser percebidos sob os matizes da ‘aquarela das masculinidades’.

Figura 2 – “*Becoming Me*” (Tornando-me).



Fonte: StickyKitties. Aquarelas e lápis de aquarela em papel aquarela grosso. Artista: StickyKitties. Art Gallery. Disponível em: <https://www.etsy.com/listing/478227822/transgender-art-ftm-trans-nude-female-to?ga_search_query=trans&ref=shop_items_search_4>. Acesso em: 20 out. 2018.

Preenchendo de vida sua metáfora conceitual, Almeida (2012) traz algumas representações de grupos sociais que poderiam ser percebidos sob os mencionados matizes da aquarela das masculinidades. Para isto, o autor nos apresenta uma descrição de quatro grupos dentro dos quais seria possível verificar as nuances com que se manifestam as transmasculinidades.

No primeiro deles estariam as “pessoas que não querem um total descolamento do feminino” (ALMEIDA, 2012, p. 515). Em outro grupo, “homens que não optam por modificações corporais cirúrgicas nem hormonais. Fazem uso de outros recursos culturais disponíveis para terem a aparência próxima do gênero com o qual mais se afinam” (Ibid. p. 516). No terceiro grupo, “pessoas que constroem performances públicas em que os gêneros se misturam, expressando, dessa forma, insatisfação com o ‘binarismo dos gêneros’ e/ou com a

‘heteronormatividade’” (Ibid., p. 516). E por fim, um “grupo de indivíduos que fazem e/ou desejam modificações corporais através da hormonização por testosterona e de uma ou mais intervenções cirúrgicas, além de se valerem em larga medida de outros recursos sociais” (Ibid., p. 516). É importante dizer que, transversalmente a todos os grupos, estão a todo tempo operando marcadores sociais que com maior ou menor intensidade tende a conferir sentidos a vinculação a determinado grupo e, conseqüentemente, à performance de gênero assumida pelos sujeitos.

As pessoas mais identificadas com a caracterização do último grupo seriam as mesmas que, em geral, recorrem aos recursos jurídicos e cirúrgicos, de retificação do nome e sexo, e de modificação dos caracteres sexuais primários e/ou secundários, respectivamente. E assim o fazem com o objetivo de terem realizadas suas formas de sentir e viver as expressões de gênero, e de terem reconhecidas as suas identidades. Por esta razão, é que se tornaram também um corpo político socialmente visibilizado. Na medida em que, como grupo social e político, passaram a pleitear direitos e garantias sociais. Entre as quais, a batalha pelo reconhecimento do nome social em documentos de identidade e em espaços institucionais, e a luta pelo acesso a um conjunto de procedimentos e serviços de saúde especializada disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como observa Almeida (2012). É sobre o emergir coletivo destes homens que nos propusemos compreender.

3. A EMERGÊNCIA PÚBLICA DE TRANSMASCULINIDADES NO BRASIL ENTRE 2008 E 2016: PRIMEIROS APONTAMENTOS E PRODUÇÕES SOBRE O TEMA

3.1. Da luta do corpo ao corpo de luta: homens trans na cena pública brasileira

Ao propor uma reflexão sobre processos de aniquilamento da identidade de mulheres negras, Jurema Werneck (2013) resgata em seu texto o pensamento da intelectual e ativista do movimento negro, Beatriz Nascimento. Mobilizada pela certeza de que “*é preciso imagem para recuperar identidade*”, a autora afirma a necessidade de travar uma disputa pela autodefinição, autodeterminação e autorrepresentação da própria identidade. Imagem, discurso e linguagem conformam assim campos de disputa para a afirmação da identidade de sujeitos aniquilados *da* e *na* própria existência. A imagem que é apagada ou que permanece invisível, a imagem que não é dita e que não é representada, parece encerrar uma espécie de *não-imagem* – se pudermos assim dizer.

Werneck (2013), pensando a partir da contribuição de Beatriz Nascimento, reconhece no racismo (também patriarcal e heteronormativo) a estrutura que interdita a capacidade de (auto)representação de mulheres e homens negros. Na alegoria imagética apresentada por ela, “um racismo que é patriarcal e heteronormativo (...) se transforma numa parede; (...) uma parede na qual esse discurso racista, patriarcal e heteronormativo é transformado em tela para projetar uma descrição do que deveríamos ser para nos encaixar nesse sistema” (WERNECK, 2013, p. 41). Nessa parede-tela, onde se projetam as existências, não há lugar para as identidades aniquiladas. Na representação das imagens *de ser* de variados sujeitos, permanecem não representados os sujeitos *subalternizados*.

Não constar na ‘tela das representações’ das identidades não significa ser ou estar invisível. Para Werneck (2013), a não representação da identidade da mulher negra (e que podemos tornar extensível à não representação de outras identidades também subalternizadas, neste caso a dos sujeitos transmasculinos), significa justamente a sua presença. Não se tratando de uma ausência ou um ser invisível, mas de uma ação violenta de apagamento, a suposta invisibilidade seria uma “presença contraditória” forçada por relações racistas, patriarcais e, acrescentaríamos heteroCISronormativas.

Apoiados no pensamento de Werneck (2013), podemos admitir que a invisibilidade de alguns grupos é um resultado que decorre, essencialmente, de estruturas e relações de poder.

A suposta invisibilidade é uma ação violentamente orientada, praticada, produzida e mesmo autorizada e objetivada. A invisibilidade é uma reiteração material e simbólica que visa tornar grupos, existências e identidades invisíveis:

invisibilidade é isto: não é ausência, não é desaparecimento; é uma presença muito contraditória, é a necessidade de afirmação desse discurso ocidental que é branco, racista, patriarcal e heteronormativo. (WERNECK, 2013, p. 41)

Por esta razão a invisibilidade sobre a qual Werneck (2013) nos fala, pode e deve ser nomeada também de *invisibilização* como argumenta Almeida (2013a) – uma ação que induz e produz a invisibilidade.

Werneck (2013) nos provoca a pensar sobre a capacidade discursiva, e não apenas esta, de converter a presença em ausência. É este jogo da representação e não-representação que tensiona para a possibilidade de que corpos e identidades estejam/sejam e se façam presentes, vistos, visíveis e visibilizáveis, ou não. Ao interpelar seus pares – as mulheres negras – com as seguintes questões “*Tínhamos um discurso sobre nós mesmas? Tínhamos um corpo público na esfera pública falando o que somos?*”, Werneck (2013) afirma categoricamente que sim, pois esse corpo havia ali em toda sua materialidade. Ainda que as mulheres negras sejam os corpos, identidades e representações que configuram as preocupações políticas e analíticas centrais da autora, o que ela nos coloca é profundamente preciso e precioso para também pensar as tensões, as políticas e os regimes de visibilidade/visibilizações e invisibilidades/invisibilizações de outros corpos, identidades e representações também situadas fora da norma discursiva e de representação.

Ao que se interpõe a interrogação quanto à existência de “um discurso nosso sobre nós mesmos” e de “um corpo público na esfera pública que fala o que somos”, entendemos que o ato de existir materialmente, a existência do *próprio corpo*, constitui a base fundamental para que se produza sobre e por ele um discurso. O “corpo público na esfera pública que fala o que somos” não seria mais que (e isto não é pouco!) a capacidade de se fazer e se forjar publicamente deste corpo no contexto da esfera da vida pública, e tornar o *próprio corpo* em um *corpo próprio*, potente, coletivo e ativo na capacidade de auto enunciação de si.

O caminho reflexivo que Werneck (2013) percorre para pensar o histórico processo de apagamento da existência material e simbólica da mulher negra, assim como as lutas por elas travadas para se fazerem autorrepresentar, nos parecem profundamente pertinentes. A sua força interpretativa nos parece pertinente para também pensar processos que se apresentam como *ciclos de interdição* (ANDRADE, 2012) investidos contra a capacidade de certos

grupos em produzir suas autoimagens e representá-las de modo socialmente reconhecido. Ainda que estejamos falando sobre sujeitos que sempre estiveram ali, também na cena pública, constituindo expressões não normativas na “aquarela das masculinidades” (ALMEIDA, 2012).

Embora não se trate de um aniquilamento tal como nos termos colocados pela autora, para compreender as imagens e representações das mulheres negras, e mesmo as ações invisibilizantes e as violações históricas praticadas contra elas, seu argumento se apresenta válido à compreensão de processos que, no mínimo, constituem uma política impeditiva. Esta política, assim como o racismo, se apresenta igualmente balizada por uma estrutura heteroCISnormativa, patriarcal e não menos racista, que nega a certas expressões, representações e identidades de gênero, o direito a se constituírem na ‘tela das representações’ onde as identidades são projetadas, e as existências são material e simbolicamente realizadas, vividas.

O que queremos dizer com isso é que boa parte do que fala Werneck (2013) sobre o terreno de representação da imagem da mulher negra na nossa sociedade, nos fornece elementos para também pensar o processo em que culminou na emergência pública da transmasculinidade na cena brasileira. Embora tratem-se de sujeitos e grupos políticos absolutamente distintos, com histórias de opressão e de luta profundamente diferentes, e que se constroem em tempos e circunstâncias também muito distintas, nos parece haver, ao menos, aproximações reflexivas.

Neste sentido, os pressupostos da autora nos parecem ser relevantes para compreender as transmasculinidades em seu processo de assunção pública, mas também os processos sociais que lhe são antecedentes e que falam sobre como a população trans em geral construiu as bases de sua organização política.

Assim, sendo, e adentrando mais propriamente à emersão de movimentos sociais protagonizados pelas pessoas trans, Carvalho e Carrara (2013) reconhecem que duas questões foram centrais para que as primeiras mobilizações e organizações se desenvolvessem na história brasileira. Seriam elas, as tentativas de reagir à violência policial (frequentemente praticada contra travestis e transexuais nos locais de prostituição), e a participação nas políticas de enfrentamento à epidemia de HIV/AIDS (que acometia muitas travestis e/ou prostitutas), no início dos anos 1980.

Desta forma, travestis iniciam um processo de auto-organização a partir da formação de casas de apoio mútuo, em meados dos anos 1980, em algumas capitais brasileiras. Com o

objetivo de oferecer apoio e cuidado a prostitutas e travestis soropositivas ou que haviam sido vítimas da violência, uma das mais emblemáticas casas se estabelece em São Paulo em 1986, a “Casa de Apoio Brenda Lee” permanecendo até hoje em funcionamento [confirmar se de fato está; inserir nota de rodapé falando de sua importância].

De acordo com Carvalho e Carrara (2013), embora as organizações de apoio tenham sido fundamentais, as primeiras organizações de caráter ativista de fato só surgiram a partir dos anos 1990. A primeira delas, em 1992 no Rio de Janeiro, A Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL) também impulsionada pelas questões da violência e da necessidade de prevenção à AIDS. Conforme os relatos das lideranças políticas entrevistadas por Carvalho e Carrara (2013) o início da militância deu-se, sobretudo, no contexto de enfrentamento à epidemia de AIDS, especialmente nas ações e projetos de prevenção junto a travestis e/ou prostitutas. Entre elas, importantes lideranças como Jovanna Baby, Keila Simpson, Marcelly Malta e Indianara Siqueira participaram ativamente deste processo.¹⁷

O emergente ativismo de travestis e transexuais vinculado às políticas de enfrentamento à AIDS incorporou deste “certas ideologias e práxis políticas” (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 328) que em muito influenciaram seus movimentos políticos. Do vocabulário assimilado, às modalidades de articulação política. O enfrentamento à epidemia teve, inclusive, o efeito de produzir novos saberes.

Na experiência brasileira dos anos 1980, reuniram-se esforços governamentais, de profissionais da saúde, e da sociedade civil, especialmente dos movimentos LGBTs. Estes foram agentes essenciais no processo de elaboração de estratégias de enfrentamento à epidemia de AIDS, por justamente serem e/ou estarem, naquele momento, entre os indivíduos considerados ‘grupos de risco’. Estas pessoas e seus coletivos desenvolveram um conhecimento muito particular advindo da experiência. Seja decorrente do próprio processo de adoecimento, ou ainda do processo de cuidado de alguém. Tal conhecimento fora emprestado aos esforços coletivos (poder público e profissionais da saúde) empenhados em criar estratégias e políticas de enfrentamento ao vírus HIV, ou em aprimorar os procedimentos relacionados ao tratamento e aos cuidados.¹⁸

Ainda sobre o impacto da AIDS no mundo contemporâneo, Weeks (2000) sugere o quanto algumas dinâmicas foram afetadas. Entre as quais, as relações interpessoais,

¹⁷ A decisão por trazer o nome das ativistas deu-se encorajada por uma observação dos autores a respeito da intenção de não omitir a autoria dos relatos (tendo sido inclusive exigido por algumas) e que aqui se soma ao reconhecimento de suas contribuições ao ativismo brasileiro.

especialmente no que diz respeito ao comportamento e à conduta sexual, as políticas sociais, e ainda os usos do dispositivo da sexualidade como forma de produzir práticas de controle e de regulação social (sobretudo das sexualidades periféricas¹⁹), sendo estas atualizadas no contexto da epidemia do vírus HIV.

De volta aos movimentos políticos trans, ainda nos anos 1990, foram criados novos grupos e organizações não governamentais (ONGs) ativistas, além de encontros nacionais, como o Encontro Nacional de Travestis e Liberados (ENTLAIDS), em 1993 no Rio de Janeiro, cuja bandeira era “Cidadania não tem roupa certa”. No decorrer dos anos 1990 e início dos anos 2000 formava-se um movimento político de travestis e transexuais articulado nacionalmente. Houve a criação de redes, como a Rede Nacional de Travestis e Liberados (originalmente RENTRAL, mais tarde RENATA) e a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (a ANTRA, sendo a maior rede de pessoas trans na América Latina, segundo registro dos autores), além da realização de outros encontros anuais.

Com o desenvolvimento de um ativismo propriamente ‘T’, algumas bandeiras e questões internas ao movimento se atualizam, sendo duas delas consideradas questões centrais, segundo Carvalho e Carrara (2013). A primeira seria a disputa pela inserção da participação de travestis no movimento homossexual entre os anos 1980/90. Já a segunda diz respeito ao debate, um pouco mais recente, sobre os sentidos e os usos políticos das categorias identitárias ‘travesti’ e ‘transexual’.

A participação política e formalizada de travestis dentro do, então chamado, movimento homossexual só ocorreu em 1995, segundo os autores. Em decorrência, o ‘T’ passou então a integrar o movimento, e a sigla, com a criação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). Posteriormente o ‘T’, referente aos ‘transexuais’ são integrados. Através de relatos de lideranças, os autores explicitam o quanto este processo deu-se com tensões e disputas dentro do movimento.

Em 1997, transexuais ligados a serviços de saúde – em sua maioria pacientes do Hospital das Clínicas de Campinas – criam o Movimento Transexual de Campinas. Simultaneamente, militantes estrangeiras que chegavam ao Brasil estimulavam o uso da categoria ‘transexual’ dentro do movimento. A justificativa dava-se em razão da importância de se unificar os movimentos ‘Ts’ internacionalmente, o que seria facilitado, nesta visão, pela adoção de uma nomenclatura comum. Nesse cenário, retratam Carvalho e Carrara (2013), surgem disputas sobre qual termo seria mais adequado e sobre o que de fato significaria

¹⁹ Ou práticas sexuais dissidentes; sobre isto ver FIGARI; DÍAZ-BENÍTEZ, 2009.

‘travesti’, ‘transexual’ e ‘transgênero’ – termo este que emerge no dado contexto. Os debates sobre novas terminologias trouxeram ainda a noção de ‘identidade de gênero’, elemento sinalizador da diferenciação de travestis e transexuais e suas respectivas identidades, e de gays e lésbicas quanto à orientação sexual.

Segundo Carvalho e Carrara (2013), para além de distinções entre os componentes identitários de gênero e aqueles referentes à orientação sexual, travestis e transexuais viam-se também socialmente distantes de lésbicas e gays organizados, em função de componentes socioeconômicos e culturais, o que refletia diretamente na elaboração de políticas públicas a estes direcionadas. Apesar disso, houve sempre muita tensão e disputa quanto aos formatos das políticas entre outras ações, incluindo-se aí questões de caráter orçamentário.

O início dos anos 2000, por sua vez, são marcados por intensos debates internos sobre as identidades ‘Ts’, suas definições e categorias. Deste debate, emerge o termo/prefixo ‘trans’ como uma possibilidade de identificar as pessoas trans, fossem mulheres ou homens, travestis ou transexuais. Na mesma década, o ativismo trans, sobretudo o ativismo das mulheres trans, afasta-se dos movimentos LGBTQs e aproxima-se dos movimentos feministas. Em parte, pela identificação com o gênero, produzindo com isso, aproximações quanto às formas de opressão vividas e as lutas travadas, mas também, e conseqüentemente, por iniciaram sua participação nos espaços de políticas para as mulheres.

Como apresentam Carvalho e Carrara (2013) este processo não se deu sem conflitos com o movimento LGBTQs, e nem sem críticas dentro do próprio movimento trans. Tampouco foram esgotadas as lutas do movimento trans no que diz respeito às suas singularidades, como o acesso à serviços e tratamentos em saúde. No curso deste processo, o ativismo trans tem lutado pelo seu *empoderamento político* e *protagonismo*, como destaca uma das lideranças entrevistadas por Carvalho e Carrara (2013).

Ao refletir sobre as estratégias acionadas por pessoas que vivem suas vidas afetivas e sexuais sob sigilo ou ocultamento, em razão de vivê-las com pessoas do mesmo sexo, Miskolci (2014) aponta para a problemática da heterossexualidade constituir-se como as expressões sexual e identitária que são hegemônicas nas múltiplas esferas da vida social.

Deste modo, o autor menciona o fato de haver entre estas estratégias a tentativa de se “passar por hétero”, ou simplesmente “passar por”. Para Miskolci (2014) este recurso deve ser compreendido no contexto de determinadas exigências sociais de que a própria sexualidade dos sujeitos seja constantemente controlada e negociada, de modo a manter (ou

ao menos não desestabilizar) as relações sociais constituídas na família, no mundo do trabalho e nos espaços públicos em geral. Na análise de Miskolci (2014),

o “passar por” não é uma opção, antes uma estratégia de sobrevivência em um contexto social hostil, no caso, heterossexista. “Passar por” é uma performance contínua, reflexiva e que demanda um alto grau de autocontrole subjetivo e corporal dos sujeitos (MISKOLCI, 2014, p. 68 e 69).

O autor observa ainda, que o “passar por hétero” corresponderia a “aproximação de uma presumida heterossexualidade, sem, no entanto, necessariamente exercê-la” (MISKOLCI, 2014, p. 69). Além disso, para o autor, o “passar por”, entre aqueles e aquelas que mantêm práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo, poderia ser entendido também como uma espécie de *recusa* às identidades gay e lésbica.

Se a passabilidade hétero é o recurso para se manter a homossexualidade sob sigilo, o que pensar sobre a passabilidade no contexto das experiências transexuais? O próprio Miskolci (2014) incita a refletir sobre a relação existente entre a problemática que envolve a passabilidade e as “experiências contemporâneas das transexualidades”, ao falar sobre a passabilidade hétero.

Mas, e quanto as transexualidades? Miskolci (2014) relaciona o “passar por”, entre as pessoas trans, ao próprio sucesso do processo transexualizador. O que pode fazer bastante sentido quando consideradas, por exemplo, a transição da identidade de gênero de pessoas que socialmente foram identificadas como mulheres, e que passaram a se auto-identificar enquanto homens. Ou mesmo entre aquelas pessoas assinaladas socialmente como homens, e que vieram a reivindicar suas identidades como mulheres ou travestis.

Este tópico, contudo, é apenas aventado pelo autor, sem que seja feito o seu aprofundamento. Em todo caso, sua sinalização nos parece relevante. Sobretudo, porque sabemos o quanto a questão da passabilidade, ou do *passing*²⁰, constitui objeto de debate e reflexão entre alguns estudos sobre as vivências trans, entre a própria comunidade em geral e seus ativistas.²¹

Ao contrário do que Miskolci (2014) compreende sobre o “passar por hétero”, como *uma recusa das identidades gay ou lésbica*, a passabilidade entre a comunidade trans pode reunir outros sentidos. Deste modo, pode representar a materialização da reivindicação ao direito de ser socialmente reconhecido pelo gênero autopercebido; ainda que esta não

²⁰ Termo em inglês utilizado para se referir à passabilidade nos contextos sexuais e de gênero.

²¹ Sobre a passabilidade segundo análise de ativistas ver Nascimento (2017) e Rodvalho (2017).

constitua uma ação conscientemente orientada por parte dos interlocutores da cena em que a passabilidade é bem-sucedida. Ademais, isto pode assim ocorrer sem que, para isto, os sujeitos venham, necessariamente, recusar a transexualidade como parte de suas identidades.

Ou ainda, no limite, também pode representar a própria garantia da sobrevivência subjetiva das pessoas trans, e até mesmo a sobrevivência e integridade físicas, a depender do contexto social e das localizações sociais que estas pessoas carreguem consigo – tal como observado por Miskolci (2014) ao tratar do ocultamento por parte daqueles que mantêm relações afetivas ou sexuais com pessoas do mesmo sexo.

O trecho a seguir, extraído do *YouTube*²² e especificamente do canal²³ de *Hugo Nasck*²⁴ (cujo nome é o mesmo de sua pessoa), conta com a participação de outra *youtuber*²⁵, a *Isa Momora*²⁶, uma mulher trans, que em seu próprio canal produz e veicula vídeos sobre assuntos que atravessam a sua vida, em geral, e a sua vivência transexual. No vídeo em questão²⁷, Isa Momora exprime de forma bastante significativa os sentidos, inclusive *conflitantes*, que podem estar vinculados à passabilidade no contexto das experiências trans. Segundo ela, a

passabilidade para pessoas trans, quer dizer você ser visto ou vista, e reconhecido pelo gênero com o qual você se identifica. E esse conceito de passabilidade é uma coisa que eu penso muito sobre, e questiono muito. Porque ainda é uma coisa que, pra maioria das pessoas trans, é muito importante. E pra mim também, eu não vou mentir. (...) *Passabilidade para pessoas trans*, principalmente para mulheres trans, muitas vezes acaba sendo quase que uma questão de sobrevivência. E eu acho que já teve épocas da minha vida que eu pensava muito sobre ser passável. Eu corria muito atrás dessa tal passabilidade. E chegou a um ponto de ser realmente a primeira coisa que eu pensava antes de sair na rua. E era a principal coisa que eu pensava durante o meu dia. E hoje em dia eu percebo que essa questão de passabilidade é uma coisa que eu não gosto muito, mas ao mesmo tempo, sinceramente, ainda é uma coisa que eu me preocupo muito com isso. Porque nessa sociedade onde a gente vive, ser passável ou não, é uma questão de diferença entre viver uma vida normal e segura, e viver uma vida cheia de discriminação e violência, seja verbal ou física. (MOMORA, 2017, grifo nosso)

²² O *YouTube* é uma plataforma americana utilizada no compartilhamento de conteúdos audiovisuais entre os seus usuários.

²³ Os canais são domínios da plataforma *YouTube* especificamente criados pelos seus usuários, com o objetivo de produzir, veicular e divulgar conteúdos próprios.

²⁴ Canal de *Hugo Nasck* no *Youtube*. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/channel/UCqu3u6ODlieZq0rCOzwN7XQ>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

²⁵ *Youtuber* é o nome dado àqueles usuários da plataforma *YouTube* que, através da criação e do compartilhamento de conteúdos audiovisuais em canais próprios, conseguiram elevar a utilização destes mesmos canais ao patamar profissional, valendo-se, para tal, da sua monetização por meio de publicidades ou pelo volume de acessos aos seus conteúdos.

²⁶ Canal de *Isa Momora* no *Youtube*. Disponível em:

<https://www.youtube.com/channel/UCPlnryP_DVYwtbTFbAiS8Wg>. Acesso em: 22 jan. 2017.

²⁷ O vídeo de Isa Momora do qual o trecho fora extraído encontra-se disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=ED4NaBO8m40>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

Ainda considerando a passabilidade, a *youtuber* estende a sua problemática para o universo das pessoas cisgêneras, ao ponderar que

essa questão de passabilidade não afeta só pessoas trans, ela afeta também pessoas cis. Ela afeta todas as pessoas, porque existe um padrão de como é o corpo de um homem ideal, e o corpo de uma mulher ideal, e todo mundo tem que seguir esse padrãozinho. E a maioria das pessoas não está dentro do padrão. E eu acho que as pessoas trans, por serem uma minoria, elas acabam sofrendo mais ainda por isso, do que outras pessoas, que também não estão no padrão. E a maioria das pessoas não estão dentro do padrão. A minha voz não está no padrão, outras partes do meu corpo não estão no padrão. E se você olhar pra você mesmo, você mesma, você vai ver que tem várias coisas que não estão no padrão do que é o corpo de um homem, e do que é um corpo de mulher. As pessoas são diferentes. Então essa questão de dizer que a identidade de uma mulher trans não é válida porque ela tem um corpo diferente, ou que a identidade de um homem trans não é válida porque ele tem um corpo diferente, não faz muito sentido. Porque todo mundo é diferente, e ninguém está nesse padrãozinho. (MOMORA, 2017, grifo nosso)

Figura 3 – Isa Momora fala sobre passabilidade trans.



Fonte: Vídeo ‘PASSABILIDADE TRANS | Isa Momora #VisibilidadeTrans’. 23 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ED4NaBo8m40>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

A interlocutora, neste caso, avança na problemática ao sinalizar que mesmo as pessoas cisgêneras podem ser submetidas aos crivos da passabilidade, quando não cumpridas as expectativas e exigências de certas normas sociais. De modo a perturbar, inclusive, a noção de que a “passabilidade”, nos termos aqui apreendidos, seja um critério de classificação exclusivamente aplicável à orientação sexual, tal como desenvolvido por Miskolci (2014), e ao gênero das pessoas.

A noção de passabilidade também pode caminhar no sentido de sua própria desestabilização conceitual e política, e ser desvelado o seu caráter transfóbico no contexto das experiências transexuais. Na medida em que a capacidade de autoenunciação de si se potencializa, na medida em que as transidentidades são projetadas no muro das representações

sociais (WERNECK, 2013) e, portanto, vividas publicamente, o objeto de negociação pode passar a ser não mais os sujeitos que transgridam a norma, mas a própria norma.

É sobre isto que a comunidade e o ativismo trans, na sua manifestação mais vívida, tem justamente proposto. Não se trata de “normalizar” o trans, mas de colocar o cis sob questionamento, dúvida e suspeita. Não se trata de alargar as fronteiras do que se supõe ser a normalidade, mas de afirmar a multiplicidade das formas de existência. Esta rica e desestabilizadora proposição é defendida por Amara Moira (2017a) sob os seguintes termos:

A auto-identificação segue sendo importante para desdemonizarmos a escolha por cruzar a linha, a escolha por ceder a essa pulsão e nos deixar levar para além do que fomos criadas para ser (...). A luta não é simplesmente acumular um máximo de estereótipos cis para conseguir a tal da passabilidade e camuflar-se na multidão, pôr-se ao abrigo da transfobia, mas sim dar legitimidade ao discurso que enxerga a mulheridade trans como integrante da própria noção de mulheridade e a homenzidade trans da homenzidade plena, *reorganizando os sentidos que as palavras "mulher" e "homem" comunicam*. Vão continuar nos lendo como trans, cada vez mais verão pessoas trans circulando pelas ruas, mas agora, ao se depararem conosco, saberão entender o que estamos buscando que nossos corpos digam e também verão, em nós, um reflexo daquilo que não se permitiram ser. (MOIRA, 2017a, p. 368, grifo nosso)

Figura 4 – Amara Moira fala sobre transfobia, passabilidade e vivências trans.



Fonte: Vídeo ‘O mundo nas palavras Trans | Amara Moira | TEDxVoltaRedonda’. TEDx Talks. *YouTube*. 9 mar. 2017b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WYBkm-9P93E>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

Considerando as ponderações apresentadas acima, entendemos que a passabilidade incorre na hierarquização da significância, e mesmo da humanidade, de certas pessoas e grupos sociais, em detrimento de outros; e isto com base em pressupostos morais e naturalizantes. Um exemplo interessante, pensando-se ainda o gênero e a sexualidade como critérios da passabilidade, seria quando da sua intersecção com o fator geracional. Não raro, a experiência do *ser mulher* (e isto vale para a cisgeneridade, sobretudo, mas não

exclusivamente), assim como ser alguém dotado de sexualidade e, portanto, de orientação sexual (seja hétero ou não), parecem exigir a vinculação a determinada faixa etária.

Deste modo, um dos sentidos possíveis para ser socialmente percebida como *mulher* em nossa sociedade, significa *presumir*, para além da passabilidade do gênero feminino, uma certa *passabilidade etária*. Caso contrário, aquela pessoa que seria percebida estritamente como uma mulher é antes percebida como uma senhora, uma idosa ou velha; evocando-se antes do gênero, o caráter geracional de sua identidade.

Ao desenvolver um estudo sobre envelhecimento e homossexualidade feminina, Andrea Moraes Alves (2010) sinaliza para a escassez de pesquisas que se debruçassem, à época de seu levantamento bibliográfico, sobre a homossexualidade de mulheres mais velhas. No que pôde a autora observar que

a partir dos anos 1990, trabalhos acadêmicos discutem a homossexualidade feminina: seu significado e impacto sobre as questões de gênero (...). Grande parte desses trabalhos concentra-se sobre uma faixa etária jovem, em torno dos 20 anos de idade, e outros abordam mulheres um pouco mais velhas, entre 30 e 40 anos. No entanto, nota-se a ausência de trabalhos que discutam a homossexualidade vivida por mulheres idosas. (ALVES, 2010, p. 214)

Embora para autora este dado não seja analisado sob o aspecto conceitual da “passabilidade”, ele nos parece pertinente por sugerir que até mesmo o “passar por” *mulher* nesta sociedade pressupõe critérios etários: ter entre dezoito e cinquenta e poucos anos, no máximo. Ser mulher, neste entendimento, significaria ainda ter (ou aparentar) a idade de alguém que *já* está, ou que *ainda* está sexualmente ativa, segundo os parâmetros do que são as “práticas sexuais” legitimadas socialmente. É evidente que esta não é e nem deve ser encarada como a única forma de se conceber socialmente o “ser mulher”. No entanto, certamente é uma das interpretações concorrentes em se tratando de nosso universo simbólico sobre o que significa ser uma *mulher*.

Neste sentido, e considerando os fragmentos apresentados acima, pensamos que a noção de *passabilidade* talvez possa ser alargada e compreendida como *a presunção acerca de alguém, ou de um grupo, como sendo pertencente aos limites dos conteúdos (etários, religiosos, sexuais, étnicos, raciais, de gênero, classe) socialmente positivados*. Uma vez que a passabilidade, em geral, é em relação ao atributo socialmente valorado. Pensemos aqui, mais uma vez, em representações que habitam o imaginário social: *passar por hétero/cis, ser macho, ser homem, ter cara de rico, nem parecer negro/passar por branco*, etc. Isto,

evidentemente, pode variar conforme determinados contextos sociais. Contudo, os limites daquilo que constitui o terreno da norma social são notoriamente fixados e reconhecidos.

É também por esta razão que pensar as masculinidades, que não se situam no terreno da afirmação das normas sociais e da hegemonia, é algo tão delicado. Uma vez que, não raro, presumimos que toda e qualquer expressão de masculinidade desfrute de uma posição socialmente normativa, hegemônica ou mesmo privilegiada.

Esta percepção não só se demonstra equivocada, como também reforça o quanto a *passabilidade* se relaciona com os *regimes de visibilidade* (MISKOLCI, 2014) e com as localizações sociais, mais ou menos explícitas, dos sujeitos. Se as masculinidades, em geral, devem ser pluralizadas e admitidas em sua multiplicidade, mesmo entre as vivências transmasculinas é preciso considerar as suas singularidades. Isto não se trata de uma apropriação individualizada de tal ou qual masculinidade, de tal ou qual homem, mas antes a capacidade de organizar e compreender os sujeitos dentro dos variados marcadores sociais que estes reúnem consigo.

Ao refletir sobre a própria experiência de “adequação” de gênero, o ativista Leonardo Peçanha (2015) fala sobre as implicações de ser um homem trans negro, e sobre como a passabilidade para corpos como o seu, pode, inclusive, depor sobre estigmas, preconceitos, racismo, e localizações sociais tomadas como desprivilegiadas e até perseguidas socialmente:

quando eu comecei a minha adequação, no início, a gente fica meio ambíguo e tal, conforme o hormônio vai fazendo efeito no organismo, a gente vai mudando. ***Eu só me dei conta de que eu estava sendo lido como homem, quando eu sofri racismo.*** E isso um homem trans que é branco não vai passar. Eu tava entrando no ônibus, entrei no ônibus, subi no ônibus, como qualquer outra pessoa. E aí eu vi uma senhora, que estava sentada num canto na janela, tava com a bolsa aqui [sinalizando o ombro], e eu comecei a andar. Aí eu vi que ela tirou a bolsa daqui [do ombro], passou a bolsa pra cá [entre a perna e a janela do ônibus], e ficou encolhida na janela. Aí eu falei: ‘ela tá fazendo isso pra mim?’. Aí eu continuei andando. Conforme eu fui chegando mais próximo, ela foi ficando mais nervosa. Aí eu falei: ‘gente, mas eu não tô fazendo nada’. Aí eu continuei andando e pensando: ‘por que ela fez aquilo?’. Aí a ficha caiu quando eu cheguei em casa: ‘gente, ela tava achando que eu ia fazer alguma coisa. Pô, é porque eu sou negro’. Aí a ficha começou a cair, de que *eu tava sendo lido como homem, e homem negro. E esse tipo de coisa, qualquer homem negro passa.* (PEÇANHA, 2015, grifo nosso)

Figura 5 – Leonardo Peçanha fala sobre racismo e transmasculinidades em entrevista ao *Canal das Bee*.



Video: 'HOMEM TRANS E RACISMO - Pergunte Às Bee 87'. Canal das Bee. *YouTube*. 30 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=h9c9RJByUZk>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

Se tal como dito anteriormente, a passabilidade entre pessoas trans pode representar o triunfo social de seu gênero autopercebido, isto não as isenta de serem expostas aos constrangimentos, humilhações e mesmo violências de toda ordem, na medida em que seu gênero autopercebido se intersecciona com a sua raça/etnia, classe social, religião entre outros marcadores sociais.

Quando o ativista afirma que “*Eu só me dei conta de que eu estava sendo lido como homem, quando eu sofri racismo*” e “*eu tava sendo lido como homem, e homem negro. E esse tipo de coisa, qualquer homem negro passa*”, é preciso compreender não só as complexidades que atravessam a problemática da “passabilidade” e seu bastante *relativo* benefício. Somos exigidos a reconhecer também que não há masculinidade, seja ela trans ou cis, que se erga desacompanhada de um complexo identitário e de contextos históricos e sociais.

Deste modo, não só o conceito de gênero [inserir referências; enunciar a partir de quem estamos pensando] é tão fundamental para que pensamos as transmasculinidades, como o pensamento interseccional também o é, inclusive como método de análise da realidade social. Para, justamente, explicitar que nem toda masculinidade é hegemônica, e que nem que toda hegemonia é rigorosa e exclusivamente masculina, uma vez em que há diferentes masculinidades, sendo estas também representações sociais concorrentes entre si.

3.2. A questão da passabilidade e a transgeneridade

É noite de sábado e Dona Arlete se apressa em terminar sua sopa:

– Está muito boa a sopa. Adoro a sopa de abóbora daqui. Mas eu preciso ir porque já está na hora da *minha* novela. Não posso perder.

No que eu pergunto sobre o que ela tem achado da novela, a senhora de setenta e poucos anos devolve de imediato:

– Ah, eu tô adorando! A novela é muito boa. Você também tá assistindo?

Ao saber que eu não tinha aparelho de TV em casa, Dona Arlete reage:

– Então deixa eu te explicar. A mãe dela, da Ivana, não entende ela. Ela é ruim, sabe, não aceita a filha. O que acontece é que a filha nasceu no corpo errado. Nasceu no corpo de uma menina, mas é um menino. E a mãe dela não aceita. E aí elas brigam muito. Mas a Ivana tá muito certa, ela tem mesmo que brigar pra ser quem ela é (Trecho do diário de campo da pesquisadora)

Figura 6 – “boy trans não é bagunça!”



Fonte: Foto tirada de um muro no interior do campus da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) em maio de 2018.

Trocamos mais algumas palavras e gentilezas, nos despedimos, e Dona Arlete saiu da padaria em passos apressados. Já estava quase na hora da sua novela e ela não queria perder.

O diálogo acima poderia ser uma alegoria ficcional bem convincente, mas o mais interessante é que ele realmente aconteceu. Uma senhora com mais de setenta anos de idade, aposentada e viúva, havia me explicado o que ela provavelmente acabava de entender por transmasculinidade, mesmo que muito provavelmente somente o prefixo *lhe* fosse familiar. O correr do tempo nos exige que localizemos o conteúdo do diálogo.

Pode soar óbvio para noveleiros ou pesquisadores interessados nos estudos sobre gênero e sexualidade, mas Dona Arlete falava da novela ‘*A força do querer*’, da diretora Glória Peres, exibida pela Rede Globo entre os meses de abril e outubro de 2017. A novela que pela primeira vez apresentou ao grande público brasileiro a intimidade e os percalços enfrentados por um personagem da atriz Carol Duarte, que vivia a transição do gênero feminino ao masculino – um jovem homem trans, portanto, – de nome Ivan, *talvez* tenha cumprido o mérito de elevar as transmasculinidades a um *relativo* patamar de compreensão/*inteligibilidade* para as grandes massas brasileiras.

É claro que isto não significa admitir que a ampla divulgação destas identidades, das transmasculinas, sobretudo, não tenha sido feita pela trama televisiva sem equívocos. Aliás, à época da exibição dos capítulos em que a personagem Ivana se descobria uma pessoa transexual, alguns homens trans apresentaram seus diferentes pontos de vista sobre o desenrolar da trama. Sem que houvesse grandes consensos nas análises, algumas das quais foram divulgadas em uma breve reportagem feita por Neto Lucon (2017), pairava a percepção, por parte dos homens trans, que suas identidades haviam chegado o mais próximo de serem representadas por um meio de comunicação de massa. E para os outros – nós cisgêneros – de que se tornava possível pela primeira vez para muitos de nós *acessar* a representação da transexualidade masculina sob o auxílio de um veículo de massa na forma de uma trama televisiva ficcional.

O mérito, sem dúvida, constou no fato de um veículo de massas proporcionar a pessoas como Dona Arlete o conhecimento e a compreensão de outras formas de ser e estar no mundo. Mas aqui nos interessa particularmente pensar, valendo-se inclusive da veiculação da novela, o quanto as transmasculinidades têm sido apresentadas e representadas como experiências identitárias inteligíveis ao mundo organizado pela heterocisnormatividade. Ou melhor, o quanto o mundo que produz e reproduz material, subjetiva e simbolicamente uma matriz que organiza sexo, gênero, corpo, sexualidade, identidade e desejo de uma forma muito específica tem sido atravessada pela possibilidade de incorporar, ou não, outras imagens e

representações de gênero que não as tipicamente produzidas e reiteradas por essa matriz normativa.

Recorremos anteriormente à palavra inteligibilidade de modo proposital. Primeiro em seu *stricto sensu*, de modo a remeter à qualidade de algo que pode ser compreendido. A trama televisiva certamente jogou luz sobre a existência identitária das transmasculinidades. Explicou para pessoas de diferentes gerações, origens socioeconômicas e escolaridades o que pode significar o processo de transitar identitariamente do signo da feminilidade à masculinidade. Por outro lado, se tomamos a *inteligibilidade* não em seu *stricto sensu*, mas sob a perspectiva de um conceito teórico, particularmente tal como proposto por Butler (quadros de guerra), talvez nos coloquemos algumas dúvidas quanto a esta afirmação.

Para Butler (2017), o sentido contido no conceito de *inteligibilidade* transcende a simples qualidade de algo/alguém ser compreendido; é como se a esta qualidade lhe acrescentássemos um caráter de reconhecimento, ou seja, a este alguém fosse acrescida a possibilidade de lhe conferir autenticidade. Se nos utilizarmos deste termo incorporando esta compreensão, talvez devêssemos também nos perguntar, mais uma vez, se a exibição de uma trama ficcional por meio de um veículo de massa teria sido efetivamente capaz de *eleva ao patamar de inteligibilidade as identidades transmasculinas*.

A hipótese aqui lançada é que se entre o correr da primeira década e início da segunda do século XXI as identidades transmasculinas atingiram a sua assunção pública, este mesmo ciclo que nos parece já ter sido encerrado, teria talvez sido findado, adentrado a um momento posterior, sem que necessariamente tivessem as transmasculinidades atingido a condição de uma identidade de gênero cuja existência coletiva fosse passível de reconhecimento; de inteligibilidade nos termos de Butler (2017). Isto porque o entendimento a respeito de alguém não supõe, à rigor, a sua elevação ao patamar de reconhecimento. Publicizar, veicular, retirar dos limites do mundo privado, ascender à cena pública sem dúvida representa um salto em relação à períodos de total invisibilização. Mas quanto ao reconhecimento, é possível falar em reconhecimento das identidades transmasculinas?

Sem a intenção de responder plenamente a esta questão, nos parece de fundamental importância trazer a esta reflexão a cronologia dos eventos mais significativos que se sucederam no intervalo temporal de 2008 a 2016 e aqui colocado sob perspectiva no contexto brasileiro, de modo a evidenciar processos que tenham interface com a emergência das identidades transmasculinas.

Figura 7 – *Nem do Estado, nem da Igreja: esse corpo é meu! Sou HOMEM TRANS e quero dignidade e respeito!*



Fonte: Geledés Instituto da Mulher Negra. Marcha da visibilidade trans por mais emprego e dignidade na Avenida Paulista. Foto: Roberto Parizotti. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/acesso-ao-emprego-ainda-e-principal-demanda-do-movimento-trans-por-walber-pinto/>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

Figura 8 – *Homens Trans Existem e Resistem*



Fonte: NLucon. Protesto de homens trans. Disponível em: <<https://nlucon.com/2016/03/29/luciano-palhano-homens-trans-morrem-pela-transfobia-antes-de-serem-assassinados/>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

A cronologia na qual é possível localizar o processo de emergência pública da transmasculinidade no Brasil pode ser pensada em duas fases: de 2008 a 2012; e de 2013 a 2016. Há de nossa parte, a suposição de que o momento em que se identifica a assunção

pública dos homens trans corresponde a um momento já superado, a um ciclo já encerrado. As identidades transmasculinas na cena brasileira, partindo-se desta suposição, já estariam vivenciando outro momento, assim como o próprio movimento de homens trans. De modo que se torna preciso compreender como se desenvolveu o percurso deste processo e, se possível, buscar entender o momento atualmente em curso da organização e luta dos homens trans no Brasil. Abaixo o quadro cronológico:

Figura 9 – Quadro: Linha do tempo da emergência das transmasculinidades no Brasil e eventos correlatos

ANO	ACONTECIMENTOS
1970	Na década de 1970, a cirurgia de redesignação sexual/ transgenitalização era uma atividade clandestina no Brasil, mas há registros esparsos de que alguns homens trans já se afirmavam como homens e/ou realizavam modificações corporais. O presidente Médici, um dos três militares que governaram durante a Ditadura, estava na Presidência da República e permaneceu até 1974.
1971	Roberto Farina realiza a primeira cirurgia de redesignação sexual em uma paciente transexual feminina.
1974I	Segundo Preciado (2018, p. 32) “o soviético Victor Konstantinovich Kalnberz patenteou o primeiro implante peniano à base de varetas de plástico de polietileno como tratamento à falta de ereção, criando um pênis permanentemente ereto”.
1978	O segundo presidente da Ditadura, Geisel, está no fim do seu mandato. Prevista como crime e considerada uma mutilação pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), a realização de uma cirurgia de transgenitalização em 1975 condenou judicialmente o médico Roberto Farina. Farina foi também o médico responsável por realizar, em 1977, procedimentos cirúrgicos em João W. Nery, à época com 27, e hoje um dos mais conhecidos e importantes ativistas do movimento de homens trans.
1982	O último presidente da Ditadura Militar, João Figueiredo está no seu terceiro ano de governo e a fragilidade da autocracia burguesa é cada vez maior. O primeiro livro de João W. Nery, intitulado “Erro de pessoa”, é publicado no Brasil. No mesmo ano também é publicado o livro “A queda para o alto”, de Anderson Herzer. Nascido em 1962, o escritor e poeta foi também ex-interno da antiga Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM), hoje Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA). Sua dura trajetória de vida, marcada pela morte de seus pais ainda na infância, pela violência e

	preconceito sofridos, e mesmo pelo seu suicídio aos 20 anos de idade, não o impediu de registrar sua história.
1984	Roberta Close, mulher transexual, posa nua para a revista Playboy, gerando forte repercussão na mídia à época.
1985	A eleição de Tancredo Neves na presidência marca o primeiro governo após a ditadura militar.
1988	Durante a Assembleia Nacional Constituinte, o movimento homossexual busca introduzir no texto constitucional a não-discriminação por “opção sexual”, mas não é bem sucedido. Promulgação da nova Constituição.
1990	No Brasil, a década de 1990 ficou marcada pela grande procura por realizar cirurgias de transgenitalização no exterior, embora o Hospital Universitário (HU) da UFRJ, tivesse iniciado a realização do procedimento na mesma década.
1992	É fundada no Rio de Janeiro a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL).
1993	Realização do I Encontro Nacional de Travestis e Liberados que atuam na luta contra AIDS (ENTLAIDS). Fundação da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).
1995	Criação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT).
1996	Realização do I Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE).
1997	Resolução CFM nº 1.482/97. Revogada pela Resolução CFM nº 1.652/2002.
1997	Segundo Arán, Zaidhaft e Murta (2008), no ano de 1997 é regulamentada a realização dos procedimentos cirúrgicos de transgenitalização dentro dos hospitais públicos universitários no Brasil, através da Resolução 1.482 pelo Conselho Federal de Medicina (CFM). O argumento para a aprovação se balizava na chamada “intenção de beneficência”, cuja orientação se organizava pelos princípios terapêutico e clínico, ou seja, visando a integração do corpo com a identidade autopercebida pelo sujeito, e pelo princípio de justiça e autonomia do próprio sujeito. Para isto era necessário que antes houvesse a confirmação do diagnóstico psiquiátrico de transexualismo. Ou seja, foi pela prerrogativa psicopatologizante, que percebia na condição da transexualidade uma doença, que as pessoas trans passaram a ter o direito de acessar os serviços especializados de saúde no Brasil. Com a aprovação do Conselho Federal de Medicina (CFM), através de um parecer técnico, a cirurgia de transgenitalização passa a ser admitida no Brasil.

2002	Estabelecimento da Resolução do CFM nº 1.652/2002. O documento dispõe sobre a cirurgia de <i>transgenitalismo</i> e revoga a Resolução CFM nº 1.482/97. A Resolução de 2002 supera, em relação à Resolução de 1997, o caráter experimental da cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia e dos procedimentos complementares relacionados às gônadas e aos caracteres sexuais secundários. Contudo, é mantido o caráter experimental da cirurgia de neofaloplastia e dos procedimentos complementares das gônadas e de caracteres sexuais secundários. O texto de 1997 previa: “autorizar, a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo” (CFM, 2002). Já a Resolução de 2002 estabelecia em seu Artigo 1º “autorizar a cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia e/ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo” (CFM, 2002). Os critérios médicos utilizados na definição do “transexualismo” persistem na Resolução de 2002, sem que haja qualquer alteração em relação à Resolução de 1997. Sendo eles: “1) Desconforto com o sexo anatômico natural; 2) Desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto; 3) Permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos; 4) Ausência de outros transtornos mentais” (CFM, 2002). Com a Resolução de 2002 a definição da equipe multidisciplinar passou a contar com endocrinologista, exigência antes não vigente. Este profissional passou a somar-se aos demais membros da equipe, sendo eles: médico psiquiatra, cirurgião, psicólogo e assistente social. A realização das cirurgias, antes autorizadas exclusivamente em hospitais universitários ou hospitais públicos que desenvolvessem pesquisa, passa a ser autorizada em hospitais públicos ou privados deixando de existir como critério a exigência de atividade de pesquisa. Contudo, esta alteração somente foi aplicada para os casos de "adequação do fenótipo masculino para feminino". Enquanto as cirurgias de interesse às pessoas transmasculinas, mantiveram o mesmo critério de 1997, definindo a Resolução de 2002 em seu Artigo 5º “que as cirurgias para adequação do fenótipo feminino para masculino só poderão ser praticadas em
------	---

	hospitais universitários ou hospitais públicos adequados para a pesquisa”.
2003	O Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE/UERJ) iniciou a realização de cirurgias de transgenitalização em mulheres trans. Fundação da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL).
2004	É criada nos estados Unidos vinculada ao Google a rede social <i>Orkut</i> , a qual viria a ser desativada em 2014. O <i>Orkut</i> teve um papel importante para que pudessem ser criadas as primeiras comunidades virtuais de homens trans no país. Essas comunidades eram em geral fechadas a membros admitidos. Seguindo a tendência das redes sociais o <i>Facebook</i> é criado também 2004 nos Estados Unidos. Ao contrário de seu contemporâneo <i>Orkut</i> , o <i>Facebook</i> mantém-se ativo, tendo registrado no ano de 2012 um aumento explosivo no número de usuários no Brasil. É possível afirmar que o <i>Facebook</i> , em razão de seus amplos recursos tecnológicos, vem tendo um papel crescente para o incremento de comunidades virtuais de homens trans e para a disseminação de informações sobre transexualidade. O mesmo tem ocorrido com o <i>YouTube</i> . A plataforma de compartilhamento de vídeos, criada nos Estados Unidos em 2005, teve sua interface brasileira lançada em 2007, e desde então tornou-se um dos sites mais acessados no país. Entre a infinidade de canais, como são chamadas as contas de usuários pessoais ou corporativos, é possível encontrar canais de homens trans que utilizam a plataforma para falar sobre suas vidas, incluindo-se nisto a vivência de suas transmasculinidades. São relatos sobre os processos de autopercepção do gênero, questões familiares, relações na escola, universidade e no mundo do trabalho. Há também questões em torno da luta e organização política, elucidação de trâmites judiciais em torno da retificação do nome, aspectos ligados ao acesso à saúde, como, por exemplo, a administração de hormônios e as cirurgias que alteram caracteres sexuais, e avaliações em torno de produtos como <i>binder</i> (faixa ou colete elástico que reduz o volume dos seios por meio da compressão) e <i>packers</i> (peças que se assemelham a próteses penianas utilizadas como um recurso ao urinar em pé, nas práticas sexuais e/ou conferir volume, visando proporcionar maior conforto). A psicóloga e pesquisadora Marcia Arán inicia pressão política pela regulação da realização dos serviços especializados destinados a população transexual.
2005	Realizado, no Instituto de Medicina Social (IMS)/UERJ, o Seminário “Transexualidade e Saúde”, com a presença de Marcia Arán, ex-psicóloga do

	Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF)/UFRJ. Realização do XXII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros. Fundação do Coletivo Nacional de Transexuais (CNT).
2006	Publicação do documento <i>Princípios de Yogyakarta</i> sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero: A Comissão Internacional de Juristas e o Serviço Internacional de Direitos Humanos, em nome de uma coalizão de organizações de direitos humanos, realizaram um projeto com o objetivo de desenvolver um conjunto de princípios jurídicos internacionais sobre a aplicação da legislação internacional às violações de direitos humanos com base na orientação sexual e identidade de gênero, no sentido de dar mais clareza e coerência às obrigações de direitos humanos dos Estados. Um grupo eminente de especialistas em direitos humanos preparou um documento preliminar, desenvolveu, discutiu e refinou esses Princípios. Depois de uma reunião de especialistas, realizada na Universidade Gadjah Mada, em Yogyakarta, Indonésia, entre 6 e 9 de novembro de 2006, 29 eminentes especialistas de 25 países, com experiências diversas e conhecimento relevante das questões da legislação de direitos humanos, adotaram por unanimidade os Princípios de Yogyakarta sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero. (...) Os Princípios de Yogyakarta tratam de um amplo espectro de normas de direitos humanos e de sua aplicação a questões de orientação sexual e identidade de gênero. Os Princípios afirmam a obrigação primária dos Estados de implementarem os direitos humanos. Cada princípio é acompanhado de detalhadas recomendações aos Estados. No entanto, os especialistas também enfatizam que muitos outros atores têm responsabilidades na promoção e proteção dos direitos humanos. São feitas recomendações adicionais a esses outros atores, que incluem o sistema de direitos humanos das Nações Unidas, instituições nacionais de direitos humanos, mídia, organizações não-governamentais e financiadores. Em texto de Berenice Bento é feita uma das primeiras menções às identidades transmasculinas e aos homens trans.
2008	É instituído o processo transexualizador no país a partir da Portaria nº 457 do Ministério da Saúde, visando a regularização das cirurgias de transgenitalização, resultante de esforços conjugados por lideranças do movimento trans e de pessoas como Marcia Arán e Tatiana Lionço. Até então, tais cirurgias eram realizadas como parte de projetos de pesquisa e intervenção de profissionais de saúde vinculados a hospitais especializados e, por isso, tinham um caráter experimental e não eram considerados um aspecto de saúde. Alexandre Peixe, ativista do movimento trans, é eleito presidente da Associação da Parada Gay de São Paulo. Lançamento do documentário “Eu sou homem” da diretora Márcia Cabral, vinculada

	ao Coletivo de Feministas Lésbicas (CFL) e ao grupo Minas de Cor. O documentário apresenta algumas pessoas que se identificam como homens embora tenham sido consideradas do sexo feminino ao nascer. Estes homens tem em comum o recurso a vestimentas e outras características corporais majoritariamente atribuídas ao gênero masculino e, um deles, também tinha realizado mastectomia. O documentário circula em espaços do próprio movimento LGBT, principalmente. Realização da 1ª Conferência Nacional GLBT em Brasília. Lançamento do documentário “Eu sou homem”, com direção de Marcia Cabral.
2009	O ano marca a emergência da identidade política de homens trans no Brasil e a sua visibilização. Este fato fez com que se constituísse um terceiro momento no interior do movimento trans no Brasil, uma vez que se tratava da chegada novos militantes. É publicada na Revista Trip, em meio <i>online</i> e impresso, uma primeira e belíssima matéria sobre a história de vida de João W. Nery em que ele tem a possibilidade de revelar a sua identidade. João também concede entrevista, no mesmo ano, ao jornal O Globo na coluna Dois Cafés e a Conta publicada na revista de domingo. João W. Nery lança o seu segundo livro, intitulado “Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois”. O desembargador federal Roger Raupp Rios apresenta uma defesa da regulação pelo Ministério da Saúde das cirurgias de transgenitalização através do Tribunal Regional Federal da 4ª Região na Apelação Cível nº 2001.71.00.026279-9/RS. É criada em outubro de 2009, a campanha internacional <i>Stop Trans Pathologization</i> (STP), levantada e defendida por ativistas e grupos organizados da sociedade civil de diferentes partes do mundo. No Brasil a campanha também recebe o nome de Dia Internacional de Ação pela Despatologização Trans.
2010	Durante o 34º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) realizado em Caxambu (Minas Gerais), o pesquisador Guilherme Almeida realizou uma fala histórica na qual manifestava publicamente em um evento acadêmico de relevância uma autoetnografia sintetizada no texto “Homem transexual: fragmentos etnográficos da constituição de uma (nova?) identidade social”. Além do pesquisador, a mesa contou ainda com a participação da histórica liderança do movimento de prostitutas, Gabriela Leite, e de Guita Grin Debert, docente e pesquisadora do Departamento de Antropologia da UNICAMP. Após proferir o seu texto, o pesquisador foi ovacionado pelo público

	presente. Este momento é inaugural se pensarmos que até 1990 somente as ciências médicas conformavam o campo do saber responsável por produzir e divulgar conhecimento sobre as transexualidades. A partir de 1990, a psicologia social e a antropologia passam a se constituir enquanto campos que produtores de saberes acerca das transexualidades. Sendo Berenice Bento um dos nomes mais destacadas neste momento. Com objetivo de discutir a relação entre travestilidade/transexualidade e saúde, foi realizado um evento pela Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) da Universidade de São Paulo (USP) com patrocínio do Ministério da Saúde (MS). Deste evento decorreu uma rica publicação transdisciplinar intitulada “Traansexualidade, travestilidade e direito à saúde” (2010). O ano foi significativamente marcado pela existência de seminários e conferências que permitiram registrar a ampliação da visibilização e cobertura midiática a respeito dos homens trans.
2011	O ano de 2011, assim como 2010, foi significativamente marcado pela existência de seminários e conferências que permitiram registrar a ampliação da visibilização e cobertura midiática a respeito dos homens trans. O pesquisador Guilherme Almeida ingressa no corpo docente da Faculdade de Serviço Social da UERJ, e torna-se o primeiro homem trans a assumir um cargo de docente na universidade pública brasileira. Realizada a 2ª Conferência Nacional LGBT em Brasília, onde estiveram presentes aproximadamente 10 homens trans de várias localidades do país. É instituída pelo Ministério da Saúde através da Portaria GM/MS nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011 a “Política Nacional de Saúde Integral LGBT”, cujo objetivo era: Promover a saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo’ (BRASIL, 2013). Logo deveria por assim criar mecanismos que favorecessem a despatologização das experiências trans e institucionalizar espaço para a escuta da diversidade que as experiências trans ensejam. (TENÓRIO; PRADO, 2016, p. 52, 53) O ano é marcado pela luta em defesa da despatologização e despsiquiatrização das transidentidades pela OMS.
2012	Segundo texto publicado na rede social <i>Facebook</i> , na página ‘P.E.G. - Projeto

	<i>Expressões de Gênero</i>²⁸, em julho de 2012 em São Paulo foi fundada a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT). A articulação protagonizada por homens trans, contou, em seu evento de lançamento, com a participação de ativistas do movimento trans e pesquisadores. O objetivo central da ABHT se definiu em torno da luta pelos direitos humanos da população transmasculina e LGBT no país. Além disso, algumas pautas fundamentais ao movimento de homens trans foram também veiculadas, entre elas: a Lei de Identidade de Gênero; o Estatuto da Diversidade Sexual; a criminalização da homofobia e transfobia; a despatologização e a despsiquiatrização das transidentidades; políticas afirmativas, de modo a garantir o direito e o acesso das pessoas trans à saúde, educação, trabalho, habitação e segurança; e a visibilização dos homens trans. O principal ativista articulador da ABHT foi Leonardo Tenório, original de Pernambuco, que soube se utilizar bastante do recurso às redes sociais para estimular a auto-organização autônoma dos homens trans no país. Berenice Bento publica o seu segundo livro “O que é transexualidade?”, pela coleção Primeiros Passos da Editora Brasiliense. Ano em que o <i>Facebook</i> teve um <i>boom</i> de usuários/as.
2013	Batizado com o nome do importante ativista do movimento de homens trans, o Projeto de Lei 5.002/2013, ou a lei João W. Nery, de identidade de gênero, foi apresentada ao Congresso Nacional brasileiro pelos deputados federais Jean Wyllys (PSOL/RJ) e Érica Kokay (PT/DF). Baseado na elogiada lei argentina de identidade de gênero, considerada por ativistas uma das mais avançadas do mundo, a lei João W. Nery contempla algumas das reivindicações da população trans brasileira. Reivindicações estas que se encontram relacionadas à exigência de reconhecimento, por parte do Estado, da identidade de gênero autopercebida pelos sujeitos, como

²⁸ “Neste último fim de semana, 30 de junho e 1º de julho de 2012 no município de São Paulo (SP), foi fundada a Associação Brasileira de Homens Trans. A **ABHT** é a primeira associação (organização da sociedade civil e sem fins lucrativos) que **objetiva reivindicar e garantir os direitos humanos da população transmasculina e LGBT no Brasil**. No sábado, 30, foi realizada a Assembléia Geral de Fundação, a aprovação de um estatuto social e a eleição da primeira diretoria (biênio 2012-2014), constituída apenas de homens trans. No domingo, dia 1º, foi realizado um evento público para a devida divulgação da fundação da ABHT e foram firmadas relações de parcerias com as representatividades presentes de governo, movimento social e academia. As principais pautas da ABHT são a Lei de Identidade de Gênero, o Estatuto da Diversidade Sexual, a Criminalização da Homo e Transfobia; discutir e promover encaminhamentos sobre despatologização/ despsiquiatrização das transidentidades; políticas públicas afirmativas para que as pessoas trans tenham acesso a direitos fundamentais como saúde, educação, trabalho, habitação e segurança; promover a visibilidade e o fortalecimento de cada homem trans, e sua inclusão na sociedade”. O texto fora publicado na página do *P.E.G. – Projeto Expressões de Gênero no Facebook*.

	também exige o direito “ao livre desenvolvimento de sua pessoa conforme sua identidade de gênero”, conforme prevê o Art. 1º, inc. II do P.L. 5.002/2013. O P.L. se desenha no sentido de retirar do domínio médico o poder absoluto e decisivo acerca o reconhecimento da identidade autopercebida. Lançamento do documentário “Questão de gênero”, direção de Rodrigo Najar, com a presença de vários homens trans paulistas. Fundação do Instituto Brasileiro de Transmasculinidade (IBRAT) em 2 de julho de 2013. A articulação foi fundada pelo então ativista trans, Luciano Palhano. O próprio nome denotava uma preocupação com possibilidades de captação de recursos. O IBRAT rapidamente se capilarizou e eclipsou a influência da ABHT. Várias lideranças trans surgiram regionalmente através do IBRAT. A composição inicial da diretoria do IBRAT compunha-se dos ativistas: Alexandre Peixe (SP), Raicarlos Coelho (PA), Sillvyo Nóbrega (CE) e Luciano Palhano (PB). Também colaboraram naquela gestão, Leonardo Peçanha (RJ) e Régis Vascon (SP)²⁹.
2016	Realização da 3ª Conferência Nacional LGBT (mas neste momento já com outro nome, sendo na verdade a “12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos”, da qual a população ‘T’ foi diluída). Realização da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.
2017	Estreia, em abril de 2017, da novela ‘A Força do Querer’, direção de Glória Peres.
2018	Em edição atualizada da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) a OMS anuncia a retirada da transexualidade da relação de doenças mentais, para integrá-la ao capítulo de “condições relacionadas à saúde sexual”, classificando-a como uma “incongruência de gênero”.

²⁹ Informações extraídas do blog: <http://institutoibrat.blogspot.com/p/quem-somos.html>. Acesso em julho de 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pesem as limitações dos dados levantados e a insuficiência em analisá-los sob auxílio das correntes teóricas necessárias à compreensão do processo que foi objetivado neste estudo, é possível que tracemos algumas considerações não propriamente finais, mas ainda parciais e que podem e devem ser submetidas a revisão.

A primeira delas é que embora exista uma relação histórica do movimento de homens trans com a luta e organização LGBT, sobretudo de travestis e mulheres transexuais, a organização dos homens se conduziu sobre outras bases de associação que não se assemelham com as formas de organização política tradicional. Ou mesmo com aquelas típicas dos movimentos sociais do final do século XX, no qual seria possível incluir a própria organização LGBT. A começar pelo recurso utilizado no processo de aproximação entre os homens trans.

Se a internet representou um espaço de acesso e divulgação de informações que permitiu a aproximação entre estes homens, foram também seus primeiros representantes publicamente assumidos que, ao realizarem individualmente o *movimento* de apresentação pública enquanto homens transexuais (para além de tudo mais que os representam como sujeitos situados no mundo), tornavam-se *com* e *neste* ato os primeiros ativistas. De modo que a luta pública dos homens trans, nos parece ter como germe a legítima e pungente necessidade de manifestar a própria existência e por isso resistir, ainda que a princípio solitária ou individualmente. Assim, o que chamamos por emergência pública dos homens trans nos parece ter encontrado a possibilidade de obter materialidade a partir das primeiras aparições daqueles homens que publicamente enunciaram ser, além de homens, também transexuais.

O segundo elemento que compõe estas considerações parciais é que a massificação, a progressiva e expressiva apresentação pública dos homens trans na cena brasileira encontra relação com as condições políticas e sociais colocadas pelo ambiente democrático. É na relação com as suas instituições, é na experiência da vida política, na possibilidade de narrar a si mesmo, de forjar a própria história e destino, que esta emergência pública e coletiva encontra lastro e meios de se materializar.

Por fim, nos cabe dizer que a possibilidade de conhecer e reconhecer a magnitude da história da emergência pública dos homens trans na cena brasileira, é uma forma de reconhecer a insistência e a grandeza daqueles que assumindo a forma do próprio desejo movimentam as lutas e os tempos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme. A propósito da discussão de feminilidades trans: notas sobre invisibilização, cidadania, corpo e processo transexualizador. In: SILVA, D. A.; HERNÁNDEZ, J. G.; SILVA JUNIOR, A. L.; UZIEL, A. P. (Org.). *Feminilidades: corpos e sexualidades em debate*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013a. *Feminismos trans: os corpos femininos que se constroem*. p. 107-118.

_____. Da invisibilidade à vulnerabilidade: percursos do “corpo lésbico” na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e Aids. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva. Instituto de Medicina Social/Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

_____. ‘Homens Trans’: Novos matizes na aquarela das masculinidades? In: *Estudos Feministas*, Florianópolis. mai./ago. 2012. p. 513-523

_____. Superando o politicamente correto: notas sobre o sexto princípio fundamental do Código de Ética do/a Assistente Social. In: Conselho Regional de Serviço Social/RJ (org.). *Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais*. Rio de Janeiro: Edieurow, 2013b. p. 74-86.

ALVES, A. M. Envelhecimento, trajetórias e homossexualidade feminina. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 16, n. 34, jul./dec. 2010. p. 213-233.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v16n34/10.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

ANDRADE, Luma Nogueira. *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Fortaleza, 2012. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

ARÁN, M.; ZAHDAFT, S.; MURTA, D. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. In: *Psicologia & Sociedade*. N. 20. 2008. p. 70-79.

ARAUJO, G. C. Transtorno? Não... transcendência! Corpos trans(cendentes). In: SILVA, D. A.; HERNÁNDEZ, J. G.; SILVA JUNIOR, A. L.; UZIEL, A. P. (Org.). *Feminilidades: corpos e sexualidades em debate*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. *Feminismos trans: os corpos femininos que se constroem*. p. 83-98.

ÁVILA, Simone. *Transmasculinidades: A emergência de novas identidades políticas e sociais*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 05 ago. 2018.

BRASIL. Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de

adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF, 13 de jul. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm>. Acesso em 05 ago. 2018.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARVALHO, M.; CARRARA, S. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, n. 14, Dossier n. 2, p. 319-351, ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872013000200015&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 29 mar. 2016.

CORREA, Sonia. “A categoria mulher não serve mais para a luta feminista”. Entrevista com Sonia Correa por Laura Daudén e Maria A. C. Brant. In: SUR 24. 2016. Disponível em: <<http://sur.conectas.org/categoria-mulher-nao-serve-mais-para-luta-feminista/>>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. Ideologia de gênero: rastros e significados. Folha de S. Paulo. 05 nov. 2017. Disponível em: <<http://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/11/05/ideologia-de-genero-rastros-e-significados/>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

_____. Sexualidade e política na segunda década dos anos 2000: o curso longo e as armadilhas do presente. In: SILVA, D. A.; HERNÁNDEZ, J. G.; SILVA JUNIOR, A. L.; UZIEL, A. P. (Org.). *Feminilidades: corpos e sexualidades em debate*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. Direitos sexuais, saúde e relações étnico raciais: perspectivas feministas. p. 21-38.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. In: _____. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 49-69.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: _____. *Microfísica do Poder*. [S.l.: s.n. 1972?]. p. 46-56.

GOHN, Maria da Glória. *Sociologia dos movimentos sociais*. São Paulo: Cortez, 2014.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 26, n. 1. Junho de 2014. pp. 61-73. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes. *Transfeminismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

_____. Palestra. *Feminismos materialistas e teorias da interseccionalidade*. Realização PPGSA/UFRJ. 23 jun. 2016. Disponível em: <<https://soundcloud.com/veronica-toste/palestra-helena-hirata-no-ifcs>>. Acesso em: 30 set. 2017.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica*. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEITE JÚNIOR, J. Nossos corpos também mudam – a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. São Paulo, Annablume, 2011. Resenha de: VERAS, E.F. Uma genealogia dos corpos que mudam. Cadernos Pagu, n. 40, jan./jun., 2013. p. 369-375. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n40/13.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 12a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTIN, Emily. *A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MARTINS, José de Souza. O artesanato intelectual na sociologia. In: *Revista Brasileira de Sociologia* I. Vol 01, n. 02. Jul.dez. 2013. Acesso em 17 mai. 2016.

MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista. *O capital*. Livro I, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 715-753.

MISKOLCI, Richard. Negociando visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais. In: *Revista Bagoas - Estudos Gays: gênero e sexualidades*. n. 11. 2014. p. 51-78. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6543/5073>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. In: *Cronos*. R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN, Natal. v. 12, n. 2. jul./dez. 2011. p. 09-22. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3160>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

MOIRA, Amara. O cis pelo trans. In: *Revista Estudos Feministas*. vol. 25. n. 1. Florianópolis Jan./Apr. 2017a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2017000100365&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 24 jan. 2018.

MURTA, D. Entre o “transexualismo verdadeiro” e a diversidade das experiências trans: uma discussão crítica sobre a produção da identidade transexual universal. In: SILVA, D. A.; HERNÁNDEZ, J. G.; SILVA JUNIOR, A. L.; UZIEL, A. P. (Org.). *Feminilidades: corpos e sexualidades em debate*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. *Feminismos trans: os corpos femininos que se constroem*. p. 63-81.

NERY, João W. *Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois*. São Paulo: Leya, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2007.

PRECIADO, Beatriz. Manifesto contrassexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, Paul B. Texto Junkie. Sexo, drogas e biopolítica na farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. 2006. Disponível em: <http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2016.

RAMOS, A. Corpos trans, experiências e movimentos sociais LGBTs. In: SILVA, D. A.; HERNÁNDEZ, J. G.; SILVA JUNIOR, A. L.; UZIEL, A. P. (Org.). *Feminilidades: corpos e sexualidades em debate*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. *Feminismos trans: os corpos femininos que se constroem*. p. 99-106.

RUBIN, Gayle. *O Tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Recife: SOS Corpo, 1993.

SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. [S.l.]: Cosac Naify, 2015; [S.l.]: Autêntica Editora. Edição do Kindle. Não paginado.

SANTOS, M. C. B.; ALMEIDA, G. S.; VASCONCELOS, L. S. S.; MARQUES, E. L.; GUEDES, S. Processo transexualizador no Rio de Janeiro: considerações introdutórias a partir do olhar do serviço social. In: COELHO, M. T. A. D.; SAMPAIO, L. L. P. (Orgs.) *Transexualidades: um olhar multidisciplinar*. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 157-174.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990.

TENÓRIO, L. F. P.; VIEIRA, L. L. F.; LIVADIAS, S. K. Da luta à Execução do Processo Transexualizador: Experiência no Hospital das Clínicas da UFPE. In: OLIVEIRA, A. D.; PINTO, C. R. B. (Orgs.). *Transpolíticas Públicas*. Campinas: Papel Social, 2017.

UERJ/REDE SIRIUS. Roteiro para apresentação das teses e dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. DIB, Simone Faury; SILVA, Neusa Cardim. 2. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2012. 142 p. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/roteiro_uerj_web.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2017.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
Figura 1- Cartaz da Campanha ‘Homens TRANS-Formando a Saúde’.

WERNECK, Jurema. “É preciso imagem para recuperar a identidade”: histórias de nós, mulheres negras e processos de aniquilamento. In: SILVA, D. A.; HERNÁNDEZ, J. G.; SILVA JUNIOR, A. L.; UZIEL, A. P. (Org.). *Feminilidades: corpos e sexualidades em debate*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. *Direitos sexuais, saúde e relações étnico-raciais: perspectivas feministas*. p. 39-48.

Matérias jornalísticas e sites consultados:

AHTM. Associação de Homens Trans & Transmasculinidades. Disponível em: <https://ahtmdiretoria.wixsite.com/ahtm/home?fbclid=IwAR3Azq_9KzIzut303bxNe5jkPRWTz7RDhvTWCmRxjIcuMUH02q7TiLbMOXw>. Acesso em: 01 dez. 2018.

ALESSI, Gil. Entenda o que é a PEC 241 (ou 55) e como ela pode afetar sua vida. El País. 13 dez. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html>. Acesso em: 30 set. 2017.

ANDRADE, Tássio. Mulheres transexuais montam grupo de estudo para o Enem. *G1*, Sergipe, 22 out. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2015/10/mulheres-transexuais-montam-grupo-de-estudo-para-o-enem.html>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

CARTA CAPITAL. PEC 55, que congela gastos sociais, é aprovada em 2º turno no Senado. Política. Carta Capital. 13 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/pec-que-congela-gastos-sociais-e-aprovada-em-segundo-turno-no-senado>>. Acesso em: 30 set. 2017.

COLETIVO LGBT COMUNISTA - NACIONAL. Palestras - I Seminário Nacional LGBT do PCB. 03 nov. 2017. Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ColetivoLGBTComunista/videos/1948848948702938/>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

COLETIVO TRANSFORMAÇÃO. Cursinho Popular Transformação. Formação do projeto e o primeiro semestre de atividades voltadas à população T. *Revista Geni*, n. 28, 01 fev. 2016. Disponível em: <<http://revistageni.org/01/cursinho-popular-transformacao/>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

FELITTI, Chico. "Fofão da Augusta? Quem me chama assim não me conhece". *BuzzFeedNews*, 27 out. 2017. Disponível em: <https://www.buzzfeed.com/felitti/fofao-da-augusta-quem-me-chama-assim-nao-me-conhece?utm_term=.ebrXGwjRW#.ohlO2Mkbj>. Acesso em: 29 out. 2017.

FOGLIATTO, Débora. Cursinho popular voltado para pessoas trans e travestis chega a Porto Alegre. *Sul 21*, Porto Alegre, 13 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/cursinho-popular-voltado-para-pessoas-trans-e-travestis-chega-a-porto-alegre/>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

LISBOA, Vinícius. Entrada de transexuais em universidade trará mudanças sociais, diz ativista. *Agência Brasil – EBC*, 29 jan. 2016. Direitos Humanos. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-01/entrada-de-transexuais-em-universidades-mudara-sociedade-diz>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

_____. Voluntários se mobilizam na preparação de transexuais para o Enem. *Agência Brasil – EBC*, 29 jul. 2015. Educação. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/07/voluntarios-se-mobilizam-na-preparacao-de-transexuais-para-o-enem>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

LOHANNE, Lindsay. O Cursinho Popular TransFormação Gratuito com o objetivo de prepará-los para o Enem melhorando a formação e aumentando sua visibilidade. *Blog Magazine Transgênero Trans Connection*, 24 ago. 2015. Disponível em: <<https://transconnection.wordpress.com/2015/08/24/o-cursinho-popular-transformacao-gratuito-com-o-objetivo-de-prepara-los-para-do-enem-melhorando-a-formacao-e-aumentando-sua-visibilidade/>>. Acesso em: 7 mar. 2016.

LOPES, Raíssa. Belo Horizonte ganha primeiro pré-vestibular gratuito para pessoas trans. *Brasil de Fato*, Belo Horizonte, 26 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/34254>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

LUCON, Neto. Em evento inédito, homens trans pernambucanos debatem demandas pela saúde integral. 07 mai. 2017. Disponível em: <<http://www.nlucon.com/2017/05/homens-trans-saude-integral-pernambuco.html>>. Acesso em: 06 out 2017.

MAIA, Gustavo. Cursinho gratuito no Rio prepara travestis e transexuais para o Enem. *UOL*, Rio de Janeiro, 21 jul. 2015. Educação. Disponível em: <educacao.uol.com.br/noticias/2015/07/21/cursinho-gratuito-no-rio-prepara-travestis-e-transexuais-para-o-enem.htm>. Acesso em: 21/07/2015.

MARTINS, Felipe. Transcidadania: Coletivo prepara travestis e transexuais para o Enem. *Blog O Dia LGBT*, 18 jul. 2015. Disponível em: <<http://blogs.odia.ig.com.br/lgbt/2015/07/18/transcidadania-coletivo-prepara-travestis-e-transexuais-para-o-enem/>>. Acesso em: 07 mar. 2015.

MOIRA, Amara. O mundo nas palavras Trans | Amara Moira | TEDxVoltaRedonda. TEDx Talks. *YouTube*. 9 mar. 2017b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WYBkm-9P93E>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

MOMORA, Isa. PASSABILIDADE TRANS | Isa Momora #VisibilidadeTrans. Hugo Nasck. *YouTube*. 23 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ED4NaBO8m40>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

NASCIMENTO, Victor. O que é e porque você precisa entender mais sobre passabilidade. In: BuzzFeed. 20 fev. 2017. Disponível: <https://www.buzzfeed.com/victornascimento/o-que-e-passabilidade-e-porque-as-pessoas-precisam-saber-mai?utm_term=.gkKerExAw#.ltoakNvXr>. Acesso em 23 jan. 2018.

PEÇANHA, Leonardo. HOMEM TRANS E RACISMO - Pergunte Às Bee 87. 30 jun. Canal das Bee. *YouTube*. 30 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=h9c9RJByUZk>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

SANTANA, Ana Elisa. Cursinho para população trans e travesti em BH celebra aprovados no Enem. *Portal EBC*, 29 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/educacao/2016/01/cursinho-para-populacao-trans-e-travesti-em-bh-celebra-aprovados-no-enem>>. Acesso em: 07 mar. 2016.